



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Projecto de Resiliência e Meios de Subsistência Sustentáveis para a Região
Norte de Moçambique – P174635**

**Avaliação Social e de Conflitos/
Estratégia de mitigação de riscos sociais**

Relatório Final

Outubro de 2021

Acrónimos e Abreviaturas

AC	Áreas de Conservação
ACNUR	Agência das Nações Unidas para os Refugiados
ADIN	Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte
ANE	Administração Nacional de Estradas
AQUA	Agência Nacional para o Controle da Qualidade Ambiental
ASC	Avaliação Social e de Conflictos
BM	Banco Mundial
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CDD	Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade (Community Demand Driven)
CERC	Componente de Contingência para a Resposta a Emergências (Contingency Emergency Response Component)
CGRN	Comité de Gestão dos Recursos Naturais
EAS	Exploração e Abuso Sexual
DUAT	Direito de Aproveitamento e Uso da Terra
FC	Fundo de Desenvolvimento Dirigido pela Demanda da Comunidade (Community Driven Development Fund)
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GdM	Governo de Moçambique
i.e.	Isto é
km	Quilómetro
m	Metro
M&A	Monitoria e Avaliação
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MDR	Mecanismo de Diálogo e Reclamações
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MozNorte	Projecto de Resiliência Rural do Norte de Moçambique (Northern Mozambique Rural Resilience Project - "MozNorth")
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRV	Medição, Relatório e Verificação (Measurement, Reporting and Verification)
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
OSC	Organização de Sociedade Civil
PDI	Pessoas Deslocadas Internas
PIB	Produto Interno Bruto
QAS	Quadro Ambiental e Social
REN	Reserva Especial de Niassa
RDUAT	Regularização sistemática e massiva de DUAT
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
VBG	Violência Baseada no Género

Índice

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	I
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ENQUADRAMENTO GERAL	1
1.2 OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO	1
1.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS DA AVALIAÇÃO E RESULTADOS.....	1
2 OBJECTIVOS GERAIS E COMPONENTES DO PROJECTO	3
3 CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO	4
3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÓMICOS GERAIS	4
3.2 INFRA-ESTRUTURAS.....	7
4 A SITUAÇÃO POR PROVÍNCIA	12
4.1 PROVÍNCIA DE NAMPULA	12
4.1.1 <i>Efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes</i>	14
4.2 PROVÍNCIA DE CABO DELGADO	24
4.2.1 <i>Efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes</i>	27
4.3 PROVÍNCIA DO NIASSA.....	36
4.3.1 <i>Efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes</i>	39
5 AVALIAÇÃO DE RISCO SOCIAL E DE CONFLITO	48
5.1 COMO O PROJECTO PODERIA SER NEGATIVAMENTE AFECTADO PELAS TENSÕES, CONFLITOS E INSTABILIDADE EXISTENTES	49
5.2 COMO O PROJECTO PODERIA EXACERBAR AS TENSÕES E DESIGUALDADES EXISTENTES NA SOCIEDADE	53
5.3 COMO O PROJECTO PODERIA TER EFEITO NEGATIVO NA ESTABILIDADE E SEGURANÇA HUMANA	57
6 PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	58
6.1 COMPONENTE 1 - ACTIVIDADES: MELHORIA DOS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA EM COMUNIDADES-ALVO	58
6.2 COMPONENTE 2, ACTIVIDADES: ÁREA DE CONSERVAÇÃO E MANEIO FLORESTAL	59
7 ESTRATEGIA DE MITIGAÇÃO DE RISCOS SOCIAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	61

Lista de Caixas

Caixa 3-1: Distritos/municípios de maior incidência da pobreza e vulnerabilidade	6
Caixa 4-1: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nas cidades e vilas e nos Centros de Acomodação de Cabo Delgado	32

Lista de Figuras

Figura 3-1: Visão geral das províncias e distritos abrangidos no mapa	4
Figura 3-2: Hierarquia de estradas e principais corredores rodoviários de Moçambique	8
Figura 3-4: Visão geral da distribuição das PDI pelas províncias.....	11
Figura 4-1: Visão geral dos distritos abrangidos pelo projecto na província de Nampula	14
Figura 4-2: Estatísticas básicas sobre PDI em Corrane	20
Figura 4-3: Plano de uso da terra preparado para o Centro de Reassentamento de PDI de Corrane .	21
Figura 4-4: Dados estatísticos básicos sobre educação no Centro de Reassentamento de PDI de Corrane	21
Figura 4-5: Visão geral dos distritos abrangidos pelo projecto na província de Cabo delgado.....	26
Figura 4-7: Edifício do governo distrital de Metuge.....	34

Figura 4-8: Infra-estruturas de aquacultura em desenvolvimento desde 2017-18 em Metuge ainda fora de funcionamento	36
Figura 4-9: Visão geral dos distritos abrangidos pelo projecto na província do Niassa	38

Lista de Gráficos

Gráfico 3-1: Área total e de cada uma das três províncias.....	5
Gráfico 3-2: PIB por região	5
Gráfico 3-3: População total e de cada uma das três províncias	6
Gráfico 3-4: Condições das estradas por província	9
Gráfico 4-1: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província de Nampula	13
Gráfico 4-2: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província de Nampula.....	15
Gráfico 4-3: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província de Cabo Delgado	25
Gráfico 4-4: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província de Cabo Delgado	27
Gráfico 4-5: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província do Niassa	37
Gráfico 4-6: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província do Niassa.....	40

Lista de Tabelas

Tabela 2-1: Áreas de abrangência do projecto	3
Tabela 4-1: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nas cidades e vilas de Nampula	19
Tabela 4-2: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nos Centros de Reassentamento em Nampula.....	22
Tabela 5-1: Resumo de como o projecto poderia ser negativamente afectado pelas tensões, conflitos e instabilidade existentes e medidas de gestão.....	50
Tabela 5-2: Outros potenciais efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes e medidas de gestão impactos	52

Anexos

Anexo 1: Pessoas e Grupos Entrevistados	1
Anexo 2: Linhas gerais da Estratégia de Mitigação de Riscos Sociais	

1 Introdução

1.1 Enquadramento geral

Entre Março e Julho de 2021 as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa foram objecto de um processo de avaliação do risco social e de conflito no âmbito do projecto MozNorte.

Conforme vai ser melhor descrito ao longo deste documento o MozNorte visa melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais assim como os meios de subsistência para uma maior resiliência por parte das comunidades vulneráveis em áreas seleccionadas do Norte de Moçambique. Por intermédio deste projecto o Banco Mundial (BM) procura assistir o Governo de Moçambique (GdM) a responder aos problemas de desequilíbrios de desenvolvimento socioeconómico regionais que têm tido efeitos nocivos sobre a região norte e com repercussões sobre o país no seu todo. O GdM estabeleceu a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) como uma das formas de fazer face a esses problemas e o MozNorte visa igualmente fortalecer as iniciativas relacionadas com o trabalho desta agência assim como responder a outras questões relacionadas.

Face ao conflito que tem assolado a região com epicentro na província de Cabo Delgado, o projecto proposto concentra-se sobre os distritos para onde os deslocados internos estejam a migrar, onde prevaleçam comunidades rurais pobres, Áreas de Conservação (AC), florestais e costeiras seleccionadas.

1.2 Objectivos da Avaliação

A avaliação Social e de Conflictos (ASC) do Projecto MozNorte obedece ao disposto no Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial (BM) que descreve este processo como sendo um instrumento que avalia o grau em que o projecto pode:

- (i) exacerbar as tensões e desigualdades existentes na sociedade (tanto dentro das comunidades afectadas pelo projecto como entre estas comunidades e outras);
- (ii) ter um efeito negativo na estabilidade e segurança humanas;
- (iii) ser negativamente afectado pelas tensões, conflitos e instabilidade existentes, particularmente em circunstâncias de guerra, insurreição e agitação civil¹.

No contexto do MozNorte, a avaliação concentra-se sobre o previsto no ponto (iii), acima, e em seguida explora como tais tensões podem ser exacerbadas pelas actividades do projecto, que é o que consta no ponto (i).

Os Termos de Referência da ASC do projecto destacam o facto de que uma vez que o projecto visa fazer uma contribuição positiva para a subsistência das pessoas, espera-se que isso não tenha um impacto significativo na estabilidade e segurança dos beneficiários do projecto, o que é assunto do ponto (ii) mas podem existir cenários em que a segurança da subsistência criada devido às actividades do projecto faça das comunidades um alvo para os insurgentes, pelo que a avaliação também presta atenção a isso.

1.3 Métodos e Instrumentos da Avaliação e Resultados

Dado o carácter sensível das questões objecto de investigação nesta avaliação e o facto de nesta fase ainda não se estar a procurar estabelecer relações de causa e efeito entre os vários fenómenos envolvidos, mas apenas fazer uma exploração geral e eventualmente identificar as questões e assuntos passíveis de maior aprofundamento, ainda que à partida estas também possam ser utilizadas para iluminar a planificação e implementação imediatas, o estudo serviu-se de uma série de métodos de onde se destaca:

- a) Revisão de fontes secundárias antes, durante e depois do trabalho de campo, com vista a ter um melhor entendimento das questões a ser perseguidas antes de iniciar a investigação e para aprofundar os assuntos que foram surgindo à medida que a avaliação prosseguia incluindo no

¹ Página 23 do QAS do BM

final do trabalho de recolha de dados primários com vista fazer um melhor enquadramento das várias questões que foram surgindo de forma por vezes pouco estruturada. Os dados secundários, incluindo os que tratam das matérias do conflito, correspondem a diferentes momentos e devem ser usados com a necessária cautela, considerando o facto de se tratar de uma realidade sempre em mudança;

- b) Entrevistas com informantes chave diversos quadrantes nomeadamente (i) potenciais pessoas afectadas pelo projecto na qualidade de beneficiários ou sujeitos a outras formas de impacto; (ii) representantes de instituições do governo aos vários níveis e sectores relevantes; (iii) representantes das organizações da sociedade civil também actuantes em sectores relevantes. As entrevistas foram conduzidas tanto por consultores seniores como por assistentes de campo em que estes últimos recorreram às línguas e linguagens locais com vista a facilitar a recolha de opiniões junto de homens, mulheres, jovens e crianças locais e de uma forma que ampliasse a sua mais livre expressão. Os consultores seniores concentram-se sobre os informantes do governo e das Organizações de Sociedade Civil (OSCs);
- c) Observações directas no terreno, no seu sentido lato, i.e. fazendo uso de todos os sentidos com enfoque sobre o ambiente geral e as condições de vida e de trabalho das várias pessoas e entidades nas três províncias do MozNorte;
- d) Compilação de dados e uso da experiência da equipa de consultores para fazer análises e sínteses das várias questões recolhidas e elaboração deste relatório.

Os locais directamente visitados para entrevistas e observações directas por parte da equipa da avaliação foram:

- (i) província de Nampula: Cidade de Nampula, Vila de Namialo, Posto Administrativo de Corrane, incluindo o Centro de Reassentamento do mesmo nome, distrito de Mecuburi;
- (ii) província de Cabo Delgado: Cidade de Pemba, Distrito de Metuge
- (iii) província de Niassa: Comunidades de Maumbica, Nova Madeira e Segundo Congresso, área de Programa de Chipanje Chetu, no Distrito de Sanga, Comunidade Malica, no distrito de Lichinga, Metangula, Sede do Distrito do Lago, Bairro de Sanjala no Município de Lichinga.

As situações em que as pessoas e áreas receptoras do projecto e de focos de conflito se encontram são diversas, variáveis e mudam a cada dia e não é possível, no âmbito de uma avaliação rápida, capturar todas as variações e nuances. Na tentativa de minimizar estas limitações, sobre o entendimento do que deve estar realmente a passar-se e iluminar possíveis intervenções, foi feito um esforço para explorar ao máximo os assuntos directos com que se tomou conhecimento e tratá-los como uma espécie de “estudos de caso”. Mesmo assim será necessário tratar os resultados essencialmente como isso, i.e. estudos de caso e evitar-se fazer generalizações que possam ir para além de certos níveis. Apenas uma avaliação mais exaustiva e dirigida às diversas vertentes do contexto das províncias, focos de conflitos e do projecto em geral permitirá apreender com maior precisão o que se deve estar a passar na zona norte e no país e as condições socioeconómicas sobre as quais o MozNorte vai estar inserido.

No sentido do exposto acima, sobretudo no que respeita à volatilidade que caracteriza o ambiente receptor do projecto, existem razões para acreditar que o MozNorte terá de ser implementado no contexto do que se designa por “pesquisa-acção”. Está é uma metodologia de investigação que é geralmente aplicada em ciências sociais e que procura uma mudança transformadora através de um processo simultâneo de acção e investigação, em que estes dois lados estão ligados entre si por uma reflexão crítica. No contexto desta metodologia tenta-se estruturar uma espiral de passos, cada um dos quais é composto por um círculo de planificação, acção e averiguação sobre o resultado da acção e conseqüente progresso com base em evidências de certo nível.

Para além desta introdução o presente relatório compreende mais cinco capítulos que tratam dos vários aspectos do processo da avaliação e seus resultados. O mesmo é complementado por um anexo que apresenta as listas das pessoas e grupos entrevistados

2 Objectivos Gerais e Componentes do Projecto

O objectivo de desenvolvimento do projecto é o de melhorar os meios de subsistência das comunidades vulneráveis e a gestão dos recursos naturais, em áreas rurais seleccionadas do norte de Moçambique, com enfoque especial sobre deslocados internos, mulheres e jovens.

As componentes e subcomponentes do projecto em si, sobre as quais a avaliação se centra compreendem:

1. **Componente 1 – Melhorar os meios de subsistência nas comunidades-alvo:** que concentrará sobre actividades de melhoria dos meios de subsistência das comunidades-alvo, com foco específico em mulheres, jovens e deslocados internos. Será adoptada uma abordagem de Desenvolvimento Dirigido pela Comunidade (CDD), enfatizando o controlo da comunidade sobre a planificação e as decisões de investimento. Esta componente reparte-se pelas seguintes subcomponentes:
 - a. Subcomponente 1.1 - Capacitação comunitária centrada sobre a gestão de fundos;
 - b. Subcomponente 1.2 - Fundo Comunitário (FC) de Desenvolvimento Dirigido pela Demanda da Comunidade
 - c. Subcomponente 1.3 - Intervenções em agricultura de conservação
 - d. Subcomponente 1.4: Intervenções em pesca sustentável
 - e. Subcomponente 1.5: Intervenções para a conservação comunitária
2. **Componente 2 – Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais:** destinada a fortalecer as instituições relevantes para melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais. Compreenderá os seguintes subcomponentes:
 - a. Subcomponente 2.1: Melhoria da Governação Florestal
 - b. Subcomponente 2.2: Maneio de Áreas de Conservação
 - c. Subcomponente 2.3: Gestão da pesca
 - d. Subcomponente 2.4: Fortalecimento das instituições-chave
3. **Componente 3- Coordenação, gestão e comunicação do projecto:** com vista a coordenar e monitorar as actividades do projecto e administrar os recursos financeiros e humanos de forma eficiente e orientada para os resultados, de acordo com os objectivos e procedimentos fiduciários do projecto. Ela subdivide-se pelas seguintes subcomponentes:
 - a. Subcomponente 3.1: Gestão e Coordenação do Projecto
 - b. Subcomponente 3.2: Comunicações
 - c. Subcomponente 3.3: Salvaguardas
 - d. Subcomponente 3.4: Apoio a Medição, Relatório e Verificação (MRV) e Monitoria e Avaliação (M&A) do Projecto
4. **Componente 4- Componente de Resposta a Emergências de Contingência (CERC):** destinada a fornecer meios para apoiar o MADER no caso de uma potencial necessidade de recuperação face a desastres naturais ou criados pelo homem.

Os principais sectores e subsectores de desenvolvimento considerados são os da agricultura (produção vegetal e animal), florestas e pescas, incluindo, neste último caso a aquacultura.

O projecto centra-se sobre as três províncias do norte e distritos seleccionados tal como ilustrado na Tabela 2-1 e **Error! Reference source not found.**, abaixo.

Tabela 2-1: Áreas de abrangência do projecto

Províncias Seleccionadas	Distritos Alvo
Niassa	Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula Sanga
Cabo Delgado	Montepuez, Namuno, Mecufe, Metuge
Nampula	Memba, Erati, Mecuburi, Ribaué, Moma, Larde, Angoche, Mossuril

O MozNorte foi classificado como sendo um projecto de alto risco social e esta avaliação social e de conflitos centra-se na dinâmica actual nas três províncias do norte afectadas pelo conflito social que

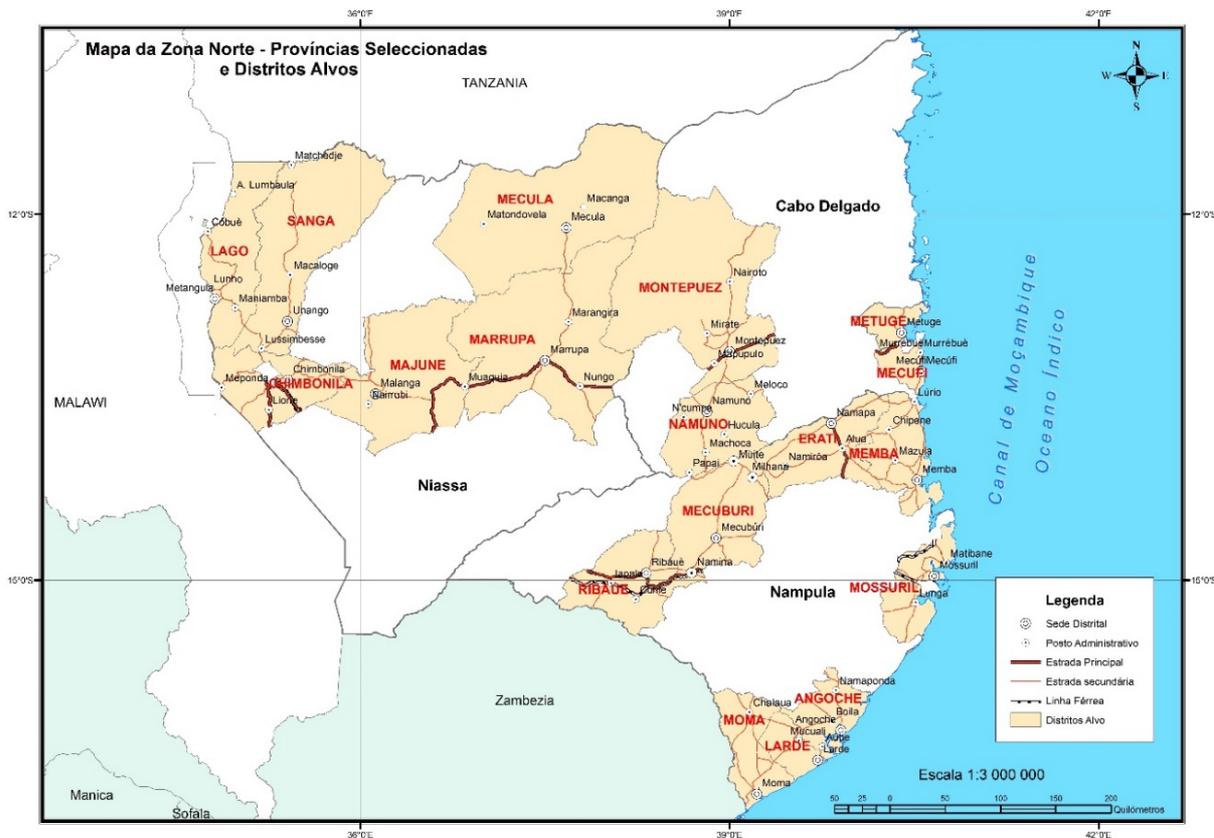
tem como epicentro a província de Cabo Delgado, nas suas regiões norte e centro, desde 2017. A situação colocou em perigo a vida de dezenas de milhares de pessoas, causou mais de 2.200 mortes, incluindo mulheres e crianças, e o saque e destruição de infra-estruturas do governo, empresas privadas e propriedade individual, bem como a deslocação e perda de meios de subsistência de mais de 723.000 pessoas² (dados de Abril de 2021), o que representa cerca de 32% de toda a população desta província, segundo os dados do Censo Populacional de 2017. Estas pessoas deslocadas internamente estão a ser colocadas em centros de trânsito ou de retenção e depois transferidas pelo governo para centros de reassentamento mais permanentes. No entanto, a maioria das pessoas deslocadas prefere ser acolhida por familiares e amigos ou mesmo por organizar-se conta própria de forma dispersa pelas áreas seguras das três províncias. A deslocação em massa e o sofrimento, num contexto de mecanismos de apoio fracos e que sufocam as entidades do governo, ONGs e famílias, criou novas dinâmicas e exacerbou alguns traços sociais que já existiam e que se situam por detrás das enormes bolsas de pobreza na zona. Durante mais de três anos esta violência contínua tem se mantido e significativamente agravado e continua a deslocar famílias que fogem de carro, barco e a pé, em condições precárias, sem poder resgatar os seus bens e com medo constante, para novos lugares para viverem sem clareza sobre o seu futuro. Com base nos dados recolhidos este relatório fornecerá uma visão da situação.

3 Contexto de Desenvolvimento do Projecto

3.1 Aspectos Geográficos e Socioeconómicos Gerais

Conforme apresentado na Figura 3-1, situadas na zona norte e fazendo fronteira a Norte com a República da Tanzânia, por intermédio do Rio Rovuma e a Este com a República do Malawi. O MozNorte abrange as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

Figura 3-1: Visão geral das províncias e distritos abrangidos no mapa



² Presentemente fala-se de cerca de 800.000 pessoas.

As três províncias, sobretudo Niassa e Cabo Delgado, são as que exibem os índices de desenvolvimento económico e social e humano mais baixos do país o que contrasta de forma gritante com o seu potencial natural e até humano, sobretudo quando este é apreciado do ponto de vista do número de habitantes.

Lado a lado com as deficiências na inclusão social e fornecimento de garantias de os benefícios do desenvolvimento, sobretudo os que se verificaram entre o fim da guerra em 1992 e 2016, serem vividos por todas as camadas da população do país, os desequilíbrios regionais que colocam a zona sul em posição significativamente privilegiada, quando comparada com as zonas centro e norte, e esta última na cauda, já vêm sendo reportados, há muitos anos, como sendo um factor de risco para a estabilidade do país nas suas várias vertentes, incluindo a política, passível de desencadear diferentes acontecimentos incluindo tensões.

Apesar do seu elevado potencial natural e de representarem cerca de 37% de todo o território nacional as três províncias juntas do MozNorte contribuem com apenas cerca de 22% para o PIB nacional e nesse sentido situam-se atrás das províncias da zona centro (Sofala, Manica, Tete e Zambézia) que juntas perfazem cerca de 30% do PIB e das da zona sul (Cidade e província de Maputo, Gaza e Inhambane) que perfazem a porção mais significativa, ou seja 48%.

Gráfico 3-1: Área total e de cada uma das três províncias



Fonte: INE (2019)

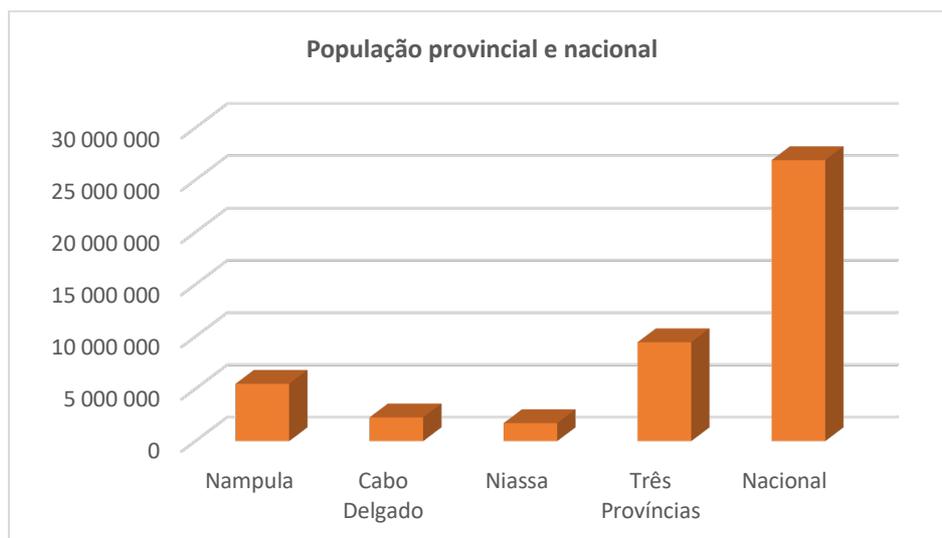
Gráfico 3-2: PIB por região



Fonte: BM (2019)

As três províncias do MozNorte juntas também perfazem 37% da população, o que é significativamente engrossado pela província de Nampula, que sozinha representa perto de 22%.

Gráfico 3-3: População total e de cada uma das três províncias



Fonte: INE (2019)

A população urbana em Moçambique e na zona norte continua a ser relativamente baixa (pouco menos de 30%³), porém, os agregados familiares das zonas urbanas (com uma média de 5.6 pessoas) tendem a ser mais numerosos do que os das zonas rurais (com uma média de 4.4) e nota-se a existência de uma movimentação (êxodo) rural-urbano progressiva. Isso também tende a estender-se às taxas de dependência⁴ em que mais agregados familiares das zonas urbanas as têm mais elevadas do que nas zonas rurais, o que é explicado, entre outros, pela tendência de as pessoas que conseguem algum nível de rendimento nas zonas urbanas trazerem para junto de si familiares que de outro modo permaneceriam nas zonas rurais. Como se vai notar mais abaixo este fenómeno está a agravar-se ainda mais devido ao conflito nos distritos abrangidos de Cabo Delgado.

Conforme apresentado na Caixa 3-1, abaixo, a revisão dos distritos (zonas rurais) que são tradicionalmente beneficiárias de acção de protecção social em Moçambique, o que tem atrás de si bolsas de pobreza e vulnerabilidade, destaca que a província de Nampula é das que participa com o segundo número mais elevado (i.e. 13). No plano nacional isso é partilhado com as províncias da Zambézia que se situa na primeira posição (18), Manica e Tete (com 8 cada uma), Sofala e Gaza (com 6 cada uma), Inhambane (4), Cabo Delgado e Gaza (com 2 cada uma) e Niassa (1⁵).

Caixa 3-1: Distritos/municípios de maior incidência da pobreza e vulnerabilidade

Zonas Rurais de Incidência das Acções de Protecção Social⁶ (áreas específicas em 68 distritos)

- **Cabo Delgado:** Numuno, Chiure
- **Niassa:** Mecanhelas
- **Nampula:** Nacarôa, Rapale, Mamba, Eráti, Mongincual, Monapo, Moma, Larde, Mogovolas, Angoche, Ribáuè, Mecuburi; Murrupula
- **Zambézia:** Mopeia, Quelimane, Nicoadala, Morrumbala, Derre, Gile, Namacura, Maganja da Costa, Mucubela, Pebane, Gurue, Namaroi, Mulevala, Alto Molocue, Ile, Milange, Molumbo, Mocuba

³ INE (2014), com base em projecções do Censo de 2007.

⁴ A taxa de dependência demográfica representa a relação intrínseca entre a população dependente (0-14 e +65 anos) e a população em idade produtiva (15-64 anos), calculada pela seguinte fórmula: Taxa de dependência = (Idade dependente) / (Idade 15-64) ×100.

⁵ Apesar de ser a província que contribui com o mais baixo peso na formação do PIB nacional, Niassa não é uma província severamente assolada por certas formas de pobreza, com destaque para a desnutrição, que se situa a níveis baixos nesta província.

⁶ A Segurança Social Básica do INAS abrange os cidadãos nacionais sem meios próprios de satisfazer as suas necessidades básicas e vivendo em situação de pobreza e de vulnerabilidade. A cobertura dos programas do INAS em 2018 representa ainda apenas 20.5% dos agregados familiares em situação de pobreza em Moçambique.

- **Tete:** Moatize, Angónia, Cahora Bassa, Changara, Mágoe, Mutarara, Tsangano, Zumbo
- **Manica:** Gondola, Macate, Vanduzi, Sussundenga, Mussorize, Machaze, Tambara e Guro
- **Sofala:** Nhamatanda, Muanza, Caia, Chemba, Marromeu e Machanga
- **Inhambane:** Funhalouro, Mabote, Inhassoro, Govuro
- **Gaza:** Chibuto, Chigubo, Mabalane, Massingir, Chicualacuala, Massangena
- **Província de Maputo:** Magude e Moamba

Zonas Urbanas (áreas específicas em 5 municípios)

- **Tete:** Município de Tete:
- **Sofala:** Município da Beira
- **Zambézia:** Município de Quelimane
- **Maputo Cidade:** Município da Cidade de Maputo
- **Nampula:** Município de Nampula

Fonte: INAS (2018)

A actual selecção dos distritos para serem receptoras das intervenções do MozNorte coincide em cada uma das três províncias com os seguintes distritos reconhecidos como detentores de bolsas significativas de pobreza e vulnerabilidade:

- **Em Nampula:** Memba, Eráti, Mecuburi, Ribaué, Moma, Larde e Angoche (7 dos 8 enquadrados no MozNorte).
- **Em Cabo Delgado:** Namuno (1 dos 4 enquadrados no MozNorte)
- **Em Niassa:** sem distrito coincidente (0 dos 6 enquadrados no MozNorte).

O que mais uma vez destaca Nampula como sendo a província mais marcada por este fenómeno negativo e Niassa como eventualmente a menos pobre e vulnerável em função dos critérios usados (ver abaixo).

Facto também interessante para a temática em análise é que na região norte e centro (à excepção de algumas regiões de Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, que por vezes são expostas a ciclones e cheias), na maior parte dos casos, a pobreza e vulnerabilidade são mais explicadas por fracos investimentos em infra-estruturas (ver mais abaixo) e em fortalecimento de capital social (educação e saúde), em oposição ao que se passa, por ex. na zona sul, principalmente Gaza e Inhambane, em que tais fenómenos têm por detrás de si factores climáticos, designadamente a escassez de chuvas assim como cheias e ciclones cíclicos.

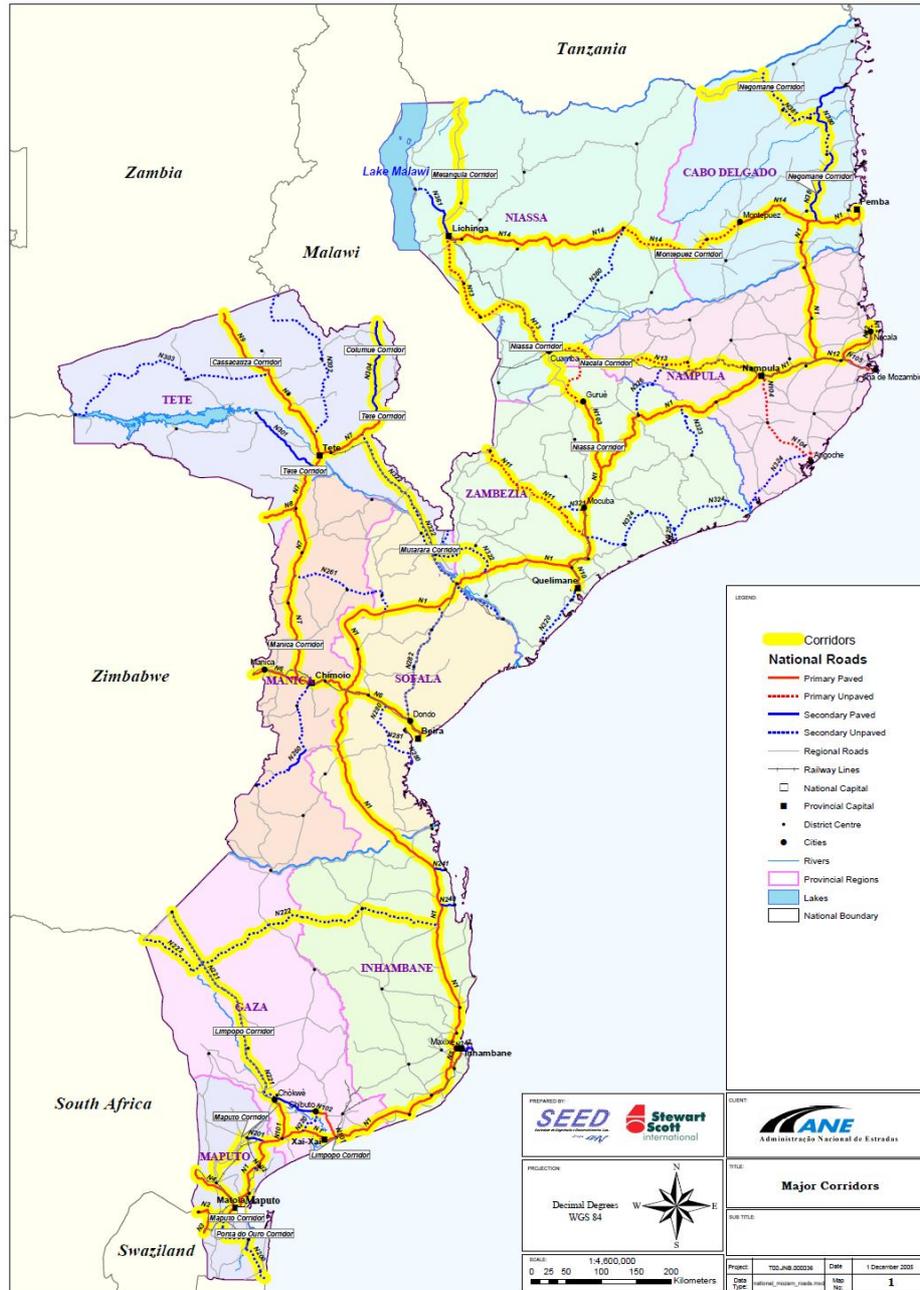
Em conformidade com a natureza da pobreza e da vulnerabilidade as intervenções de protecção social têm incidido sobre (i) fortalecer o nível de consumo e resiliência das pessoas pobres e vulneráveis, que tende a situar-se abaixo dos níveis aceitáveis; (ii) contribuir para o desenvolvimento do seu capital humano por meio da melhoria da nutrição e do acesso a serviços de saúde e educação; (iii) prevenir e responder aos riscos de violência, abuso, exploração, discriminação e exclusão por meio de serviços sociais; e (iv) desenvolver capacidade institucional para a implementação e coordenação do sistema de assistência social.

3.2 Infra-estruturas

É facto assente que um dos factores que explica o fraco desenvolvimento da região norte e que deverá interferir de várias maneiras com o MozNorte ao mesmo tempo que já sobressai na avaliação veiculada por este documento, é o das infra-estruturas. Destaque vai para as estradas, que, na actualidade, desempenham um papel preponderante na circulação de pessoas e bens incluindo estímulo à produção e desenvolvimento de outros bens e serviços económicos e sociais como é o caso de linhas férreas, portos, energia, telecomunicações, sistemas de abastecimento de água e saneamento, etc. e em última análise também educação e saúde, que também tendem a seguir as estradas e neste momento se apresentam mais deficientes na zona norte do que nas restantes regiões do país.

A Figura 3-2, faz o mapeamento destas redes de estradas que, conforme se vai notar ao longo deste texto, não só determinam as economias regionais como também já influenciam as movimentações das pessoas deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado.

Figura 3-2: Hierarquia de estradas e principais corredores rodoviários de Moçambique



Fonte: Mott MacDonald/PDNA (2014)⁷

O resumo do estado das estradas estrutura-se sob as seguintes linhas (a) a extensão total da rede rodoviária é de pouco mais de 30.623 km com 20% primários, 16% secundários, 42% terciários e 22% de estradas vicinais; e (b) a rede rodoviária primária está em melhores condições e tende a coincidir com as estradas pavimentadas do que a rede secundária, terciária e vicinal, numa medida em que as condições se deterioram progressivamente, conforme se vai descendo na hierarquia.

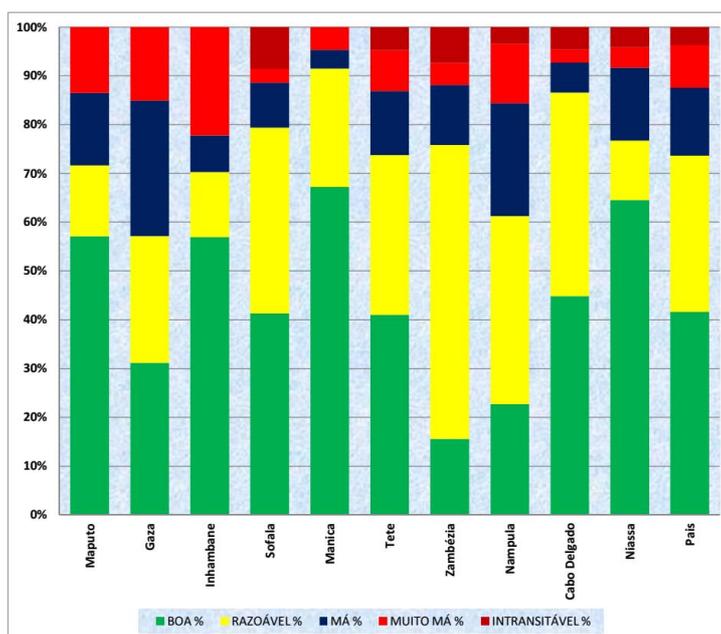
Mesmo considerando o ajustamento que deve ser feito em relação a 2021, o facto de em 2014 38% da rede rodoviária terciária e 49% da rede rodoviária vicinal se encontrarem normalmente em condições deficientes que vão de más condições, muito más ou intransitáveis, não só limita o potencial de desenvolvimento das áreas abrangidas como continua a interferir negativamente com o estabelecimento de um país integrado e em que as diferentes regiões comunicam entre si e se emprestam sinergias, isto apesar de nos últimos 20-30 anos ter havido relativos desenvolvimentos na

⁷ Draft Strategic Perspective on The Nacala Development Corridor.

activação dos principais corredores de desenvolvimento com destaque para as que ligam diferentes zonas no interior do país.

Tradicionalmente (i.e. desde o período de ocupação colonial) Moçambique tem sido um país mais focalizado nos corredores este-oeste, destinados a servir os países do interior e sem acesso ao mar. Isto deu origem aos três principais corredores de Maputo, Beira e Nacala, que encerram um significativo potencial que apesar da mais-valia com que contribuem para a economia doméstica, acima de tudo destinam-se a servir os negócios transfronteiriços. O **Error! Not a valid bookmark self-reference.**, mais abaixo procura fazer um resumo das condições das estradas por província em 2014, situação que hoje deve apresentar ligeiras diferenças⁸. Nele também se nota que um pouco diferentemente de Niassa⁹, as províncias de Nampula e Cabo Delgado, com destaque para a primeira, estão em posição ainda mais precária.

Gráfico 3-4: Condições das estradas por província



Fonte: Mott MacDonald/PDNA (2014)¹⁰

Para o que interessa para esta avaliação nota-se que a Zona norte goza de uma rede limitada de estradas primárias, de onde se destaca a (i) ligação Lichinga-Nacala, por intermédio da N13, que atravessa vastas áreas das províncias de Niassa e Nampula e forma o muito conhecido Corredor de Nacala; (ii) a ligação entre Nampula e Cabo Delgado, que se faz por intermédio da N1, que só muito recentemente viu todo o troço que se estende de Mocuba (na província da Zambézia) até Pemba a ser completamente asfaltado; (iii) a ligação Lichinga-Pemba, que se faz pela N14 e liga Niassa a Cabo Delgado, que também só muito recentemente viu o seu piso a ser asfaltado na íntegra. A rede de estradas secundárias na região também é limitada e praticamente circunscreve-se (i) a zona norte de Niassa até ao Lago e fronteira com a Tanzânia que conta com N361 e o Corredor de Metangula ainda não asfaltados na íntegra; e (ii) o norte de Cabo Delgado até à fronteira com a Tanzânia que se serve

⁸ Porém, cabe acrescentar que dados mais actuais não traduzidos em mapas como os apresentados, mostram que para além da N1 em Nampula e partes de Cabo Delgado, N13 em Nampula e Niassa, N14 (Corredor de Montepuez), N361 em Niassa e N380 e 381 em Cabo Delgado as Estradas Primárias e Secundárias tiveram pouco progresso na zona norte nos últimos sete anos.

⁹ A situação descrita em relação a Niassa também deve carecer que qualificação. Pode ser que medida em termos de Km de estrada por habitante ela esteja em posição favorável, mas em função da área da província a actual extensão de estradas ainda deixa muitas áreas sem cobertura. O caso dos distritos do nordeste da província são os mais desprovidos. Isso inclui substanciais porções de Mecula e Sanga, mas também Majune e Marrupa, mas a sul.

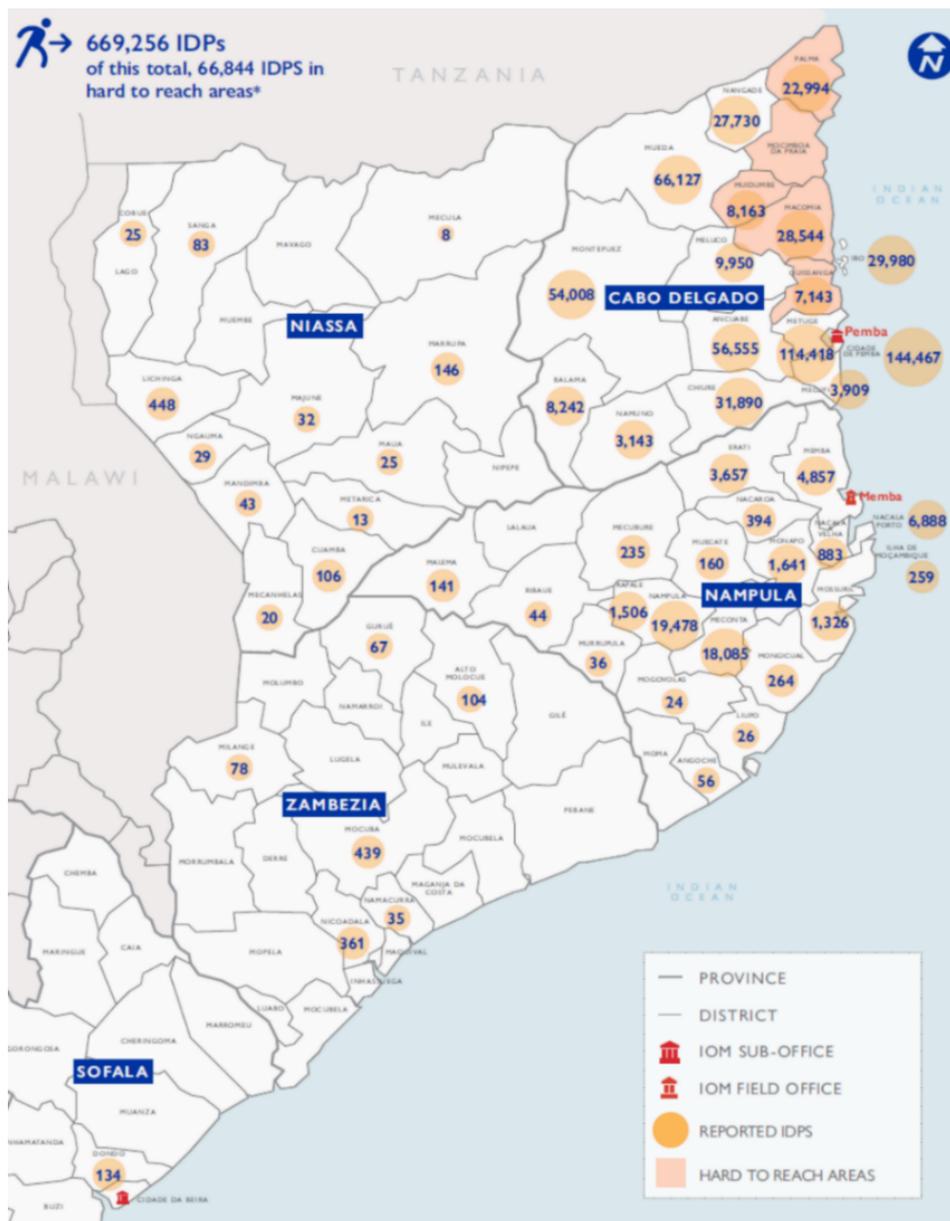
¹⁰ Idem.

das N380 e N381, que neste momento viraram estradas de transitabilidade limitada devido ao conflito que predomina precisamente nesta zona da província.

O articulado de estradas acima deixa vastas zonas destas províncias sem infra-estrutura de base. Por ex. o acesso, a partir de Nampula, aos distritos do sudeste da província do mesmo nome e que fazem parte do MozNorte, nomeadamente Mossuril, Angoche, Larde e Moma, apesar de não compreender mais do que 200 km, em cada um dos casos, pode levar mais do 8-10 horas de viagem de carro e é desgastante a todos os níveis. Isso contribui para a desintegração regional com todas as consequências que daí advêm. E isso é válido quanto ao acesso a vastas zonas do interior da maior parte dos distritos do MozNorte sempre que tais zonas se situem longe das principais estradas primárias e/ou secundárias, o que, por sua vez, tende a ser a norma.

Como dito a rede de estradas depois condiciona as restantes redes de infra-estruturas e serviços fundamentais tal como se pode ver pela rede de energia eléctrica, que por sua vez é muito determinante no acesso a energia fiável para os vários. É de notar que a forte dependência em biomassa e recursos florestais para os habitantes das zonas recônditas no interior dos distritos em geral e os do MozNorte tende a não depender a disponibilidade de energia eléctrica, mas sim, o rendimento disponível para pagar por ela e em paralelo a existência de mercados para o seu uso produtivo.

Figura 3-3: Visão geral da distribuição das PDI pelas províncias



Fonte: DTM 9, IOM, Dezembro 2020

Também para o que interessa para esta avaliação, junto com a procura de centros urbanos e/ou urbanizados, por serem percebidos como sendo os que oferecem maior segurança, sobretudo depois dos traumas decorrentes da violência nas aldeias, povoações e pequenas vilas, a rede de estradas e infra-estruturas e outras facilidades que as acompanham têm condicionado a selecção dos locais de destino/acolhimento para as pessoas directamente afectadas pela insurgência em Cabo Delgado. O mapeamento destas, apresentado na Figura 3-3, parece ser disto suficientemente ilustrativo. As maiores bolsas de PDI tendem a coincidir com centros urbanos (capitais provinciais¹¹ ou distritais) e zonas servidas por estradas primárias e/ou secundárias e infra-estruturas afins.

Deve-se também destacar que sem serem o único efeito do conflito as PDI oferecem uma significativa base para medir a gravidade deste. Como se vai notar dos relatos sobre como o deslocamento das áreas usuais de habitação e vida geral para outras acontece, excluindo a morte e/ou mutilação, ele tende a constituir-se num dos piores efeitos que o conflito pode infligir às pessoas, famílias e

¹¹ Por ex. a cidade de Pemba deve contar neste momento com cerca de 200 mil PDI.

comunidades. As pessoas/famílias só se deslocam depois de esgotadas as outras alternativas de resistência viáveis ao seu alcance.

Em resumo a zona norte tem sido tradicionalmente uma zona delicada em matéria de desenvolvimento. Existem razões para acreditar que mesmo que o actual conflito existente em Cabo Delgado não tivesse sido deflagrado (sem por de lado o facto de parte do conflito poder ser informado por tais factores que explicam a sua delicadeza), qualquer intervenção desenvolvimentista na zona teria que ser concebida e implementada tendo em consideração esse aspecto.

Nas linhas que se seguem são apresentados os traços mais marcantes de cada uma das províncias quanto aos assuntos em avaliação neste documento.

4 A Situação Por Província

4.1 Província de Nampula

No âmbito deste estudo, houve dois momentos de levantamento de informação no terreno na província de Nampula. O primeiro momento ocorreu de 24 a 30 de Março de 2021 e o segundo de 21 a 28 de Junho de 2021. No Anexo 1 são identificadas as entidades singulares e em grupo entrevistadas, integrando representantes governamentais de nível provincial e distrital, do Mecanismo para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Província de Nampula, deslocados internos e outros informantes-chave.

Num total de oito, das três províncias a de Nampula é a que contribui com o maior número de distritos para a actual configuração da área geográfica do MozNorte, ou seja oito (8), i.e. Memba, Erati, Mecuburi, Ribaué, Moma, Larde, Angoche, Mossuril.

Com uma área de 81,606 Km² a província de Nampula reunia 5,483,382 habitantes em 2017 (INE, 2017) dos quais perto de 51.5% eram mulheres. Isto representa cerca de 22% da população de todo o país e significa que Nampula é a província mais populosa do país.

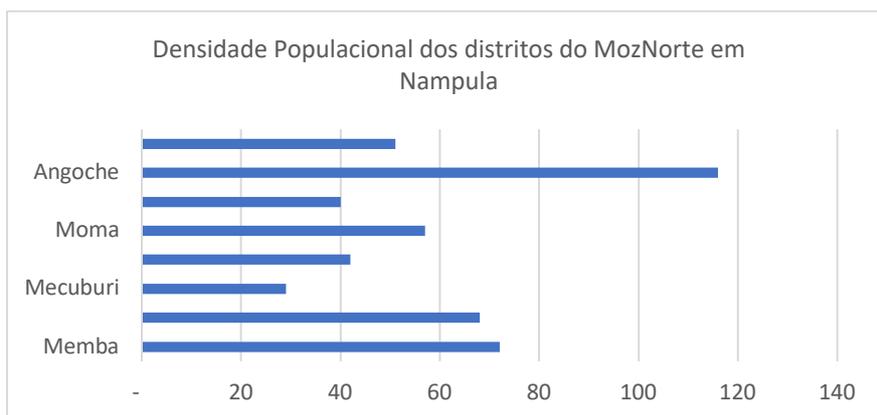
Está projectado que entre 2017 e 2050 a província conte com uma taxa de crescimento anual da população de 2%, sendo que presentemente conta com uma densidade populacional de 67 habitantes por Km², a segunda mais elevada do País, quando se comparam as províncias entre si, após a Cidade de Maputo. Cerca de 41% da população está concentrada nos distritos de Moma, Monapo, Angoche, Mogovolas, Erati, Memba, Nampula-Rapale, Nacala Porto e Cidade de Nampula. Esta última concentra 13.8% do total de habitantes da Província de Nampula. Em 2007, a Cidade de Nampula representava apenas 12% da população da província. A alteração revela um significativo grau de crescente urbanização. Um fenómeno que visivelmente está a ser agravado, nas três províncias pelo conflito em Cabo Delgado, como se vai ver nas linhas que se seguem.

A Cidade de Nampula é a terceira maior cidade do país depois de Maputo e Matola. Devido ao seu papel aglutinador das actividades de negócios na zona norte do país é igualmente conhecida como sendo a “Capital do Norte”. A província de Nampula, que se situa na terceira posição no contexto das 11 províncias, quanto à contribuição de cada província para a formação do PIB, é, na região norte do país, a que mais contribui para equilibrar a posição desta região no computo geral.

Na sua actual versão o MozNorte propõe-se a abranger oito (8) distritos acima citados, que juntos constituem-se em 47% da área total da província. Nota-se que os dois distritos mais procurados pelas pessoas internamente deslocadas pelo conflito que neste momento ocorre em Cabo Delgado, i.e. a Cidade de Nampula e o distrito de Meconta, não figuram na lista dos abrangidos pelo projecto. Porém Memba e Erati apesar de ainda acolherem um número limitado dessas pessoas deslocadas, encontram-se abrangidas, o que é significativo.

A densidade populacional média da província de Nampula (uma das mais elevadas do país) é de 67. Os distritos até agora seleccionados para acolher o MozNorte apresentam os cenários apresentados no Gráfico 4-1. Nota-se uma variação que vai desde as mais densamente povoadas (de onde se destaca Angoche, com quase o dobro da média provincial) até à menos densamente povoada (Mecuburi, que apresenta perto de metade da média provincial) assim como a proliferação de valores intermédios situados mais perto da média provincial.

Gráfico 4-1: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província de Nampula



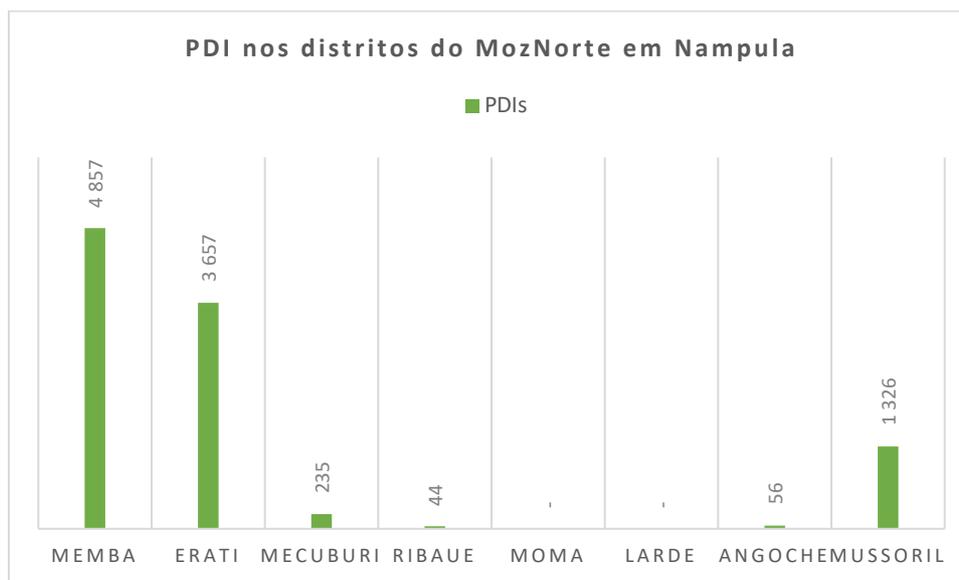
Fonte: INE (2019)

Por sua vez a Figura 4-1 apresenta a distribuição geográfica dos distritos seleccionados até ao momento para beneficiar do projecto. Destaque vai para o facto de, à excepção de Ribaué e pequenas partes de Mecuburi (na sua fronteira sul) assim como partes de Eráti e Memba (que se situam no Corredor de Nacala e da N1), se tratar de distritos situados fora dos principais corredores de desenvolvimento, particularmente no que diz respeito a estradas.

também pela sua fácil acessibilidade, i.e. pela N13 (Cidade de Nampula), e pelas N1 e N13 para vastas zonas de Meconta e arredores de Namialo.

Conforme mostrado no Gráfico 4-2, elaborado com base nos dados da Figura 3-3¹⁴ os distritos do MozNorte compreendem um total de 10,175 PDI (cerca de metade das que estão quer na Cidade de Nampula quer no distrito de Meconta, respectivamente), sendo que os mais procurados são os do norte (Memba e Erati), que se situam relativamente perto da N1. O distrito costeiro com o número mais elevado de PDI é o de Mussoril. Os distritos costeiros de Moma, Larde¹⁵ e Angoche mal podem falar da presença deste tipo de pessoas. O mesmo se pode dizer dos distritos do interior de Mecuburi e Ribaué.

Gráfico 4-2: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província de Nampula



Claramente, em Nampula, as PDI não são ainda um fenómeno directamente significativo nos distritos do MozNorte, neste momento.

4.1.1.1.1 Efeitos dos conflitos em Cabo Delgado

Deslocados Internos Fora dos Centros de Acomodação

As informações recolhidas junto das famílias deslocadas entrevistadas, que fugiram do conflito em Cabo Delgado para Nampula e de outros declarantes locais em representação das autoridades e entidades de apoio, incluindo informação secundária, indicam que as pessoas e famílias que se deslocaram para esta província recorreram a transporte privado e público. No primeiro caso houve “bons samaritanos” que se ofereceram para as transportar, normalmente totalmente destituídas e encontradas em situação de fuga e depois de dias ou semanas fugidas das suas origens. As que recorreram a transporte público, em troca de pagamento das tarifas de transporte, são as que ainda tiveram algum tempo para organizar a sua fuga e juntar alguns bens e dinheiro, antes de abandonarem as suas zonas de origem.

Foi possível contactar com famílias fugidas dos distritos de Mocímboa da Praia, Macomia, Muidumbe e Palma, sendo que em relação aos três primeiros distritos os deslocamentos deram-se já em Agosto de 2020, quando as incursões dos insurgentes começaram a agravar-se nestes distritos de Cabo Delgado. No caso dos fugidos de Palma, trata-se de um fenómeno mais recente, i.e. ocorrido depois da muito propalada incursão de 24 de Março de 2021.

¹⁴ Que se refere a dados de Dezembro de 2020, que neste momento sofreram significativa alteração.

¹⁵ O mapa da Figura nem tem uma referência directa a Larde. Está um distrito criado recentemente a partir do distrito de Moma.

Normalmente as fugas tendem a acontecer depois de ataques e destruições de casas, incluindo matanças e mutilações nas aldeias, povoações ou até mesmo sedes distritais, em que as pessoas/famílias viviam. Com frequência a decisão de abandonar as zonas de origem acontece depois de alguns dias ou semanas nas matas sob esconderijo. Esse tempo é usado para avaliar a possibilidade de regressar a casa. E é só quando fica confirmado que as aldeias/povoações/vilas estão irremediavelmente ocupadas pelos insurgentes, que se toma a decisão de rumar para outro destino.

As partidas tendem a ser feitas em grupos de 2-4 ou mais famílias e entre elas normalmente existe pelo menos uma que indica ter contactos (por regra familiar de algum grau) que as podem recolher, dar abrigo e outras formas de assistência inicial, no local do destino, antes de poderem encontrar outras formas de sobrevivência. Portanto a opção de fugir directamente para campos organizados de acolhimento parece não ser a norma. Como afirmado, a preferência por zonas urbanas e de fácil acesso por estrada tem pressupostos claros que se resumem na percepção de serem as mais seguras e as que acarretam menos dificuldades de acesso. Mais abaixo vai se ver que na província de Cabo Delgado este fenómeno se repete. As mesmas razões, mas de forma inversa, deve explicar o padrão verificado na província do Niassa.

Conforme se pode ver pela **Error! Reference source not found.**, abaixo, isto explica, na província de Nampula, que sejam a vila de Namialo¹⁶ (no distrito de Meconta) e a Cidade de Nampula que acolhem o maior número de deslocados de Cabo Delgado¹⁷.

Chegadas ao destino as pessoas/famílias acomodam-se junto das pessoas/famílias de acolhimento já contactadas previamente, normalmente via telemóvel. Uma parte significativa das pessoas/famílias de acolhimento é também constituída por pessoas pobres e vulneráveis. Três das famílias provenientes de Mocímboa da Praia, entrevistadas, foram acolhidas pela sobrinha de um dos chefes de família de deslocados. Esta sobrinha era por sua vez viúva e desempregada. Ela teve que acolher de uma só vez 18 pessoas repartidas por famílias de 8 (a família do tio, pessoa directa das suas relações), 6 e 4¹⁸ (sendo que estas duas últimas simplesmente acompanhavam o tio). A imprensa tem estado a fazer referências sobre famílias nas cidades/vilas de acolhimento na zona norte e em conexão com o conflito em Cabo Delgado que, de repente e conseqüentemente, engrossaram para mais de 20-30 pessoas, por agregado. O modelo das três famílias de Mocímboa da Praia aqui relatado pode ser exemplo de como isso se passa na prática.

O “bom samaritanismo” parece ser forte em todos estes processos. Desde a facilitação do transporte dos locais de origem, até aos dos primeiros momentos de acolhimento no destino inicial. Mas nota-se que as pessoas não acreditam que “isso” possa perdurar, principalmente sob tais circunstâncias. Isto se constitui em motivo de ansiedade e stress permanentes, sobretudo por parte dos chefes dos agregados familiares. Trata-se de famílias que normalmente sobrevivem com base na pesca e/ou pequenos negócios (os homens) e da agricultura (as mulheres) que de repente se encontram em meios urbanos do interior, sem corpos de água para a pesca, dinheiro para os negócios e sem terra para a agricultura.

Uma das primeiras medidas que se toma horas/poucos dias depois da chegada é a da apresentação dos recém-chegados aos órgãos de liderança local, normalmente do Bairro, que ligam com o posto administrativo correspondente. Todos referem que se faz um registo rápido e (subentende-se) precário das pessoas chegadas e normalmente não existem grandes formalidades. Isto tende a ser agravado pelo facto de os deslocados chegarem quase em todos os casos sem documentos de identificação, o que se relaciona com o facto de nunca os terem tido ou porque saíram fugidos e/ou depois de casas e

¹⁶ Esta vila está mesmo à entrada da província de Nampula para quem vem descendo pela Estrada Nacional 1, que liga Pemba a Nampula pela Estrada Nacional 13.

¹⁷ Os dados que circulavam em Março de 2021 indicavam que a maioria dos deslocados (>80%) estava localizada em todos os 17 distritos de Cabo Delgado, principalmente distritos do Leste e Sul devido à segurança e protecção, bem como ao acesso à assistência humanitária e a viver em famílias de acolhimento e/ou com recurso a meios próprios. Menos de 10% encontram-se em Nampula, principalmente na Cidade capital em si (Nampula (acima de 19,000)) e no distrito de Meconta (um pouco acima de 18,000 pessoas). A maior parte das pessoas deslocadas são mulheres e crianças o que se constitui num significativo agravamento da condição de vulnerabilidade destes grupos. O enquadramento em centros de deslocados institucionalizados tem merecido pouca preferência pelas pessoas e famílias deslocadas.

¹⁸ Inicialmente eram 5, mas o homem depois abandonou a mulher e a família e ela ficou sozinha com as 3 filhas.

haveres pessoais queimados e conseqüentemente sem poder levar consigo quaisquer documentos que pudessem ter. Alguns referem ter pelo menos os cartões de eleitores. Refira-se que desde 1994, altura em que se deu início ao processo de eleições legislativas e presidenciais e mais tarde autárquicas (em 1998) o governo tem demonstrado capacidade de conferir mais ou menos rapidamente todos os cidadãos em idade de votar, com cartões de eleitores¹⁹.

Depois das apresentações e registos começam as estratégias de sobrevivência que assumem várias características ditadas pela situação específica de cada indivíduo/família e contexto de acolhimento. Por ex. no caso específico em três das famílias em alusão nesta secção da avaliação, em pouco menos de um ano notaram-se diferentes fenómenos:

- (i) A família do tio continuou (8 membros) a viver com a sobrinha acolhedora e recorre (a) trabalho temporário (lides domésticas - lavar, passar roupa, limpeza, carregar/descarregar produtos, etc.) por parte dos membros que podem trabalhar; (b) recepção de comida (feijão, farinha de milho, óleo e arroz e o que lhes é dado que pelo menos permite que possam comer metade do mês pois não é suficiente e várias vezes dorme-se sem comer) e outros bens (roupa, utensílios domésticos, etc.) por parte de entidades várias que prestam apoio intermitente nesse sentido, principalmente de igrejas e centros locais de apoio. Quando entrevistado, o chefe da família mostra que sob tais circunstâncias todos limitam-se a viver o dia a dia e a espera de melhores dias, apesar de não verem como isso poderá evoluir. Sentem que o governo deveria fazer mais (por ex. pacificar a sua zona de origem para poderem voltar, comunicar com eles regularmente sobre formas de reorganizar a vida), mas o não faz. De tempos a tempos é-lhes dito que não podem continuar à espera de viver de ajuda, mas não lhes são dadas quaisquer indicações sobre como isso pode ser, quando, etc. Tudo isto apresenta-se frustrante e sem perspectivas claras;
- (ii) Uma das famílias que era chefiada por uma mulher jovem (6 membros), depois de três meses de acolhimento por parte da sobrinha do chefe da família que acompanharam, foi viver com um homem local (que exercia carpintaria) com quem, entretanto, estabeleceu uma relação amorosa e de união de facto e formaram uma família, passando a jovem mulher a depender desse homem para a subsistência. Ela também realiza trabalhos domésticos, em troca de pagamento sempre que pode ter a oportunidade, de modo a ajudar na cobertura das despesas. No dizer dela oferecer a sua mão-de-obra para trabalhos domésticos a favor de terceiros deve-se ao facto de ela não ter qualquer formação. Um aspecto comum com a maior parte das mulheres e raparigas das zonas rurais da área de estudo. Apesar de isto oferecer relativa estabilidade não deixa de criar ansiedade e stress porque ela não pode dizer ao certo por quanto tempo tal relação amorosa irá durar. Os filhos, entretanto, ainda não podem ir à escola porque não existem condições locais e sobretudo porque não têm documentação pessoal, nem historial académico que possa facilitar acolhimento. Mesmo assim e no meio de tantas outras preocupações isso parece não receber muita atenção, mesmo por parte dos afectados. O que mais gostariam de ver seria alguma clareza sobre como normalizar as suas vidas;
- (iii) A terceira família (4 membros) teve um desenvolvimento ainda mais problemático. No meio de tantas dificuldades o homem abandonou a família e a mulher ficou sozinha, com toda a responsabilidade de tomar conta das três filhas. O bairro acabou lhes arranjando uma casa precária, para descongestionar a casa da acolhedora inicial. A família também depende de donativos de uma unidade de saúde local (Centro de Saúde de Namicopo) e de outras pessoas de boa vontade. Isso é, de forma esporádica, suplementado por trabalhos domésticos ocasionais, a favor de terceiros, em troca de pagamento. Tal como com família anterior as filhas ainda não encontraram enquadramento na escola, devido às mesmas razões (documentação, etc.).

As restantes duas famílias entrevistadas em Nampula seguem, mais ou menos, o mesmo padrão de (i) ser vítimas/alvos de ataques às suas aldeias/povoações/casas em Cabo Delgado (as entrevistas incidiram sobre pessoas de Mocimboa da Praia, Macomia, Muidumbe e Palma) e conseqüente perda

¹⁹ Para as eleições de 2019 a Comissão Nacional de Eleições (CNE) calculava que a população em idade eleitoral se situava em 13,862,476 e tinham-se criado condições para conferir até 14,166,317 cartões de eleitor, caso todos eles tivessem ocorrido às acções de registo eleitoral. O recenseamento da população e habitação em 2017, feito pelo INE contabilizou 27,909,799 habitantes no país e as projecções indicavam que em 2019 haveria 29,494,629 de pessoas.

de vidas humanas/familiares e de bens, incluindo documentação pessoal; (ii) fuga temporária para as matas; (iii) convicção de que não existem condições para regressar à vida normal no local de origem; (iv) pré-identificação de familiares/amigos/pessoas de contacto noutras províncias (Nampula neste caso); (v) mobilização de transporte pago ou oferecido para deslocação de Cabo Delgado para Nampula, normalmente junto com outras famílias, sendo que as famílias alargadas incluindo pais, filhos, netos e outros familiares tendem a ser a norma; (vi) chegada e acolhimento temporário e permanente em Nampula e após apresentação às autoridades locais de bairro/posto administrativo, embora não exista necessário rigor sobre esta exigência; (vii) procura de normalização da vida recorrendo a diferentes formas de assistência, que podem receber e/ou criação de respostas próprias (individuais ou familiares) sob a forma de empregos precários e quaisquer outras formas de sobrevivência.

A escolha de fugir para uma província fora de Cabo Delgado (Nampula neste caso) parece ser informada por muitos factores de onde se destaca (i) estar o mais longe possível de Cabo Delgado, sabido que qualquer um dos distritos (sobretudo os vizinhos) pode ser alvo de ataques; (ii) ter pessoas de contacto e de preferência familiares e/ou familiares de amigos e pessoas de Cabo Delgado, que fogem dos mesmos problemas.

Em todos os casos nota-se que existe um permanente conflito entre aceitar que Nampula ou a província de acolhimento é a nova casa e local vida e o desejo de regressar a Cabo Delgado, que apesar de, claramente, ser o desejo dominante, também não pode ocorrer porque se sabe que a insegurança permanece.

As pessoas sentem-se desprovidas de poder porque em última análise nem entendem bem o que se passa e não sabem em quem confiar e para onde se virar. E, apesar de apreciarem a solidariedade de que têm beneficiado, sempre existe o receio que tal solidariedade não dure para além de certos limites. Até porque já notam sinais de inconsistências na mobilização e canalização das ajudas, dado que nunca se sabe ao certo o que irão receber, quando, como e de quem. E já passam por experiências de insuficiências de comida e outros bens essenciais.

O recurso aos centros de acolhimento (transitórios ou permanentes) por parte dos que decidem juntar-se a amigos e familiares e tentar a sorte por conta própria é vista com desconfiança. Ouvem-se e/ou referem-se rumores de maus-tratos nesses locais ou desconhece-se, mas desconfia-se dos mesmos e por isso as pessoas prefeririam não depender deles. Isso deve explicar que, comparado com o número de deslocados existentes, tais centros sejam relativamente poucos e não acomodem um número significativo de pessoas. Com base no que deve ser o maior centro de reassentamento em Nampula, no distrito de Meconta, posto administrativo de Corrane, mais abaixo apresentam-se breves descrições acerca deste tipo de centros em Nampula.

A verdade é que os números de pessoas deslocadas crescem a cada dia e a pressão sobre áreas, terras, recursos e serviços também aumenta numa situação em que as entidades de acolhimento e outras que lhes prestam assistência também não sabem ao certo o que fazer nem por quanto tempo.

Nas zonas urbanas, o acesso a terra para cultivo, que junto com a pesca e comércio, formam os principais modos de vida das pessoas deslocadas, só acontece (sobretudo para a agricultura) nos casos em que as pessoas conseguem áreas nos distritos vizinhos (por ex. Meconta, Rapale e Murrupula). Isso tende a ser feito também com ajuda de familiares/amigos que referem as pessoas às autoridades desses distritos no sentido de providenciar terra. A exploração de tais terras traduz-se em necessidades de transporte que muitas vezes se situam fora da capacidade de pagar pelas pessoas afectadas. De qualquer modo parece que cerca de um ano de deslocamento (que é o tempo mais longo que se conhece de momento) pode ser ainda muito cedo para avaliar como isso irá evoluir. O acesso a terra para habitação tende a permanecer precário, com os deslocados a depender de favores dos locais, o que é agravado pelos elevados níveis de congestionamento e falta de terras nas áreas de acolhimento propriamente ditas. O Município de Nampula como tal ainda não tem um plano claro sobre como assentar as pessoas deslocadas.

Também se ouvem relatos, não confirmados pelas pessoas directamente contactadas durante este exercício (o que pode esconder receios de represálias), de extorsões ou tentativas de extorsões de dinheiro por parte dos intermediários e dos que fazem alocação de terras para os diferentes fins. Trata-se de um fenómeno cada vez mais comum em vários pontos do país.

Em resumo e no caso específico de Nampula e Namialo (mas também certamente nos outros locais de acolhimento mais ou menos urbanizados) os seguintes fenómenos e potenciais impactos ocorrem:

Tabela 4-1: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nas cidades e vilas de Nampula

N.º	Fenómeno	Breve caracterização	Impactos gerais e potenciais
1	Agravamento do êxodo rural/urbano	Embora nem em todos os casos as pessoas deslocadas venham das zonas rurais, a maior parte vem dessas zonas e tem abandonado as suas áreas tradicionais de agricultura e pesca para se concentrar em cidades e vilas e de forma desordenada/emergência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agravamento dos problemas do deficiente planeamento urbano e de saúde e segurança; ▪ Pressão sobre bens e serviços (educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, etc.); ▪ Agravamento do estatuto das mulheres e raparigas dado o aumento das dificuldades de acesso aos serviços da educação e saúde. De particular importância na Cidade de Nampula que já consta na lista das cidades moçambicanas que encerra bolsas de pessoas em tal situação e objecto de acções de protecção social (ver Caixa 3-1, acima); ▪ Aumento de pessoas sem terra e sem meios de sobrevivência tradicionais e conseqüente aumento dos riscos de criminalidade, prostituição e vadiagem; ▪ Aumento generalizado da pobreza e vulnerabilidade nas zonas urbanas; ▪ Aumento do exército de desempregados e marginais, com potencial de ser um risco acrescido à segurança.
2	Desagregação das famílias e das comunidades e sistemas de coesão social	As mortes, desaparecimento de membros dos agregados familiares (incluindo pais e mães) e outros factores de pressão e stress sobre pessoas, famílias e comunidades conduzem à sua desagregação progressiva, perda de identidade, incluindo perda de documentos pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agravamento da pobreza e vulnerabilidade o que de forma desproporcional afecta mais as crianças, mulheres e raparigas do que os outros grupos; ▪ Aumento dos riscos de exclusão no acesso a bens e serviços e conseqüentemente das desigualdades a longo prazo, o que também afecta mais as mulheres e raparigas do que os outros grupos; ▪ Aumento dos riscos de criminalidade, prostituição e vadiagem.

Deslocados Internos nos Centros de Reassentamento

O distrito de Meconta, posto administrativo de Corrane, tem dentro de si um dos maiores Centros de Reassentamento de deslocados internos provenientes de Cabo Delgado, na província de Nampula.

Tudo indica que a maior parte das pessoas que se acomodam neste tipo centros é a que não possui familiares, amigos e meios para tentar uma solução própria ao deslocamento. Outros tentam-na, mas, por algum motivo e em certo momento, se convencem de que o centro de acomodação (de trânsito ou permanente) se constitui na melhor saída para o seu caso específico. Isso pode ser causado por desentendimentos com as famílias/amigos/vizinhos de acolhimento ou outros motivos.

Nessa condição as pessoas acabam achando que a melhor solução é recorrer a centros organizados sob a tutela de alguma entidade, que neste caso é o governo distrital e posto administrativo²⁰. É mais uma estratégia de sobrevivência relativamente bem calculada por parte dessas famílias, normalmente constituídas por mulheres, raparigas e filhos menores, cujos maridos e filhos do sexo masculino

²⁰ A maior parte dos centros de acomodação está sob a tutela dos governos distritais/municipais e contam com a intervenção de entidades nacionais (por ex. INGD) e estrangeiras (por ex. organismos das Nações Unidas e outras).

maiores não as quiseram acompanhar, por motivos vários (por ex. permanecer em Cabo Delgado para ainda tentar preservar o que se pode preservar do modo de vida, que tinham antes do conflito, desenvolver outras actividades rendosas, esperar para ver, etc.).

Em Março de 2021, o Centro de Reassentamento de Corrane acolhia cerca de 2,000 PDI acomodados numa área agrária pertencente a um farrmeiro de nacionalidade alemã, que ficou abandonada depois da sua morte²¹. A população circunvizinha vinha usando essa área para as suas actividades de produção agrária ainda que sem qualquer direito para o efeito (algo também muito comum em Moçambique).

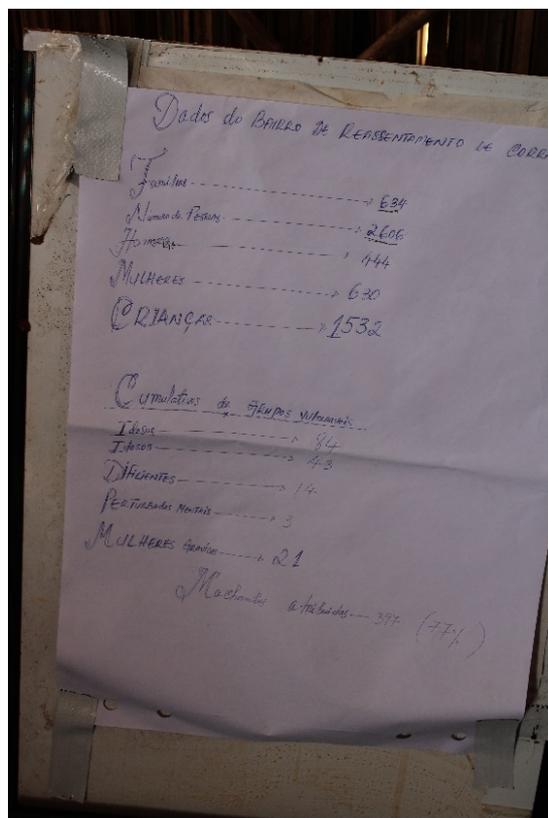


Figura 4-2: Estatísticas básicas sobre PDI em Corrane

Tal como mostra a imagem abaixo, o Governo do Distrito de Meconta que acolhe pouco mais de 19,000 PDI, decidiu constituir o Centro de Corrane em Centro de Reassentamento, no que qual se ensaiam formas de normalização da vida dessas PDI provenientes de Cabo Delgado, no sentido de elas procurarem viver mais ou menos normalmente (habitação, produção, acesso a bens e serviços básicos) até que fique claro se permanecem de vez e/ou se regressam aos locais de origem. Ainda que de forma apressada isso traduziu-se num planeamento e ordenamento territorial básico e feito de forma sumária em que se definiram principalmente (i) áreas residenciais e de infra-estruturas básicas (escritórios de atendimento ao campo, educação, saúde, etc.); (ii) áreas de cultivo; e (iii) áreas de acomodação dos interesses das populações locais (sobretudo agricultura). Este último aspecto só ocorreu depois que se notou que ignorar os locais poderia gerar conflitos. O centro situa-se no meio de 3 comunidades que no total abarcam 7,000 pessoas, i.e. um pouco acima de 3.5 vezes mais pessoas do que as PDI.

²¹ Consta que neste momento decorre um processo de negociação com os herdeiros para eventual compensação pela ocupação. Um detalhe importante que certas correntes do governo local poderiam ter preferido colocar debaixo da mesa.



Figura 4-3: Plano de uso da terra preparado para o Centro de Reassentamento de PDI de Corrane

As residentes hospedeiras têm cerca de 1,104 crianças e jovens em idade escolar e as PDI trouxeram mais 400, o que totaliza cerca de 1,500. Os novos estudantes foram integrados nas escolas existentes o que agrava os problemas de superlotação das escolas que já se conhecem. Se ainda não é, pode ser uma porta aberta para criar animosidades entre os locais e as PDI. Mas no caso da educação isso parece estar adormecido. As autoridades indicam que sensibilizaram os locais e o assunto foi bem recebido, embora neste momento se esteja a tentar expandir a capacidade de atendimento escolar. O que também se pode notar é que o enquadramento das crianças dos centros de reassentamento ocorre de forma mais célere, do que fora dos centros, em que se tende a testemunhar os episódios já descritos sobre falta de documentação, indecisão e demora sobre enquadramento, etc. Nos centros de reassentamento, talvez porque as entidades governamentais se sentem mais pressionadas ou mais sob controlo, elas tendem a assumir mais a responsabilidade de providenciar educação, saúde e condições de retoma da produção, do que o que sucede com as famílias que se acomodam por si próprias.

LISTA NOMINAL DOS ALUNOS INSCRITOS DO CENTRO DE REASENTAMENTO DE MUCUPASSA E NA ESCOLA VIZINHA DE MUCUPASSA

ALUNOS DESLOCADOS			
1ª classe	HOMENS	MULHERES	TOTAL
28	265	307	575
2ª classe	26	25	51
3ª classe	41	23	64
4ª classe	65	38	103
5ª classe	51	31	82
6ª classe	25	37	62
7ª classe	36	15	51
TOTAL	H	M	HM
	559	578	1136

ESCOLA VIZINHA MUCUPASSA			
1ª classe	HOMENS	MULHERES	TOTAL
20	55	47	102
2ª classe	41	42	83
3ª classe	43	66	109
TOTAL	236	205	441

TOTAL 1577 ALUNOS

TOTAL 1577 ALUNOS DESLOCADOS e escola VIZINHA

HOMENS	MULHERES	TOTAL
795	783	1577

Figura 4-4: Dados estatísticos básicos sobre educação no Centro de Reassentamento de PDI de Corrane

A pressão acrescida sobre os bens e serviços existe em todos os pontos que acomodam PDI, sejam estes em centros ou fora deles e numa situação em que estes já andavam saturados, traduz-se em problemas graves para todas as partes, i.e. autoridades locais do distrito, posto administrativo, comunitários comunidades anfitriãs e pessoas deslocada.

Uma área em que os problemas são aparentes é o da saúde. As 7,000 pessoas locais da população hospedeira não tinham uma unidade de saúde por perto. A chegada das PDI viu ser instalada uma pequena unidade de saúde, mesmo no Campo de PDI de Corrane. Muito cedo foi necessário abrir tal unidade para o público em geral, dada a indisfarçável reacção hostil dos locais, face ao facto de verem surgir a primeira unidade de saúde no local por causa de 2,000 vindas de fora quando 7,000 que sempre viveram lá nunca foram objecto de tal atenção.

O mesmo se passou com o abastecimento de água. Anteriormente a área vinha sendo servida por duas fontes de água (poços com bombas manuais), o que se situa muito aquém da proporção de uma fonte por cada 300 habitantes, recomendada pelas autoridades no contexto do abastecimento de água rural. A chegada das PDI viu surgirem quatro novas fontes para servir especialmente estas, o que também, logo a seguir, teve de ser alargado para todos, i.e. as PDI e os locais, pelas mesmas razões que as apontadas acima.

Apesar de já haver uma certa coordenação (por ex, CEDES, UNICEF, Santo Egidio e outros programas do governo) um outro problema, que em parte vem por bem, relaciona-se com o facto de o Centro de Corrane estar a ser objecto de várias formas de apoio, por parte de uma série de entidades de apoio ao desenvolvimento (governo, representações consulares estrangeiras, sistemas nas Nações Unidas e outras agências). Porém, a maneira relativamente descoordenada em que isso é feito e em que cada entidade se dirige directamente às autoridades distritais/posto administrativo, também quer dizer que (a) acaba consumindo mais tempo destas últimas, numa situação em que já têm menos tempo devido precisamente também ao atendimento às PDI, que se constitui em tarefa extra; (b) ao longo do tempo diminui a capacidade de planificar a médio/longo prazo e suscita o risco de haver mais apoios para certas áreas (por ex. abastecimento de água, saneamento, agricultura, saúde, educação, etc. em função da vocação dos apoiantes) em detrimento de outras áreas que poderão ser vitais. Um certo nível de centralização e coordenação dos apoios que permitisse às autoridades locais horizontalizar quer as necessidades quer as respostas seria mais produtivo.

Em Corrane e no que diz respeito a Corrane em si, mas também outras áreas de reassentamento e acolhimento das PDI, organizadas ou não, ficou igualmente saliente que a tentativa de retomar a normalidade com enfoque na agricultura pode ser de pouco alcance considerando que no seio das PDI existem pessoas com diferentes antecedentes profissionais. Seria necessária maior capacidade das autoridades locais para atender devidamente tal diversidade de backgrounds sendo que os resultados poderiam ser ainda mais benéficos. Nos casos em que os membros das PDI proveem de sectores de potencial alto e rápido rendimento (por ex. exploração mineira, madeireira, etc.) as autoridades locais parecem notar que tais membros podem ser factor de agitação e promoção da não aceitação das ofertas de ocupação na agricultura e logo de conflito entre as PDI e as autoridades.

De forma resumida e com enfoque nos problemas identificados no Centro de Reassentamento de Corrane (mas também certamente nos outros locais de reassentamento em zonas rurais) os seguintes fenómenos e potenciais impactos ocorrem:

Tabela 4-2: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nos Centros de Reassentamento em Nampula

N.º	Fenómeno	Breve caracterização	Impactos gerais e potenciais
1	Os centros de acolhimento / trânsito e de reassentamento não se apresentam como sendo a opção mais preferida das PDI	Factos e histórias locais sugerem que o recurso a tais centros tende a ser limitado a números reduzidos de pessoas, que são normalmente as mais destituídas e em alguns casos depois de tentativa de outras alternativas de menor confinamento. E existem significativas diferenças entre centros de trânsito e os de	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os centros de acolhimento / trânsito e de reassentamento tendem a reter pessoas que precisam de mais atenção devido ao seu elevado grau de dependência; ▪ Eles precisam de envolvimento mais substancial das entidades locais e outras entidades para garantir o seu funcionamento e sustentar esquemas de vida.

N.º	Fenómeno	Breve caracterização	Impactos gerais e potenciais
		reassentamento, sendo que os primeiros tendem a ter condições mais precárias e marcados por mais incertezas e correspondentes ansiedades	
2	Acolhimento de emergência e inesperado de muitas pessoas necessitadas	Milhares de pessoas concentram-se numa área e aspiram assistência humanitária de emergência, mas também terra e bens e serviços (educação, saúde, água e saneamento) para normalizar as suas vidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressão sobre a capacidade de atendimento por parte das autoridades locais para coordenar as intervenções das entidades de ajuda e outros aspectos de atendimento; ▪ Respostas que podem ser excessivamente apressadas, tecnicamente deficientes e com potencial de criar tensões entre as PDI e as populações locais.

4.1.1.1.2 Concepção do Projecto e Desafios de Inserção Local

Tal como está concebido o MozNorte, neste momento, nenhum dos seus distritos compreende números significativos de PDI que se concentram na Cidade de Nampula e distrito de Meconta e em menor grau em Rapale. Depois de uma reavaliação e em função de uma série de critérios, alguns dos quais serão melhor discutidos na síntese das questões de todas as províncias e distritos, isto poderia ser uma razão para rever a cobertura geográfica do projecto.

A temática da cobertura geográfica do projecto e o grau até o qual os critérios usados para esta primeira delimitação podem ser os mais ajustados foi tema recorrente nas entrevistas com os vários informantes-chave. O mesmo está relacionado com o que alguns respondentes identificam como sendo um risco dado que apesar de o projecto destacar que, em última análise, a forma como as suas acções de desenvolvimento irão proceder será informada pelas vozes dos beneficiários, até então a actual formulação das propostas de acção já é entendida como tendo forte enfoque “top down” ou de que o essencial já está decidido de antemão, a qualquer nível, alheio ao dos beneficiários. As esperadas consultas e auscultações são vistas como servindo apenas para a validação de pressupostos, que podem ser alheios aos meios de implementação. Será necessário agir de modo a dissipar estas percepções e reverter qualquer realidade que as informe.

4.1.1.1.3 Terras

Apesar de à primeira vista haver uma relativa abundância de terra sobretudo nas zonas rurais, uma análise mais detalhada mostra que não é tão fácil obter terra para os diferentes fins, sobretudo a partir do momento em que qualquer entidade formal (governamental ou não governamental) expressa o interesse de fazer avançar qualquer projecto.

Tendem sempre a existir pessoas, famílias, comunidades e outros grupos, que, com base nos dispositivos vigentes da lei de terras e seu regulamento reclamam ou podem reclamar direitos de uso. O trespassar desses direitos para terceiros pode ser mais ou menos complexo, o que depende de muitos factores. O mesmo vai desde acordos amigáveis/consensuais, que podem ser estabelecidos para concessão e/ou empréstimo até cedências a título oneroso o que, dependendo das circunstâncias, também pode acarretar montantes elevados. A definição de Moçambique como sendo um país que não tem um mercado de terras como tal transforma as transacções de terras (que acontecem constantemente de muitas maneiras) num tema pleno de factos complexos em que a transparência é deveras fraca.

As várias linhas em que os deslocados internos entrevistados seguiram para ter ou não ter acesso a terra, quer para a habitação quer para a agricultura e outras actividades é disso expressão. E é de esperar que os subprojectos do MozNorte passem pelo mesmo, o que dependerá da sua localização e outros factores.

Mesmo assim, no cômputo geral, pessoas directamente entrevistadas atestam que a região não regista significativos conflitos de terras. A presença da *Green Resources*²² (florestas), enquanto durou,

²² Na área actual do MozNorte este projecto tinha peugadas nos distritos de Mecuburi e Ribaué.

suscitou alguns desses conflitos, mas nunca foram muito significativos. O PROSAVANA²³ também criou alguma agitação, mas como nunca se materializou não passou disso e não ficou claro se o problema era o PROSAVANA mesmo e os camponeses locais ou de outras agendas importadas, embora seja um facto que as pessoas tendem a ser desconfiadas, quando alguém começa a falar em ocupar grandes porções de terra. Tem que haver negociações sérias e consistência e clareza na concretização dos acordos alcançados.

4.1.1.1.4 Pescas

Apesar de entre os deslocados provenientes de Cabo Delgado abundarem pessoas com forte passado de ligação com as pescas, em Nampula não houve contacto directo com pessoas que se engajassem em actividades pesqueiras. A fuga para Meconta e Nampula deve estar associada à aceitação de abdicação temporária da actividade pesqueira, sabido que estas são áreas que não oferecem condições favoráveis para o efeito. Esse é capaz de ser o caso das pessoas que se deslocaram para Momba, Mossuril, Angoche, etc. também situadas na costa e com as quais nesta primeira fase não houve contacto directo. A aquacultura que também tem certa expressão nos distritos de Mossuril e Ribaué, ainda não é uma actividade muito expressiva em Moçambique. Está ainda em fase embrionária. São necessários investimentos diversos com destaque para a capacitação, activação das cadeias de valor, etc. para se conferir maior dinamismo ao subsector.

4.1.1.1.5 Florestas

A Reserva Florestal de Mecuburi que foi visitada, localiza-se no distrito com o mesmo nome. As entidades locais são de opinião que se deve promover a criação de gado (bovino, caprino, etc.) para reduzir a pressão sobre a fauna da reserva. Embora seja um facto que a maior parte dos grandes mamíferos já foi dizimada da reserva. Ficaram apenas animais de pequeno porte.

Há necessidade de mais infra-estruturas de captação e reserva de água para melhor sustentação dos modos de vida, que desviem as atenções da reserva. O distrito (e praticamente todos os distritos do MozNorte em Nampula) tem enorme potencial agrário, mas enfrenta períodos cíclicos de fome e falta de alimentos, principalmente devido à falta de infra-estruturas de irrigação. Tirando a presença da SANAM (algodão) praticamente não existem iniciativas de produção empresarial no distrito²⁴. No caso de Mecuburi, os sistemas de irrigação teriam que ser construídos de raiz, dado que não existe tradição de tais sistemas vindos do período colonial e/ou pós-independência, como é o caso de alguns outros distritos, por ex. Malema, Ribaué, etc²⁵.

Como foi mencionado em cima, a continua dependência de biomassa significa que qualquer influxo de maior população a Nampula, terá maiores impactos sobre os recursos florestais o que reflecte necessidades de energia mais barata possível. As pessoas entrevistadas apontaram que a competição por esses recursos cresce a cada dia.

4.2 Província de Cabo Delgado

Cabo Delgado é a província mais setentrional de Moçambique. Tem uma área de 82.625 km² e uma população de 2.320.261 habitantes (INE, 2017). Para além de fazer fronteira com o país vizinho da Tanzânia, faz fronteira com as províncias de Nampula e Niassa.

Actualmente o epicentro da insurgência, a província de Cabo Delgado engloba quatro dos distritos que neste momento configuram a área geográfica do MozNorte. Trata-se do número mais baixo de distritos de entre as três províncias. O conjunto dos quatro distritos abrangidos pelo MozNorte, neta província,

²³ Idem.

²⁴ Lalaua (o distrito vizinho) tem a mesma situação

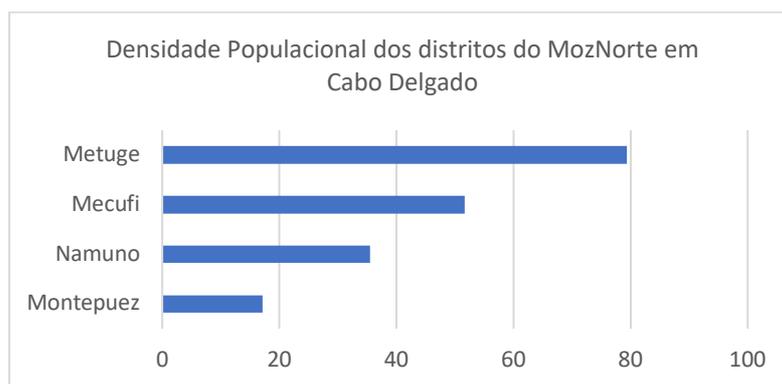
²⁵ O distrito de Mecuburi vai beneficiar da asfaltagem da estrada Rapale-Mecuburi em pelo menos 50 km (que vai ser financiado pelo Banco Mundial, como parte do Programa de Desenvolvimento Espacial (MTC/ANE)). A extensão total da estrada é de cerca de 80 km. Isso poderá ter um impacto significativo. A falta de infra-estruturas é um grande problema nesta região de Nampula e não só em Mecuburi. As ligações Mecuburi-Muecate e Mecuburi-Namina deveriam registar melhorias nas suas vias de acesso, para melhorar os modos de vida das pessoas e populações locais. O mesmo se deve fazer com a electrificação.

corresponde a uma área relativamente pequena da província, também a menor de entre as das áreas abrangidas por este projecto nas das três províncias, i.e., apenas 30% do território provincial.

Trata-se de uma das mais ricas províncias de Moçambique em termos de recursos naturais, que após a descoberta de enormes jazidas de gás natural se estava a posicionar como a que iria alavancar o PIB do país, com a exportação e outras formas de uso e consumo deste produto. Porém, desde 2017, a província, sobretudo os seus distritos mais a norte e leste, tem sido assolada por ataques violentos de autoproclamados insurgentes islâmicos, o que tem afectado a paz e estabilidade na região e se traduzido em tensões e conflitos que atingem as províncias vizinhas e não só. O aumento dos ataques forçou a suspensão de um projecto de desenvolvimento de gás natural liquefeito no valor superior a 20 mil milhões de dólares e que era considerado o maior investimento privado em África nos últimos anos, criando simultaneamente uma crise humanitária que se calcula que já deslocou mais de oitocentos mil pessoas das suas casas que, conforma ilustrado na **Error! Reference source not found.** se têm distribuído pelas províncias de Cabo Delgado em si (mais a sul), Nampula e Niassa.

A densidade populacional média da província de Cabo Delgado é de 27 (ligeiramente abaixo da média do país, que se situa nos 36,1). Os distritos até agora seleccionados para acolher o MozNorte apresentam os cenários apresentados no Gráfico 4-3. Metuge e Mecufi, que também são distritos com áreas diminutas (o que também explica as elevadas densidades), destacam-se. Situam-se acima da média provincial e nacional e reflectem o que é típico da zona costeira de Moçambique que, no seu conjunto, acolhe cerca de 60% de toda a população nacional.

Gráfico 4-3: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província de Cabo Delgado



A Figura 4-5 apresenta a distribuição geográfica dos distritos seleccionados até ao momento para beneficiar do projecto, nesta província.

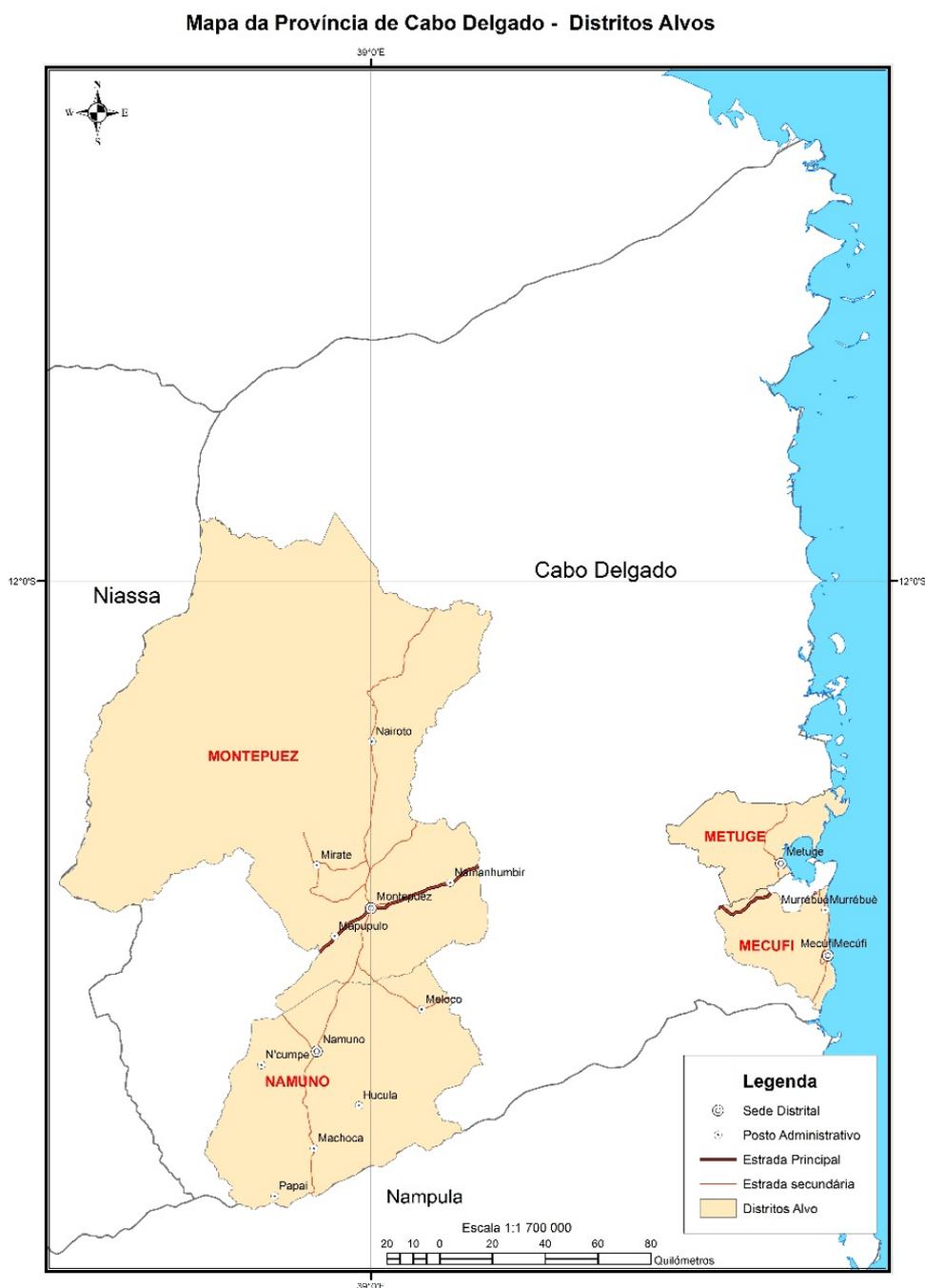
Também no caso de Cabo Delgado trata-se de distritos em que predominam modelos de economia típicos de Moçambique em que a agricultura e as pescas se constituem nas principais áreas de ocupação da maior parte dos seus habitantes. As poucas indústrias da província têm sido as de processamento de caju e algodão e extracção de grafite e mármore, que nos últimos pouco mais de 20-30 anos passaram por queda e ressurgimento, junto com fábricas de cimento, na fase de ressurgimento.

O turismo em Cabo Delgado também tinha estado a crescer nos últimos pouco mais de 20 anos. Fazendo uso do enorme potencial natural para juntar ecoturismo, sol, mar e areia uma série de investidores nacionais e internacionais desenvolveram diferentes ofertas de turismo que vão desde instâncias de luxo (sobretudo nas ilhas do Arquipélago da Quirimbas) às mais simples. E como é típico da indústria turística isso estava a começar a traduzir-se em oportunidades de emprego (onde esta demanda mão-de-obra intensiva, o que pode ser significativo), oferta de bens e serviços, com reflexos positivos para os rendimentos das pessoas locais (agricultores, pescadores, artesãos, agentes culturais, etc.). O eclidir do conflito tem estado a perturbar o curso normal dos desenvolvimentos que estavam a ganhar forma e a lançar muita gente para a situação de falta de emprego e de oportunidades de rendimento. Muitas das estâncias fecharam ou funcionam muito abaixo do seu potencial.

A indústria do gás natural junto com a das pedras preciosas e semipreciosas e produtos florestais colocaram Cabo Delgado no mapa mundial também nos últimos pouco mais de 10-20 anos. Porém,

nos três casos os benefícios para as populações locais têm provado ser insuficientes e não raras vezes os mesmos transformaram-se em mais outras tantas fontes de tensões, devido à maneira como os empreendimentos relacionados foram sendo planeados e executados, que, entre outros aspectos, muitas vezes, incluíram despejos e fraca integração com as economias locais. Os cenários de atraso e desigualdade já descritos neste texto e outros que abordam esta matéria continuaram a ter expressão enquanto tais desenvolvimentos ocorriam e análises diversas apontam para o facto de o actual conflito nesta província não estar isento das influências nocivas dos fenómenos associados com esses mesmos desenvolvimentos.

Figura 4-5: Visão geral dos distritos abrangidos pelo projecto na província de Cabo delgado



Com apenas 4.6%, apesar das suas vastas riquezas, a província de Cabo Delgado situa-se apenas na quarta posição em termos de contribuição para o PIB nacional (INE, 2019). Encontrando-se apenas à frente de Niassa (2.85%), Manica (3.69%) e Gaza (4.57%).

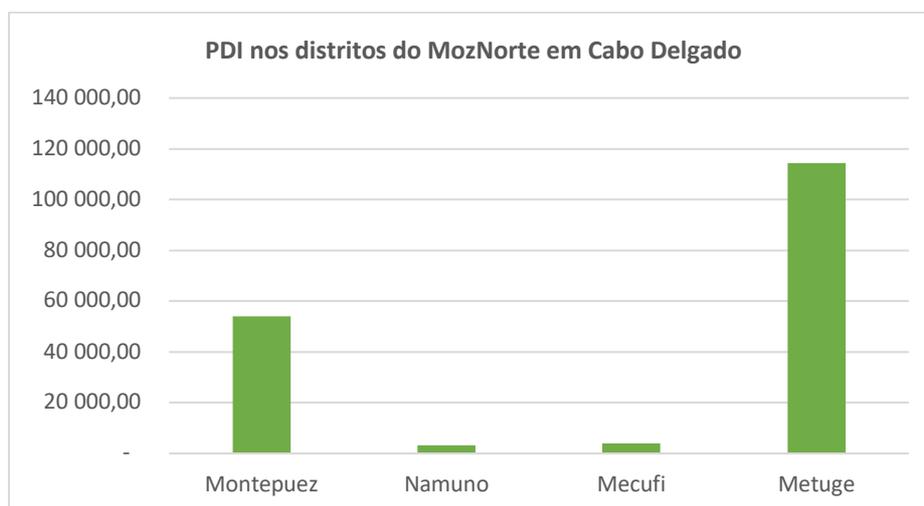
Também em Cabo Delgado houve dois momentos de levantamento de informação no terreno para a elaboração deste relatório. O primeiro momento ocorreu de 18 a 21 de Maio de 2021 e o segundo de 21 a 30 de Junho de 2021. E seguiu-se a mais abordagem que a descrita no subcapítulo sobre “Métodos e Instrumentos da Avaliação (1.3)”, acima. No Anexo 1 são apresentadas as entidades singulares e em grupo entrevistadas, que integram representantes do governo provincial e distrital, famílias de deslocados internos e outros informantes chave (representantes do sector empresarial e das organizações da sociedade civil, incluindo pessoas particularmente activas em sectores específicos do desenvolvimento da província).

4.2.1 Efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes

4.2.1.1 Caracterização da situação existente

Cabo Delgado é o epicentro do conflito, mas também a província que comporta mais PDI conhecidos e não conhecidos. Do que se sabe e com base nos dados da Figura 3-3, que se refere à situação de Dezembro de 2020²⁶, em toda a província existiam 617.263 PDI distribuídos por todos os distritos da província, menos Mocímboa da Praia que não apresenta quaisquer deslocados e foi o primeiro distrito a ser alvo de ataques significativos e que praticamente deram início do fenómeno dos PDI como está a ser presentemente conhecido. 28% destes, ou seja 175.478, encontravam-se nos quatro distritos do MozNorte e distribuídos tal como apresentado no Gráfico 4-4.

Gráfico 4-4: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província de Cabo Delgado



O distrito de Metuge (com 114.418 PDI²⁷) é apenas ultrapassado pela Cidade de Pemba, que contava então com 144.467 PDI. Sendo que o distrito de Montepuez, com 54.008 PDI também se encontra em situação de significativa pressão. Diferentemente de Nampula (ver acima) e Niassa (conforme se vai ver mais abaixo) pelo menos dois dos distritos do MozNorte em Cabo Delgado encerram PDI em números que são significativos e o projecto vai ter de lidar com esse fenómeno tal como ele se apresenta e tem potencial de evoluir.

Já as áreas seleccionadas para refúgio seguem o mesmo padrão que o descrito nos capítulos precedentes (contexto geral e Nampula), i.e. máximo de afastamento das zonas rurais, pequenas vilas e povoações, que são percebidas como sendo desprotegidas e evidente demanda de zonas urbanas mais consolidadas do que as zonas rurais, ou preferência por estar o mais perto possível das zonas urbanas. Para além do já descrito os outros pontos (normalmente capitais distritais) de significativas

²⁶ A 24 de Março de 2021 deu-se o ataque a Palma, que até aí era considerada zona segura por ser o epicentro das operações do gás natural. Estimativas de Maio de 2021 sugerem que esse ataque e outros que se lhe seguiram deslocaram mais de 19 mil pessoas (MOZAMBIQUE 547 - Mozambique news reports & clippings –27 May 2021 – 2).

²⁷ Isto em Dezembro de 2020, porque em Maio de 2021 as autoridades distritais referiram a existência de mais de 141.000 PDI.

concentrações de PDI (ver Figura 3-3) são Palma (22.994²⁸), Nangade (27.730), Mueda (66.127), Macomia (28.544), Ibo (29.980) e Ancuabe (56.555).

4.2.1.1.1 Efeitos dos conflitos em Cabo Delgado

Dados secundários e os primários recolhidos no terreno, principalmente na Cidade de Pemba e distrito de Metuge, que foram objecto de trabalho de campo referente a esta avaliação, confirmam o facto de as tendências do deslocamento descritas em relação à província de Nampula repetirem-se em Cabo Delgado. A grande diferença está nos números que são significativamente elevados nesta última e também, em um número significativo de casos, o facto de os locais de acolhimento não estarem muito longe dos locais de deslocação. A escolha de ficar em Cabo Delgado parece óbvia e informada, entre outros aspectos por:

- (i) facilidades logísticas, quer quando os deslocados usam meios próprios quer quando recebem assistência externa. A assistência externa tende a deslocar pessoas unicamente para dentro da província;
- (ii) ligações com familiares e amigos, onde se nota ser mais lógico ter mais destas ligações no local de origem do que fora dele;
- (iii) proximidade com o local de deslocação, dado que muitas das PDI manifestam interesse em regressar aos locais de origem o mais cedo possível. Aliás algumas famílias não se deslocam na íntegra. Sempre que possível alguns membros dos agregados familiares permanecem no local de deslocação ou o mais perto possível.

Os números avassaladores em Cabo Delgado podem ser medidos a partir do facto de, segundo os dados de OCHA e OIM que circulavam em Maio/Junho de 2021, o distrito de Metuge, que contava originalmente com cerca de 86,000 habitantes (INE, 2019), acolher, nessa altura, pouco mais de 141,000 deslocados e com os números a crescer todos os dias. Isto representa um crescimento superior a 100% da população original e transmite, à partida, a dimensão do problema de acolhimento que isso representa num ambiente frágil sob todos os pontos de vista, i.e. social, económico, institucional e mesmo natural, como se vai notar mais abaixo. O mesmo se pode dizer da Cidade de Pemba que de 200.529 habitantes que tinha em 2017 (INE, 2019) passou a contar com mais 144.467 almas relacionadas como o deslocamento, o que representa um crescimento acima dos 70% (isto também referente a Dezembro de 2020 e antes dos ataques a Palma e todos os mais recentes).

As pessoas vêm de diferentes distritos alvo de ataques na região norte e leste da província e fazem-no de diferentes maneiras, principalmente a pé, por transporte rodoviário e marítimo, com recurso a meios próprios e/ou outras formas de ajuda de entidades diversas, sobretudo durante a ocorrência de grandes surtos de ataques dos insurgentes, como os que aconteceram em Mocimboa da Praia em 2020 e recentemente em Palma (Março de 2021). Há casos de pessoas/famílias que tiveram que se deslocar mais do que uma vez, i.e. primeiro de uma vila/povoação/aldeia atacada para outra mais calma e de novo desta última para Pemba ou Metuge ou qualquer outro ponto depois de um segundo ou terceiro ataque. E este quadro mantinha-se significativamente inalterado, até Junho/Julho.

A maioria chega sem dinheiro e sem activos de destaque e alguns mesmo sem documentação, o que se deve ao facto de nunca a terem tido, mas também ao facto de a saída dos locais de origem ter ocorrido sem a devida preparação, i.e. depois de as suas casas/aldeias/povoações/vilas terem sido objecto de ataques, queimadas com a consequente fuga para o mato e depois procura de locais mais seguros.

Uns vão para casas de amigos/familiares ou acomodam-se por conta própria e outros vão para centros de acomodação de trânsito e/ou de reassentamento. No caso específico das famílias/pessoas que acorrem a Pemba/Metuge as preferências entre estas duas modalidades de acomodação não são tão óbvias, apesar de os números serem a favor dos que acabam ficando com amigos/familiares, o que já de si deve ter algum significado.

Por subtemas são geralmente as seguintes as respostas colhidas junto das pessoas junto de familiares/amigos e/ou por conta própria e nos campos de acomodação/reassentamento, quer no distrito de Metuge quer na Cidade de Pemba.

²⁸ Que entretanto depois dos episódios iniciados a 24 de Março deve ter testemunhado mudanças radicais.

4.2.1.1.1.1 Tempo, formas de chegada e modalidades de recepção, acompanhamento e restauração dos modos de vida

Foram recolhidos relatos em primeira mão de pessoas directamente afectadas pela insurgência e que se transformaram nos diferentes tipos de PDI. Para facilitar a síntese, neste subcapítulo os assuntos relatados são apresentados em função dos seus subtemas.

PDI que vivem com famílias ou ao relento em Pemba/ Deslocados Internos Fora dos Campos de Acomodação

As pessoas começaram a chegar a Pemba a partir da primeira metade de 2020 quando se deram ataques de grande envergadura em locais tais Macomia e Mocímboa da Praia e mais tarde praticamente em todos os distritos incluindo os ocorridos mais recentemente (Março de 2021 em Palma). Inicialmente essas pessoas chegavam principalmente por estrada e em alguns casos depois de mais do que uma noite pelo caminho e passar por muito sofrimento. Uns com documentos pessoais outros sem eles em função da maneira como saíram dos seus locais de origem e/ou de terem ou não terem esses documentos.

Nos tempos mais recentes têm chegado por terra, ar e mar com recurso a meios de transporte mais ou menos organizados no âmbito do apoio de emergência em que se têm estado a envolver cada vez mais entidades (públicas, privadas²⁹ e das OSC).

O acolhimento pode se dar desde logo junto de familiares e amigos e/ou por conta própria, mas por vezes as pessoas são trazidas para os centros de acolhimento de trânsito espalhados pela Cidade de Pemba e Metuge e daí elas localizam familiares e amigos dispostos a acolhê-las e dessa forma abandonam os referidos centros. Porém, os que decidem dirigir-se directamente aos familiares e amigos incluindo conta própria não referem estar a ser ou ter sido objecto de qualquer forma de pressão para se dirigirem aos diferentes centros de acolhimento estruturados. Nota-se uma substancial liberdade para a escolha e, em certo sentido, uma aceitação tácita das vantagens do acolhimento familiar, etc. Porém, este é um modelo associado a pressões significativas sobre os poucos recursos que as famílias e comunidades de acolhimento possuem. Isso estende-se aos recursos naturais circundantes. São frequentes os relatos de famílias que engrossaram para acima de 20-30 membros, sem que tenha havido correspondente alargamento das condições de base para acomodar tais pessoas.

O acolhimento é normalmente seguido pela exigência (do conhecimento de quem acolhe) e acto de registo junto das autoridades dos bairros de acolhimento o que é feito pelos secretários locais, sendo que neste caso também não se nota a existência de bases de dados nem sistemas de gestão estruturados que lhes sejam associados, devido à precariedade em que tudo é feito e claramente a falta de sistemas estruturados para o efeito, que iriam exigir pessoal mais qualificado, meios e sistemas de gestão de dados próprios.

O registo é também, normalmente, acompanhado de promessas de apoio alimentar e de outras formas de apoio o que é cumprido de diferentes maneiras que, na maior parte das vezes, são avaliadas como insuficientes e incertas por parte dos potenciais beneficiários. Entre outros estes últimos queixam-se da deficiente comunicação e falta de seguimento por parte das autoridades o que transmite um sentimento de abandono e de falta de um governo protector, mesmo depois do que é percebido como tendo sido falha de protecção que esteve por detrás do deslocamento e incertezas sobre o que se passa e o que se irá passar.

O facto de os deslocados que vivem com famílias/amigos e por conta própria não disporem de formas de organização e canais de comunicação estruturados com as autoridades e outras entidades tende a aumentar a exasperação com todo o contexto. Mesmo assim isso nem sempre e pode-se mesmo dizer que raras vezes se constitui em incentivo para abandonar esse modelo de deslocamento e trocá-lo pelos centros de acolhimento. Desde os primeiros momentos e até à actualidade esta classe de deslocados tem sido a maioritária e assim deve continuar nos próximos tempos.

²⁹ Depois do ataque a Palma a petrolífera Total teve significativa visibilidade no fornecimento de meios aéreos para o deslocamento de pessoas afectadas de Afungi para Pemba.

Deslocados Internos nos Centros de Acomodação (transitórios)

Normalmente estes chegam dos pontos de origem já acompanhados por militares e/ou outras entidades oficiais e são directamente acompanhados para os centros. Quando chegam por si sós e não têm mostras de terem familiares ou amigos e/ou locais predestinados para ir, então existem grupos de recepção (activistas formados por funcionários públicos, voluntários e outras pessoas empenhadas em prestar apoio³⁰) que os encaminham para estes centros.

O Centro de Acomodação de Pemba-Paquite situado no Complexo Desportivo de Pemba) é um dos centros de acomodação mais usado e conhecido na Cidade de Pemba. Mas há outros em toda a região sul de Cabo Delgado e nos pontos distritais que acolhem deslocados. Também neste caso fazem-se registos (precários) das famílias e pessoas que acorrem aos centros e neste caso notam-se melhores esquemas de seguimento pelo menos em termos de assistência alimentar e outras formas de assistência sempre que existam recursos. Porém, o carácter incerto desses recursos (principalmente comida e bens domésticos básicos) também se traduz em inconsistências.

No dizer dos entrevistados desde que chegam nestes centros de acomodação, as autoridades prometem levar as pessoas às áreas de reassentamento definitivos para de seguida lhes dar terras de cultivo. Apesar de haver relatos de cumprimento dessas promessas por parte de algumas das pessoas deslocadas, são comuns os relatos de isso não ser prontamente cumprido. Existem pessoas que estão nessa condição há mais de 1 ano sem que a sua condição se altere. Os critérios seguidos parecem não ser claros e muito menos devidamente comunicados aos interessados.

As condições de acomodação nos centros de acomodação/reassentamento são avaliadas de formas diferentes por parte das diferentes famílias/pessoas. Uma descrevem-nas como não sendo tão más como à primeira vista pode parecer. O que mais parece preocupar as pessoas é o número de pessoas por agregado familiar, independentemente do número de membros por família, oferece-se uma tenda única para todos. Outros acham que são mesmo más e todos parecem coincidir no facto de as pessoas/famílias não terem atendimento que seja, de alguma forma, proporcional às suas necessidades quantitativas e qualitativas. Também se deplora a falta de esteiras, cobertores, rede mosquiteira, etc. A problemática da falta de redes mosquiteiras em Pemba e Metuge constitui-se em porta aberta para o agravamento da proliferação da malária, que é prevalente quase todo o ano nesta zona, que não chega de ter estação fria propriamente dita.

As pessoas vêm-se na incerteza acerca dos próximos passos e sobretudo aguardam que lhes seja dito que a situação que causou o deslocamento cessou para poderem regressar aos seus locais de origem. Consideram deplorável a condição de deslocados e dependentes em que se encontram.

Temas relacionados com a restauração dos meios de subsistência mais específicos destacam:

Alimentação e dinheiro

As pessoas/famílias deslocadas têm também recebido diferentes formas de ajuda alimentar ou de ter acesso a comida e utilizado diferentes esquemas para ter acesso a dinheiro. Tudo tem provado ser ainda mais complicado para as mulheres com crianças menores, quer nos acampamentos quer fora deles. Surgem receios de as crianças começarem a ganhar dinheiro com recurso a comportamentos de risco.

As principais agências citadas como estando a prestar ajudar alimentar são: PMA, Caritas, Arco-Íris e outras entidades/grupos de pessoas e organizações locais sem nome. O PMA parece constituir-se no maior doador de comida o que em alguns casos – nem sempre bem especificados acompanha tal ajuda por um subsídio de 3.600,00 MZM (três mil e seiscentos meticais), por cada agregado familiar, independentemente do número de membros que cada um comporta. Nos centros organizados esta organização tenta disponibilizar comida todos os meses. Porém, existem relatos de frequentes atrasos, sendo que por vezes os beneficiários passam 7-10 dias sem receberem qualquer apoio alimentar. Também se nota que os beneficiários acham deplorável esta forma de dependência e na medida do

³⁰ Em Cabo Delgado e em Pemba e Metuge existe uma forte acção cívica de apoio aos deslocados que inclui pessoas de todos os extratos sociais que fornecem diferentes formas de apoio (organização, bens, serviços, etc.).

possível procuram eles próprios colher parte do que precisam (lenha, madeiras para os vários fins, peixe e moluscos) no ambiente circundante, o que aumenta a pressão sobre estes recursos.

O nível de generalização disso não pode ser determinado no âmbito deste estudo, mas houve referências a registos de agregados familiares para receber comida, para depois os nomes/senhas serem entregues a outras pessoas (supostamente familiares dos chefes de bairro e outras pessoas que fazem parte do processo de inscrição) para se beneficiar do apoio³¹. As referências a estes fenómenos são rodeadas de manifestações de revolta por o governo permitir que isso aconteça em relação a bens que o mesmo recebe em nome de pessoas que deveriam ser da sua responsabilidade, independentemente de haver ou não ajuda adicional externa.

Mulheres e crianças

Os relatos colhidos junto das mulheres e sobretudo mães de crianças e jovens destacam a precariedade da condição destes grupos em todo o contexto do deslocamento, independentemente da modalidade de acolhimento (familiar ou centros). Os problemas começam com o deslocamento em si e particularmente a privação das mulheres para cuidarem dos seus campos de cultivo (machambas) e de outras fontes de rendimento que facilitavam o acesso a comida e outros bens essenciais para tomar conta das crianças. Sem dinheiro e sem comida suficientes as mulheres vêm-se na contingência de fazer contas complicadas para terem comida e bens essenciais necessários mínimos. Nos casos em que vendem uma parte da comida doada para adquirir outros bens (por ex. roupa, produtos de higiene, etc.) a ameaça de fome não tarda em chegar.

As carências referidas acima associadas ao facto de, em muitos casos, as crianças não conseguirem inscrição nas escolas locais e passarem o tempo em locais incertos e sem ocupação estruturada são vistas como porta aberta para se envolverem em práticas não recomendadas como pode ser o caso de prostituição para o sustento diário. Foram ouvidos relatos de haver crianças que aparecem com dinheiro sem que se saiba a sua origem o que desconcerta os progenitores. Os mesmos receios são manifestados pelos homens em relação às suas próprias mulheres e ainda pelas mulheres que perderam os seus maridos no meio do conflito. Tudo é revelador de maior vulnerabilidade para as mulheres e crianças. E apesar de as declarações não serem contundentes, dada a sensibilidade das matérias envolvidas, existem razões para acreditar que em certos casos deve haver exploração sexual e de outras páticas degradantes da condição destas mulheres, raparigas e crianças.

Acesso à terra

O acesso a terra quer para a produção agrícola e até pesqueira quer para a habitação e acesso a outros meios para a retoma da produção (por ex. pesqueira) constitui-se num dos maiores constrangimentos. Sobre isso ouviram-se declarações tais como:

- Tem-se estado a fazer muita promessa de concessão de terras, mas os resultados teimam em não se materializar;
- Nota-se escassez generalizada de terra nas redondezas dos locais de acomodação, dado que estas em geral têm pessoas por detrás de si com direitos de uso e aproveitamento de algum tipo;
- Por vezes às PDI são dadas terras a título de empréstimo e temporariamente por familiares e amigos e/ou mesmo por parte das autoridades locais. Normalmente trata-se de parcelas pequenas (por ex. 50 x 50 m), i.e. cerca de meio hectare ou ainda mais pequenas (15 x 20 m) que apenas se prestam à habitação;

³¹ Em conversa com alguns membros integrantes da equipa de distribuição **SEPPA** - Agronegócios e consultoria empresa contratada pelo **PMA** para distribuição de comida aos deslocados nos centros de acomodação, reassentamento e bairros dentro da cidade constatou-se o seguinte: (i) os beneficiários listados fora dos centros, alguns deles não recebem a ajuda humanitária porque esta é entregue a outras pessoas, em nome do beneficiário. (ii) há vezes em que durante a distribuição, aparecem pessoas que não são beneficiárias a mando dos secretários/chefes de bairro dizendo “**perdi os documentos e a senha de beneficiário também**” para receber comida ou cheque. Estas pessoas têm total domínio dos detalhes do verdadeiro dono (nome, número de membros, código de beneficiário, etc.), em contrapartida, quando aparece o verdadeiro beneficiário acompanhado da sua documentação, tem-se criado muita confusão em que, em algumas vezes, somos obrigados a abandonar a distribuição.

- As PDI terem interesse em ter terra e documentação oficial sobre direitos de uso e aproveitamento (DUATs) o que poderia transmitir maior segurança de posse e permitir fazer planos de uso e aproveitamento de mais longo prazo incluindo a possibilidade de vender;
- Se não mais, pelo menos ao nível das declarações a possibilidade de concessão de DUATs é condicionada a estar-se em centros de reassentamento;
- A imprensa tem estado a reportar casos de oferta de terra em troca de dinheiro e de outros favores (incluindo os sexuais) promovidos por entidades várias nestes locais (autoridades e populares locais em posição de fazer transacções de terras).

Violência baseada no género e/ou de assédio sexual

Por fim as entrevistas e observações feitas não puseram a descoberto situações óbvias de violência baseada no género e/ou de assédio sexual. É preciso reconhecer que se trata de situações que não vêm à superfície tão facilmente. Normalmente requer-se estudos mais aprofundados sabido que é que tais fenómenos são difíceis de tramitar. As próprias vítimas muitas vezes preferem não fazer revelações devido a motivos vários. Em algumas das respostas também se nota um baixo sentido do conhecimento dos direitos que as pessoas possuem, por ex. espancamentos e extorsões a serem consideradas normais.

Sobre os últimos aspectos enquanto alguns respondentes referiram não notarem comportamentos desviantes por parte dos agentes da lei e ordem nas suas relações com mulheres e raparigas e população em geral também se ouviram receios (ver acima) de a vulnerabilidade a que as mulheres e raparigas estão expostas se constituírem em porta aberta para práticas não recomendadas, como prostituição e outras afins. Mais uma vez esta é uma área em que se requer investigação mais dirigida e melhor estruturada.

E neste sentido o resumo tanto da natureza e características dos fenómenos como dos efeitos do deslocamento que se orienta para os centros urbanos e/ou urbanizados e/ou para os Centros de Acomodação em Cabo Delgado não é diferente do que se observa em Nampula. Sendo que a grande diferença está nos números, que neste caso são mais elevados.

Tudo agrava o êxodo rural/urbano e na desagregação das famílias e das comunidades e sistemas de coesão social, coloca pressão sobre os sistemas de governação já de si frágeis e ainda que isso não seja ainda o grande debate em termos práticos levanta questionamentos sobre a validade dos centros de acolhimento³² e tem as consequências sumariadas na Caixa 4-1, abaixo.

Caixa 4-1: Principais fenómenos e impactos do acolhimento das PDI nas cidades e vilas e nos Centros de Acomodação de Cabo Delgado

PDI nas zonas urbanas/urbanizadas

A. Agravamento do êxodo rural/urbano:

- (i) agravamento dos problemas do deficiente planeamento urbano e de saúde e segurança;
- (ii) pressão sobre bens e serviços (educação, saúde, abastecimento de água, saneamento, etc.);
- (iii) agravamento do estatuto das mulheres e raparigas dado o aumento das dificuldades de acesso aos serviços da educação e saúde;
- (iv) aumento de pessoas sem terra e sem meios de sobrevivência tradicionais e consequente aumento dos riscos de criminalidade, prostituição e vadiagem;
- (v) aumento generalizado da pobreza e vulnerabilidade nas zonas urbanas; e
- (vi) Aumento do exército de desempregados e marginais, com potencial de ser um risco acrescido à segurança.

B. Desagregação das famílias e das comunidades e sistemas de coesão social:

³² Existe normalmente um grande debate sobre atendimento de pessoas vulneráveis e centros institucionalizados vs acolhimento familiar/comunitário em que as vantagens da segunda são normalmente reconhecidos, principalmente no que respeita ao atendimento a crianças. As tendências e as preferências que se notam parecem ser disso uma confirmação.

- agravamento da pobreza e vulnerabilidade o que de forma desproporcional afecta mais as crianças, mulheres e raparigas do que os outros grupos;
- aumento dos riscos de exclusão no acesso a bens e serviços e consequentemente das desigualdades a longo prazo, o que também afecta mais as mulheres e raparigas do que os outros grupos;
- aumento dos riscos de criminalidade, prostituição e vadiagem.

PDI nos Centros de Acomodação

A. Os centros de acolhimentos (trânsito ou reassentamento) não se apresentam como sendo a opção mais preferida das PDI

- (i) os centros de acolhimentos (trânsito ou reassentamento) tendem a reter pessoas que precisam de mais atenção devido ao seu elevado grau de dependência e nos casos particulares de Pemba e Metuge isso traduz-se em acrescida pressão sobre os recursos naturais circundantes;
- (ii) eles precisam de envolvimento mais substancial das entidades locais e outras entidades para garantir o seu funcionamento e sustentar esquemas de vida, o que se transforma numa equação complexa para governos já de si sobrecarregados e sem capacidade para estender ainda mais os seus limites.

B. Acolhimento de emergência e inesperado de muitas pessoas necessitadas

- (i) pressão sobre a capacidade de atendimento por parte das autoridades locais para coordenar as intervenções das entidades de ajuda e outros aspectos de atendimento;
- (ii) respostas que podem ser excessivamente apressadas, tecnicamente deficientes e com potencial de criar tensões acrescidas entre as PDI e as populações locais, ainda que à primeira vista isso possa não ser aparente.

Perspectivas e tipos de apoio/assistência

Quanto às perspectivas e tipos de apoio/assistência que as pessoas deslocadas em geral os deslocados sentem-se actualmente dependentes de outros e sem perspectiva de autonomia, tendo sido expressos vários comentários e propostas quanto a isso.

No essencial o que mais desejam é que num dia não muito distantes lhes seja comunicado que a violência nas suas zonas de origem é assunto do passado, dado que viver em situação de dependência e a mercê da sorte não é normal. O acesso a serviços básicos tais como educação, saúde, água e saneamento obedece a esquemas incertos ou simplesmente estes bens e serviços não são acessíveis porque não existem disponíveis para atender pessoas vindas de fora e em outros casos (principalmente educação) o acesso é vedado ou difícil porque as crianças não têm documentos pessoais e/ou cadernetas escolares que poderiam ser usadas para ver o seu historial e determinar vias de enquadramento nas áreas de acolhimento. Subentende-se que no meio de tanta pressão não exista espaço e oportunidade de as entidades de direito se ocuparem destes assuntos de maneira que possa ser mais construtiva.

Destacam que, nas condições presentes, quaisquer formas de reenquadramento na vida normal e/ou em qualquer projecto (por ex. MozNorte) encontram-se rodeadas de problemas. Existem vários factores: a falta de terra; documentação; fraca conexão das autoridades locais com as PDI fora dos centros de acomodação ou reassentamento; falta de confiança das pessoas fora dos centros de acomodação/reassentamento; corrupção.”

Os jovens mostram sinais de maior frustração neste contexto, alguns deles por terem sido deslocados de onde desenvolviam as suas actividades informais de rendimento, de onde se destaca comércio, pesca, actividades artesanais (carpintaria e outras pequenas profissões de oferta de bens e serviços) incluindo actividades de mineração de pedras preciosas e semipreciosas. Apesar de haver pontos de vista que sustentam que o seu encaminhamento para a agricultura e pesca tradicionais deve não ser a resposta para este grupo, o mesmo grupo é visto por muitos como devendo merecer especial atenção devido aos riscos potencialmente associados à sua desocupação e frustração. Não faltam referências ao facto de nesta condição eles serem alvos fáceis de aliciamento para apoiar actividades dos insurgentes.

Na lista de assuntos que as PDI gostariam de ver encaminhadas de forma mais adequada e estruturada, figura:

- Casas habitáveis dignas, energia e água;
- Assistência médica medicamentosa;
- Bolsas de estudo (formações técnicas de curto período para as mulheres e jovens);
- Terra para o cultivo 1ha o mínimo por família;
- Fomento de animais de pequeno e grande porte;
- Distribuição de equipamentos de pesca.

4.2.1.2 *Concepção do Projecto e Desafios de Inserção Local*

Os distritos da zona nordeste e central de Cabo Delgado têm sido progressivamente reduzidos à disfuncionalidade nos últimos pouco mais de 12 meses. Os governos distritais foram praticamente desalojados e o seu pessoal anda refugiado. Para além da Cidade de Pemba, os distritos a sul, incluindo os de Metuge e Mecufi, mas também Montepuez, que fazem parte actual do MozNorte, tornaram-se em centros de refúgio. A falta de preparação e de meios para fazer face aos desafios de enquadramento de tantos deslocados, que estão constantemente a chegar sem que seja claro os contornos que isso vai tomar com o andar do tempo, está também a tender a reduzir as áreas de acolhimento ao colapso dos sistemas. O caso de Metuge, com mais deslocados do que a sua população normal, parece ser o mais sintomático. Na Cidade de Pemba a situação não deve ser muito diferente de Metuge. Apesar de os números de Montepuez serem ligeiramente mais moderados acolher novas 54.008 pessoas dentro de uma população de 272,069 habitantes regulares (i.e. cerca de 20% pessoas mais) traduz-se num esforço gigantesco nas condições específicas deste distrito e outros em situação similar. O facto de estas pessoas se concentrarem mais na Vila Sede de Montepuez (que conta apenas com 114,271 habitantes normais) torna a situação ainda mais asfíxiante.

Figura 4-6: Edifício do governo distrital de Metuge



Foi ouvido das autoridades de Metuge que o Governo de Cabo Delgado tomou a decisão de deslocar os recursos humanos, materiais e financeiros dos distritos ocupados ou tornados disfuncionais pelos insurgentes para os distritos que actualmente acolhem as PDI. Mas isso ainda não foi posto em prática. Tudo indica que isso é capaz de não ocorrer tão cedo porque não existe experiência prática sobre como isso se pode fazer. Até para isso, existem razões para acreditar que o governo precisaria de apoio especializado para acometer de forma construtiva.

Namuno é outro dos distritos de Cabo Delgado incluídos no MozNorte. O distrito de Namuno em particular é um dos mais ricos em agricultura e com sistemas (por ex. mercados) relativamente desenvolvidos, como resultado de factores diversos, incluindo iniciativas de apoio ao desenvolvimento agrário anteriores (por ex. PAMA) e em curso (PROMER) e outras iniciativas privadas. A inserção do MozNorte neste distrito, neste momento menos avassalado com os problemas de deslocamento, pode gozar de uma série de factores facilitadores. Já a inserção em Metuge e mesmo Montepuez apresenta desafios face ao elevadíssimo número de deslocados e a sobrecarga dos sistemas. Deslocar parte desses deslocados para os outros dois distritos (Mecufi e Namuno) poderia ser uma possível saída assim como dotar Metuge de mais capacidade humana, material, financeira e organizacional para enfrentar a sobrecarga. Mecufi apresenta ainda a vantagem de se situar a curta distância de Metuge, sendo até aberto à investigação entender porque Metuge está tão pressionado enquanto Mecufi, a curta distância, não nem nada que se pareça com o que se passa naquele outro.

4.2.1.3 Terra

A julgar pelo que foi observado directamente na Cidade de Pemba e no distrito de Metuge, em Cabo Delgado e nas zonas de concentração de PDI os problemas de disponibilidade e acesso a terra para os vários fins (por ex. habitação e agricultura) são ainda mais graves. Os números de pessoas a reassentar e oferecer condições de vida temporárias ou permanentes e em tão pouco espaço de tempo e sob tanta pressão não têm antecedentes em Moçambique. Tudo se constitui em risco e ameaça aos sistemas e modelos de planeamento e alocação de terras formais e informais que têm prevalecido, em relação aos quais os governos locais, distritais e até provincial não têm as respostas que se exigem. O facto de não haver clareza sobre a natureza do reassentamento (em termos de ser permanente/temporário) torna a tomada de decisão e as acções subsequentes ainda mais complexas.

4.2.1.4 Zonas de Pesca

Pemba, Metuge e Mecufi reúnem condições naturais para acolher os pescadores tradicionais do nordeste de Cabo Delgado. Mas o facto de estes últimos estarem desprovidos de meios para retomar a actividade e a desorganização dos mercados e outros sistemas de sustentação da actividade incluindo os números significativamente elevados de pessoas a acomodar em áreas que tendem a ser cada vez mais limitadas, dificultam o delineamento dos modelos de retoma da actividade pesqueira por parte dos deslocados e coloca desafios ao MozNorte quer em Metuge quer em Mecufi. Metuge tem experiência recente de tentativas de activação da aquacultura, que poderiam ser uma possível oportunidade de emprego, geração de renda e diversificação da actividade piscícola.



Figura 4-7: Infra-estruturas de aquacultura em desenvolvimento desde 2017-18³³ em Metuge ainda fora de funcionamento

Porém, os resultados decorrentes de tais iniciativas ainda não são promissores. Antes pelo contrário. Nota-se que tem havido descontinuidades o que se traduz em falta de direcção quanto às oportunidades reais que a aquacultura oferece. O MozNorte teria que inserir-se no contexto e apoiar na busca de respostas aos problemas que têm prevalecido, que são complexos e misturam aspectos comerciais, de mercados, insumos, hábitos, etc. para viabilizar uma indústria que estudos mostram que tem viabilidade em Moçambique e pode ser o caminho para o futuro, considerando que captura de peixe no ambiente natural começa a dar sinais de ser inviável a longo prazo.

4.2.1.5 Florestas

Para além das mesmas questões que se colocam em relação a Nampula (ver acima) e Niassa (ver abaixo) em Cabo Delgado surgiram sugestões firmes sobretudo vindas da FRUTICAD, uma empresa/associação empenhada na promoção da produção da fruta em Moçambique e com forte presença em Cabo Delgado, sobre a validade de se perseguir um reflorestamento com uso de fruteiras, dado que o mesmo tem potencial de trazer mais-valias para o Estado assim como para as comunidades, promover a facilitação de solicitação e emissão de DUATs/licenciamento³⁴ do uso da terra para as mesmas para impulsionar a produção. FRUTICAD tem algumas observações muito relevantes: No caso específico da castanha de caju as fábricas (os proprietários) deveriam criar mecanismos de promover a produção de castanha de boa qualidade e não simplesmente serem dependentes das safras tradicionais e cuidados proporcionados pelas comunidades. Os agentes envolvidos na comercialização da castanha de caju, devem melhorar os critérios de compra, isto é, dar incentivo aos produtores.

As instituições do Estado devem envolver o sector privado para sustentar o sector familiar em: (i) produção e produtividade; (ii) comercialização dos produtos; e (iii) monitoria dos campos de produção.

A fruticultura devia ser um propósito no sector agrário, porque a fruta para além de melhorar a dieta alimentar contribui para a renda familiar no melhoramento das condições de vida das comunidades. Para o efeito e no que interessa e se liga com o MozNorte deve-se promover formações sob a forma de demonstrações em **machambas/campos escola, centros de formação agrários** ou outros meios de transmissão e transferência de tecnologia de conhecimentos de curta duração e com valor prático para mulheres e jovens.

Mas o reflorestamento em si constitui-se num imperativo dada a pressão que se exerce sobre as florestas naturais e as limitações de regeneração com o aumento das populações e dos usos o que se torna ainda mais grave no contexto do deslocamento.

4.3 Província do Niassa

Presentemente a menos atingida pelo fenómeno dos deslocados internos quando comparada com as outras duas províncias da zona norte e do MozNorte, i.e. Cabo Delgado e Nampula, Niassa é a província que menos contribui para o PIB em Moçambique, ou seja, fá-lo em apenas 2.85%. Ocupando 129,056 Km² de área, que perfazem cerca de 16% do território, Niassa é a maior província do país em termos de superfície e uma das mais dotadas em termos de recursos naturais. Ela ocupa a quarta posição quanto à população³⁵ que a habita, ou seja 1,865,976 pessoas, que em 2017 representavam apenas 6.47% da população total do país.

Na sua actual versão o MozNorte propõe-se abranger os distritos de Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula Sanga, que formam perto de metade da área da província, ou seja 52%, para ser mais exacto.

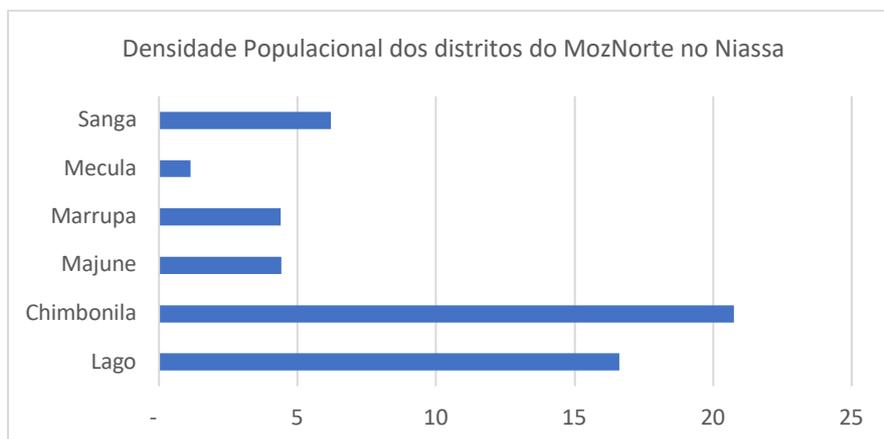
³³ No âmbito do PROPESCA/PROAQUA e PRODAPE.

³⁴ Parecem existir experiências que atestam o facto de os produtores de fruteiras terem interesse mais elevado em ter DUAT ou direitos de uso da terra mais seguros do que o que os outros produtores agrários tendem a ter.

³⁵ Atrás de Niassa sob este aspecto situam-se a Cidade de Maputo (3.82%), Gaza (5.01%) e Inhambane (5.19%).

A densidade populacional média da província do Niassa (a mais baixa do país) é de 13. Os distritos até agora seleccionados para acolher o MozNorte apresentam os cenários apresentados no Gráfico 4-5. Também aqui nota-se uma variação que vai desde as mais densamente povoadas (de onde se destaca Chimbonila³⁶ e Lago, que mesmo assim se situam abaixo da média nacional) até às menos densamente povoadas (Mecula³⁷ (1)) assim como três distritos em que um tem 6 (Sanga) e dois têm 4 (Majune e Marrupa) habitantes em média, o que confirma o facto de se estar face a uma província acerca da qual se pode falar em défice de habitantes.

Gráfico 4-5: Densidades populacionais dos distritos do MozNorte na província do Niassa

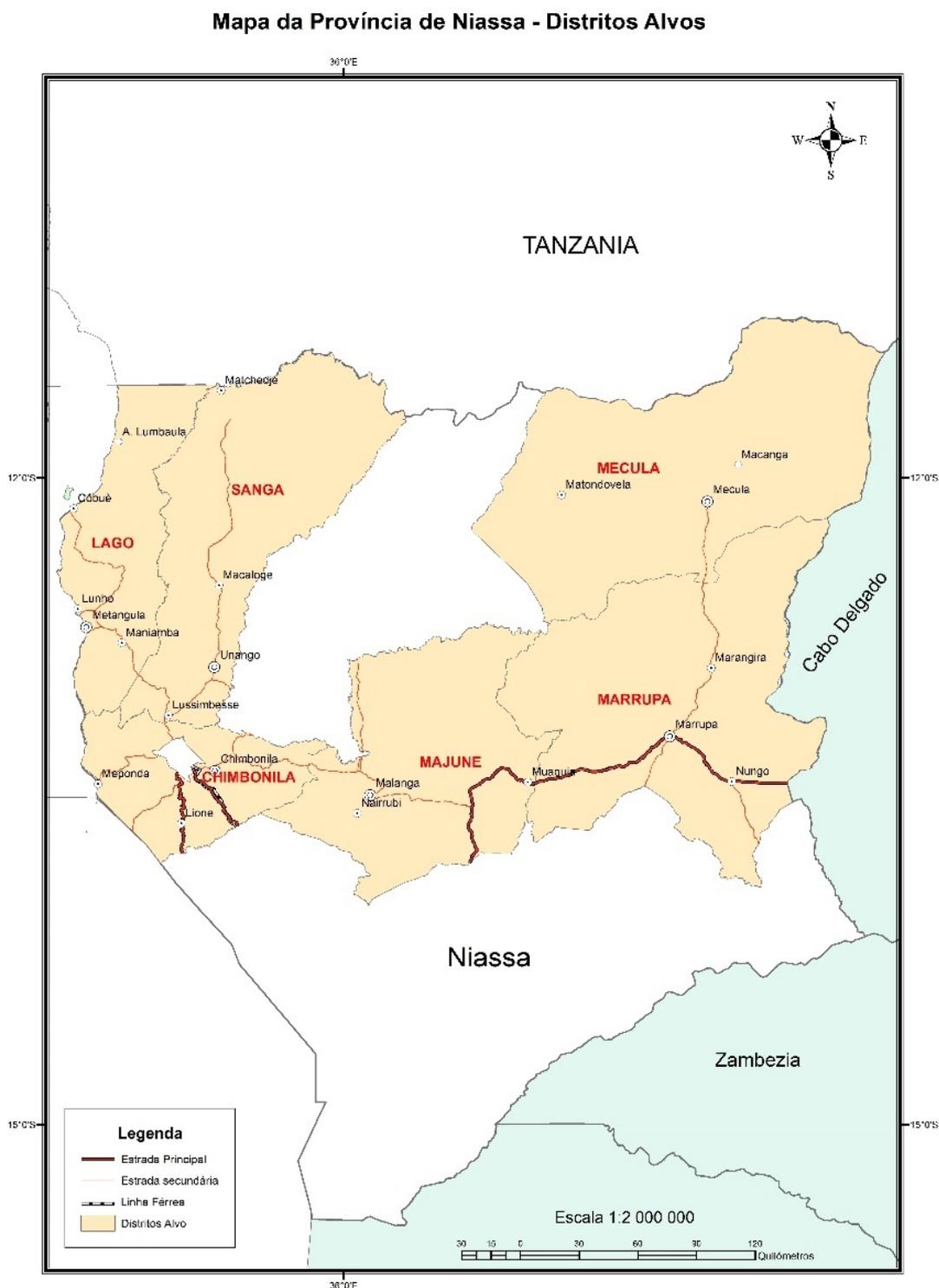


Foi feita uma revisão dos relatórios e dados disponíveis antes das visitas de campo. Durante as visitas de campo, foram feitos esforços para recolher o máximo de informação secundária relevante possível. Entre 1 e 8 de Junho de 2021 foram realizadas entrevistas com as principais partes interessadas e comunidades na província do Niassa. Principais intervenientes do governo (Director Provincial dos Serviços Ambientais, Chefe do Departamento de Fauna Bravia e Conservação, Director Provincial de Turismo e Cultura, Director do Monumento Histórico do II Congresso, Administrador Distrital Sanga, SDAE Lago, representante INGD, Chefe do Posto Administrativo de Sanjala, Chefe do Posto Administrativo II Congresso/Matchedje, Provincial de Pesca e do programa PROAZUL), ONGs (Estamos, CESC e Terra Firma).

³⁶ Durante muito tempo esteve integrado dentro do distrito de Lichinga e em alguns mapas como o da Figura 3-1 este distrito não aparece de forma autónoma.

³⁷ Que é a principal acolhedora da Reserva do Niassa.

Figura 4-8: Visão geral dos distritos abrangidos pelo projecto na província do Niassa



Quanto às comunidades houve intercâmbios com os Comités de Gestão dos Recursos Naturais de Chipanje Chetu (CGRN) de Nova Madeira, líderes e comunidade tradicional, CGRN, membros do COGECO e líderes tradicionais nas comunidades de Nova Madeira e II Congresso, e líderes e comunidade tradicional numa reunião com o operador de safari *Lipilichi Wilderness Investimentos* (LWI) em Maumbica todos no distrito de Sanga, membros do pessoal e gestão da LWI, pescadores do Conselho Comunitário de Pesca (CCP) Metangula e pescadores, uma empresa de pesca e

comerciantes de peixe da zona, deslocados internos no Centro de Acomodação de Malica e outros num centro de acomodação/trânsito temporário no bairro de Sanjala do município de Lichinga.

A informação foi recolhida, cruzada e triangulada para verificar a sua veracidade, na medida do possível. O relatório abaixo reflecte os resultados.

A Figura 4-8, acima, apresenta a distribuição geográfica dos distritos seleccionados até ao momento para beneficiar do projecto nesta província. Neste caso também se nota que são apenas os distritos e/ou parte destes situados a sul (Chimbonila³⁸, Majune e Marrupa) e partes de Lago e Sanga (a noroeste), que se encontram dentro dos corredores de destaque, nomeadamente atravessados pela N14 (também Corredor de Montepuez) e pela N361 e Corredor de Metangula, respectivamente, no que diz respeito a estradas.

À semelhança do que se passa nos distritos das outras duas províncias e dos distritos do Niassa em si os distritos do MozNorte nesta província apresentam a predominância dos modelos de economia típicos de Moçambique em que a agricultura e as pescas se constituem nas principais áreas de ocupação dos seus habitantes. Niassa é um grande produtor de algodão, milho, soja, feijões, madeiras e pedras preciosas. Niassa é conhecida por ter uma abundância de recursos minerais ainda não devidamente explorados, especialmente ouro, carvão, mármore, granitos vermelhos e pedras semipreciosas.

Para além de oferecer uma significativa base para as pescarias o Lago Niassa tem igualmente estado a atrair interesse de investidores no turismo, embora até ao momento ainda haja iniciativas limitadas a esse respeito.

Uma significativa parte da Reserva Nacional do Niassa, que é partilhada entre as províncias do Niassa e Cabo Delgado, situa-se nesta província. Trata-se de uma área que é duas vezes maior do que a do Parque do Kruger, na África do Sul e que encerra um potencial que também não é ainda inteiramente conhecido e tão pouco explorado. A temática das dificuldades de acesso e de carência generalizada de infra-estruturas e outras amenidades e investimentos deve não estar de fora na explicação do actual estado de coisas.

4.3.1 Efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes

4.3.1.1 Caracterização da situação existente

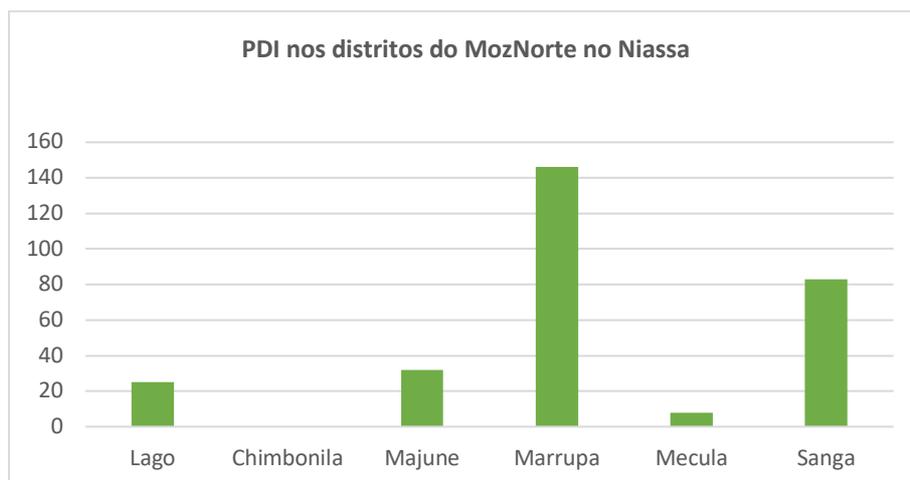
Das três províncias do MozNorte Niassa é a que é a menos directamente afectada pela temática das PDI. Isso parece ser consonante com o que se disse sobre procura de áreas urbanas e urbanizadas e presença de infra-estruturas (estradas) que explicam o essencial das movimentações destas pessoas.

Conforme mostrado no Gráfico 4-6Gráfico 4-2, também elaborado com base nos dados da Figura 3-3, os distritos do MozNorte compreendem apenas um total de 294 PDI³⁹, dos quais 146 (perto de 50%) se encontram em Marrupa e 83 (28%) em Sanga e juntos perfazem mais do que três quartos de todas as PDI. Lago (25), Majune (32) e Mecula (8) apresentam o que praticamente se pode considerar números marginais quando comparados com os distritos de maior pressão nas outras duas províncias quer estes sejam do MozNorte quer não. Porém, dados recolhidos durante o trabalho de campo apresentam o seguinte quadro: Lago (13), Chimbonila (44), Majune (32), Marrupa (181), Mecula (16) e Sanga (82), que mesmo assim continuam a ser números diminutos⁴⁰.

³⁸ Cujo número de PDI não aparece na Figura 3-1 supostamente por o mapa usado para o efeito não distinguir entre Lichinga e Chimbonila. Este último distrito nasceu daquele, em 2013. Na Figura 3-1 Lichinga aparece com 448 PDI. A equipa de avaliação recebeu informações sobre existência de 14 PDI em Chimbonila.

³⁹ Isso exclui os de Lichinga (448) que, caso tivesse havido o necessário rigor na preparação da Figura 3-1, estariam repartidos entre Lichinga e Chimbonila e nesse caso, e em termos muito generalizados, pode se falar de cerca de 308 (o trabalho de campo (ver abaixo) descortinou a existência de 14 PDI em Chimbonila), na área do MozNorte, o que continua a ser pouco expressivo.

⁴⁰ É de notar que o maior número das PDI em Niassa estava concentrado nos maiores centros urbanos da província, sendo Lichinga (571) e Cuamba (202).

Gráfico 4-6: Distribuição das PDI pelos distritos do MozNorte na província do Niassa

Também neste caso pelo menos a lógica das estradas como factor de atracção surge significativamente confirmado. Marrupa está no Corredor de Montepuez (N14) e o seu posto administrativo sede com pouco mais de 62,000 habitantes constitui-se num pequeno centro urbano de relativa magnitude na província de Niassa depois de Cuamba e Lichinga. O mesmo se pode dizer de Sanga, quanto ao seu posicionamento no Corredor de Metangula. Em Marrupa o governo local está a tratar de estabelecer um Centro de Reassentamento e a encorajar as pessoas a dirigirem-se ao mesmo, tal como em geral se está a fazer em relação a estes.

4.3.1.1.1 Efeitos dos conflitos em Cabo Delgado

As famílias deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado estão a entrar no Niassa a pé e a maioria contou que conseguiu assegurar o transporte no Niassa para chegar a Lichinga, que é mais Chimbonila, neste caso. Têm tanto medo de estar próximas do conflito que já viajaram para tão longe quanto possível. Muitos têm membros da família na zona, mas outros não. As autoridades, os deslocados internos e as observações notam um aumento da presença policial, e todos os deslocados internos são detidos e entrevistados extensivamente com exigências de saber qual o seu destino e quais os acompanhantes. A maioria não possui documentos de identificação, pelo que não conseguem provar as suas identidades. No centro de acomodação as pessoas estão no Distrito de Lichinga há mais de um ano, e no abrigo temporário do município estão lá há oito meses.

O INGD não está preparado para esta situação - ao contrário das catástrofes naturais que ocorrem dentro de um período definido, o fluxo contínuo de deslocados que fogem dos conflitos de Cabo Delgado significa que não podem praticar procedimentos normais de recepção e reabilitação e as pessoas permanecem nos abrigos de acolhimento por mais tempo do que deveriam. Isto também significa que os protocolos para a prestação de apoio por parte do INGD às zonas de acolhimento não são válidos por períodos mais longos, e a oferta contínua de assistência humanitária está progressivamente a diminuir em volume, frequência e as perspectivas de assistência externa de outras organizações são muito limitadas.

Tanto os interlocutores do governo como os contactos directos com os deslocados internos transmitem incerteza. A ansiedade entre deslocados, anfitriões e governo é causada pela falta de direcção, planos, recursos e medos gerados por esta incerteza e pelo que ela pode significar para todos os interessados. Os recursos para garantir que as famílias se possam alimentar, que haja abrigo e que as perspectivas de se alimentarem num futuro não muito distante são escassos, causando ansiedade e rancor em ambos os lados - deslocados internos e governo. O governo local faz esforços para assegurar que as crianças possam ir à escola, que os serviços de saúde estejam disponíveis, e o acesso à água seja garantido. No entanto, a continuidade do apoio humanitário e a transição para o apoio à resiliência dos edifícios é dificultada por:

- a continuidade do conflito e o fluxo de deslocados internos,
- medo de insurgentes disfarçados de deslocados internos,
- falta de recursos para apoiar uma necessidade humanitária prolongada,

- decisões que podem encorajar a estabilidade não são tomadas⁴¹.

Embora seja reconhecido pelo INGD e pelo governo local, que gere directamente os deslocados internos, que estes estão a chegar com necessidade de serviços de saúde e assistência psicossocial, uma vez que muitos estão traumatizados, este último não está disponível. Foi recordado por estas fontes que os adultos hesitam e têm receio, e algumas crianças fogem aterrorizadas quando ocorrem relâmpagos e trovões nas tempestades que tiveram em Lichinga. Um homem morreu numa tempestade durante uma trovoadas, especulações locais identificaram o seu medo como a causa da sua morte.

A questão da permanência é também outra fonte de ansiedade para todos os envolvidos na gestão dos impactos do conflito. Todos os deslocados internos reuniram-se sem excepção, declararam o seu desejo de regressar a casa em Cabo Delgado assim que fosse seguro fazê-lo. Também se resignaram com a possibilidade de terem de ficar onde estavam durante um período mais longo que esperavam, e para que isto funcionasse, as mulheres e os homens se encontraram, foram inflexíveis quanto ao acesso a terra suficiente para cultivar e alimentar as suas famílias, bem como a uma casa fixa eram as suas prioridades básicas. A preocupação com os seus direitos à terra em que teriam uma casa era de particular interesse para eles.

A falta de dinheiro foi relatada como limitando grande parte da sua existência e a causa de conflitos sociais em casa, que escalou muitas vezes para o nível do conselho do centro de deslocados, que tinham de os resolver. Estes concentram-se sobretudo nas crianças que não querem ir à escola. Uma grande parte da razão para isto é a sua falta de livros, vestuário, calçado e mochila, marcando a sua diferença em relação aos outros estudantes, e de pais sem os meios para os adquirir.

Sem bilhetes de identidade durante um ano ou mais, as restrições à participação na sociedade sem suspeitas de fazer parte da insurreição, o medo da polícia e as repercussões sobre os membros da família contribuem todos para o mal-estar dos deslocados internos encontrados no Niassa. Sem o cartão de identidade, os deslocados internos não podem gerar rendimentos formais, utilizar as suas contas bancárias (algumas pessoas eram comerciantes, por exemplo) ou mesmo circular em segurança na zona.

Famílias inteiras carregando crianças pequenas e exortando os idosos e as mulheres grávidas a caminharem por vezes centenas de quilómetros através de Cabo Delgado e até Marrupa e Mecula. Apesar de muitos terem conseguido obter transporte no Niassa, foram reportados como chegando a Lichinga com os pés lacerados, exaustos e stressados.

Os deslocados internos em ambos os locais visitados também se aperceberam do fardo que representavam e que pesava sobre as suas famílias, que chegavam sem nada e totalmente dependentes da boa vontade, que embora inicialmente lhes fosse dada gratuitamente, após vários meses, constituía uma fonte de tensão entre fazer a coisa certa de acordo com os costumes e sobreviver com os recursos mínimos disponíveis para as famílias. Quando estes deslocados concordaram em mudar-se para o centro, alguns relataram amargamente que desde então não tinham tido visitas das suas famílias.

Muitos no Centro de Malica vivem há um ano em tendas e as mulheres idosas, em particular, queixaram-se de terem de se deitar no chão sem colchões, por exemplo (66 tinham sido distribuídos possivelmente um por família no Centro de Malica e 18 da mesma ou de outras famílias). As oito latrinas do Centro de Acomodação de Malica estavam alegadamente cheias, criando riscos sanitários à medida que as pessoas voltavam a utilizar o mato, tendo sido relatado que aparentemente não tinham sido tomadas quaisquer medidas para remediar a situação. Embora em média 4,2 peças de roupa usada tivessem sido distribuídas aos deslocados internos na Província de Cabo Delgado, em

⁴¹ Ou seja, as famílias em abrigo temporário no Município de Lichinga não foram transferidas para o Distrito de Lichinga, uma vez que o governo afirmou que o Centro de Malica não aceitará mais deslocados internos. Os deslocados do Município foram convidados a dirigir-se ao Centro Marrupa, o único outro Centro de PDI no Niassa, localizado perto da fronteira com Cabo Delgado. Recusam-se, pois trata-se de um regresso à zona de onde têm tentado fugir. O resultado é um impasse.

comparação com outras províncias, a diferença de temperatura nocturna, (cerca de 15° mais baixa em Lichinga), era assustadora para muitos com t-shirts leves ou camisas de algodão e sem sapatos.

A maioria das pessoas que chegam de Cabo Delgado valoriza a sua independência e não gosta de estar dependente de ofertas de caridade. O processo de aceitação é empreendido com relutância e tem resultado em sentimentos mistos de alívio e desgosto de ser colocado numa tal posição. Assim, as pessoas têm-se mantido ambivalentes e distanciadas de todos os esforços de apoio, preferindo não participar na prestação de assistência, e criticando todas as deficiências na sua entrega (periodicidade, intervalos crescentes entre entregas, falta de previsibilidade dos tipos de alimentos e quando serão entregues). Isto em contraste com a colaboração intra-PDI e a assistência mútua.

As mulheres em Malica manifestaram sentimentos de instabilidade - ausência de casa fixa ou área para cultivar. Esta situação é agravada pela informação de que o INGD cessará o apoio no futuro, e de que necessitam de estabelecer a sua produção agrícola para sobreviver. Todos estavam ansiosos por estarem preparados para isto, quando tal acontecesse, mas faltava-lhes o conhecimento e a autonomia para o fazerem.

A maioria dos deslocados estava altamente desapontada e não tinha fé no governo. Esta afirmação baseia-se nas suas declarações de que é culpa do governo que sejam deslocados; ou seja, que o governo foi incapaz de os proteger, pelo que tiveram de fugir. Também citaram a sua percepção de que o governo era incapaz de os ajudar como deslocados internos, uma vez que a prestação de assistência estava a tornar-se irregular e reduzida, e a resposta a dificuldades menos prováveis. Disseram que não tinham dialogado com o governo, em vez disto, foi lhes ser simplesmente dito o que fazer, onde viver, o que comer sem garantias. Além disso, a insistência firme do governo em que não devem tentar deixar os centros, para irem viver com as suas famílias, reforça os seus sentimentos de dependência em relação a uma estrutura que não acreditam que possa proporcionar ao seu povo de forma justa. Isto estende-se a todos os membros da sociedade, homens, mulheres, jovens, uma vez que a autonomia de todos foi cortada, e todos eles estão agora totalmente sujeitos à capacidade e políticas do governo ou à assustadora falta delas, em ambos os casos.

Várias fontes com as quais se falou em Lichinga confirmaram as seguintes tendências:

- Os deslocados que chegam, ou as famílias de acolhimento, nem sempre declaram a sua presença, até que o fardo de apoio se torne demasiado grande, alguns meses após a chegada, podem declará-los e pedir apoio. Isto é motivado pela empatia pelo estado debilitado em que as pessoas chegam (famintas, exaustas e com os pés feridos, relatos da morte dos mais frágeis no caminho) e a responsabilidade familiar que, ao longo do tempo, é desgastada devido à pressão contínua sobre os anfitriões para fornecerem apoio total.
- Em alternativa, podem deslocar-se entre famílias de membros da família alargada, sempre com a esperança de regressar a casa.
- Forte incentivo à deslocação de deslocados de famílias para centros de acomodação ou de trânsito, que não têm condições para manter as famílias por longos períodos de tempo (ou seja, 48 pessoas durante sete meses num centro de trânsito com três quartos).
- Uma tendência para os deslocados internos esconderem a capacidade e competências praticadas em Cabo Delgado, alegando que não as têm.
- No Centro de Acomodação de Malica, os residentes há mais de um ano, têm o desejo de saber se se tornam proprietários de propriedade e se poderão vendê-la se partirem. Existem exemplos na província, de grupos que regressaram a Cabo Delgado, após terem vendido a propriedade que lhes foi atribuída.
- Ao mesmo tempo, a ambivalência em torno do seu estatuto involuntário resultou também na não colaboração na contribuição de mão-de-obra, para a construção de casas e para actividades que lhes confirmam que estão em Lichinga para ficar. Estão também ansiosos por serem suficientemente livres para regressarem a casa logo que seja seguro fazê-lo.
- Aumento da ansiedade devido à entrega imprevisível de alimentos, redução dos fornecimentos e variedade de bens, aumentando assim os períodos de fome no Centro de Malica nos últimos meses. O INGD tem sido apoiado pela Igreja Católica e por instituições islâmicas para o fornecimento de alimentos como a sua própria diminuição, não sendo fornecido durante mais tempo através de protocolos de emergência normais, porque os períodos de fornecimento de acomodação e centros de trânsito terminaram.

Anfitriões

As comunidades locais no Niassa são sensíveis à sua exclusão, no passado, de várias iniciativas de desenvolvimento em larga escala, por parte de agentes de fora da província, e historicamente a criação de "campos de reeducação" marcou percepções de inclusão forçada de forasteiros (nestes) e exclusão da população local (de quaisquer benefícios destes). Este contexto histórico foi levantado por um anfitrião entrevistado que estava interessado em algum equilíbrio nos benefícios para os deslocados internos e anfitriões, uma vez que o nível de stress também era grande nestes últimos (neste caso recebendo 16 familiares e não familiares após quatro dias sem comer, caminhando por longas distâncias através do mato na sua fuga chegando com relutância, uma vez que eram pescadores costeiros). Outros comentários centraram-se na incapacidade do governo em receber deslocados que estavam doentes, em gerir o isolamento da COVID e em assegurar a inclusão das comunidades de acolhimento pobres que cedem áreas para centros de acomodação em benefícios.

Outros anfitriões familiares falaram de encorajamento e quase assédio, por parte da segurança do governo, para que enviassem todos os deslocados, membros da família, para centros de acomodação. A pressão sentida pelo governo sobre a potencial ameaça de insurgentes é o motor do controlo de acções e esforços para garantir rotas e destinos de trânsito para os deslocados internos. Todos os membros da comunidade estão conscientes do aumento dos níveis de alerta de todas as partes, por diferentes razões, que resultam no aumentar dos níveis globais de sensibilidade, em vez de os subjugar.

4.3.1.1.2 Outras tensões e conflitos pré-existentes

A influência da feitiçaria sobre as pessoas que não seguem as normas sociais tradicionais, mostrando capacidades para melhorar a si próprias e os seus estilos de vida, continua a afectar o progresso dos projectos nos sectores agrícola, das pescas e social.

4.3.1.1.3 Terra

Mesmo com terra delimitada e segura, a recepção de apoios em espécie para a agricultura, via Sustenta, foi rejeitada pelas comunidades de Chipanje Chetu, pois estão habituadas ao dinheiro (benefício de caça de trofeus e da taxa do concessionário LWI), e à liberdade de tomar decisões sobre a sua utilização.

Os deslocados solicitaram DUATs para as áreas onde as casas de tijolos vão ser construídas no Centro de Malica, em Lichinga. Eles associam claramente o valor da casa a ser construída à possibilidade de vendas futuras da propriedade e do seu DUAT, caso seja necessário obterem dinheiro. A sua relutante privação de dinheiro e de economia formal, durante um longo período de tempo está a pressionar especialmente os jovens, a considerar todas as alternativas para ganhar dinheiro - seja através da venda de propriedade, emprego ou de esquemas de poupança e crédito. A sua desconfiança em relação às agências governamentais responsáveis - na sua opinião - pela sua colocação no Centro, significa também que estão relutantes em que o dinheiro seja gerido por estas agências, uma vez que receiam que não cheguem ao destino pretendido aos beneficiários a quem se destina.

Os deslocados no Centro de Acomodação de Malica ocupam uma área que tinha sido previamente atribuída para o desenvolvimento de um central solar pelo FUNAE, que foi depois entregue para ser utilizada como centro de acomodação. Esta mudança no uso da terra foi negociada com o líder tradicional da área e terrenos cedidos para acomodação. A terra para a agricultura foi adquirida através do mesmo método, mas com parcelas de ¼ hectares, intercaladas entre parcelas a serem utilizadas por membros da comunidade anfitriã. Uma parcela foi atribuída erradamente e foi contestada e reclamada pelo utilizador anterior, privando o utilizador PDI da utilização da área. A questão ainda não foi resolvida e a nível do PDI parece não haver qualquer ideia de como a situação será resolvida. Tanto as mulheres como os homens na condição de PDI lamentaram que um grande bloco de terra não pudesse ser atribuído a todos os PDI para utilização e ordenaram a sua utilização e áreas entre si. Verificou-se que, devido à propriedade de DUAT na área, era difícil encontrar um bloco de terra suficientemente grande, daí a estratégia de identificar parcelas quando disponíveis.

A afectação inoportuna de terras e o fornecimento de sementes no último ciclo agrícola foi reconhecido pelos deslocados internos e pelas autoridades como tendo resultado numa produção falhada durante

o ano. Isto teve um impacto negativo significativo nas atitudes e, na realidade, na capacidade do INGD em continuar a apoiar o Centro em termos alimentares.

Não foi evidente que tenham sido acordados benefícios com a comunidade anfitriã sobre a cedência de terrenos para o centro de acomodação no bairro de Malica. Os deslocados internos não puderam comentar, o INGD mencionou negociações prolongadas, mas não benefícios. Embora os membros da comunidade local de Malica estejam actualmente a utilizar a bomba manual para água no Centro, isto deve-se apenas ao facto de o Centro estar a utilizar o seu abastecimento de água a partir de um pequeno sistema canalizado até que este se avariou e não se encontrava operacional.

O progresso na delimitação de terrenos no Niassa sob Terra Segura/MozLand foi relatado como tendo estagnado após o planeamento inicial e algumas consultas. Não é claro quais são as causas disto. De qualquer modo as questões da terra tendem a ser complexas em Moçambique, dentro do contexto actual de regras e práticas.

As comunidades rurais têm sido confrontadas com muitos desafios de uso da terra por investidores privados e projectos agrícolas e florestais em larga escala estabelecidos nos espaços aparentemente grandes e livremente disponíveis no Niassa. Ao longo do tempo, os conflitos com as comunidades levaram a abordagens revistas e à delimitação de terras em algumas áreas para salvaguardar os interesses da comunidade. A terra disponível para a agricultura para deslocados internos nos casos em que se trata de áreas perto dos centros urbanos enfrenta potenciais conflitos com investidores privados individuais, empresariais e outros usos locais, costumeiros ou formais.

Actualmente, não foram disponibilizados na província dados sobre os direitos das terras comunitárias, com a recomendação de que tal fosse procurado a nível central. A falta de acesso à informação a nível provincial e local é um constrangimento ao desenvolvimento e permite que os investimentos baseados em Maputo prossigam enquanto as autoridades locais podem não ter conhecimento das reivindicações. Isto foi reportado como tendo tido lugar no passado.

Existe uma certa tensão em matéria de política, dados e recursos de implementação entre Maputo e a província e os distritos, particularmente no que diz respeito à tomada de decisões e à falta de recurso para as estruturas governamentais afectadas pelas decisões de Maputo na execução do seu trabalho nas áreas de utilização e aquisição de direitos, bem como outras questões ambientais e de gestão de recursos naturais. Esta percepção de impotência estende-se às comunidades e a um amplo cinismo do interesse do governo no seu bem-estar e desenvolvimento.

4.3.1.1.4 Zonas de pesca

O ambiente entre cerca de 33 pescadores, uma proprietária de uma empresa de pesca e uma mulher comerciante no Lago Niassa que se reuniram em Metangula, foi de frustração e exasperação com o sector das pescas do governo e ONG que trabalharam com eles durante muitos anos sem resultados e benefícios palpáveis positivos. Eles relataram a colaboração na preparação com a WWF da Reserva Parcial do Lago Niassa aprovada e o subsequente diálogo sobre a gestão da pesca no lago - há sete anos atrás, sem acções subsequentes. Mencionaram os conflitos gerados na negociação dos planos de gestão das pescas em Cobue, por exemplo, e o grande número de reuniões em que participaram, sem resultados. Falaram também exasperadamente sobre o número de visitas e inquéritos de concepção que receberam em Metangula, sem respostas às suas prioridades identificadas, sem projectos e sem, sequer, qualquer apoio do governo.

Contaram a sua objecção e a sua convicção contínua de que o encerramento sazonal de certas pescarias ou a criação de santuários como práticas de gestão são desnecessários no Lago, uma vez que consideram que a pesca é tão produtiva como sempre foi. A sua principal preocupação era sobre as restrições à sua rede de pequenas sardinhas Ussipa localmente chamadas 'bonya', que é responsável pelo seu rendimento mais consistente e lucrativo do Lago. Também notaram os riscos que correm na compra de redes não-padronizadas, por exemplo, no Malawi e na Tanzânia, onde disseram ter de comprar equipamento e materiais de pesca, porque não há vendedores em Moçambique. Embora não tenham desculpa para utilizar redes de tamanho ilegal, o seu argumento era que sentiam falta de apoio do governo para os profissionais da pesca artesanal no Lago. Isto foi sublinhado quando relataram a confiscação pelo governo e queima de todas as redes 'mosquiteiras' que estavam a utilizar. Os pescadores levaram o governo a tribunal, mas perderam o caso.

A maioria do grupo, e certamente os membros do CCP, demonstraram uma boa compreensão da legislação moçambicana e das regras e regulamentos que a gestão das pescas poderia implicar se aplicada. Foram muito eloquentes quanto à sua total dependência da pesca no Lago, para a sua subsistência, e da economia local baseada no comércio local, de curta e longa distância dos seus produtos. As suas prioridades variavam desde o acesso ao financiamento e aos vendedores de artes de pesca até à necessidade de apoio dos barcos de salvamento da guarda costeira e dos barcos de inspecção das pescas como primeiros socorros em caso de incidentes de segurança, visto que percorriam o Lago à noite nos seus barcos e canoas precárias. Observaram que existem barcos, mas que estão estacionados em terra, incapazes de funcionar. Isto foi explicado pelo governo como sendo devido a questões de manutenção, aprovisionamento e planeamento.

As suas preocupações com a segurança vão desde o grande número de pescadores ilegais do Malawi, que reduzem os stocks, até ao facto de terem ouvido falar de pescadores ilegais, detidos no Lago, que afirmam ser de Cabo Delgado, mas que eram estrangeiros ligados aos insurgentes.

Nota-se a existência de assuntos complexos que os pescadores entendem em termos práticos, mas que nem sempre são devidamente capturados nos projectos de apoio às pescarias incluindo a aquacultura. O que se nota nas pescas também tem presença nos outros sectores, por ex. agricultura e florestas.

4.3.1.1.5 Florestas

O Norte do Niassa está coberto por florestas que o governo está preocupado em conservar, mas que não fazem parte do âmbito do MozNorte. A silvicultura na província é apoiada por programas assistidos por duas das universidades da província - a Universidade Católica (UCM) e UniLurio, bem como o ARPAC, com investigação sócio-cultural e conservação. Estas áreas geográficas são escassamente habitadas e a sua fronteira norte com a Tanzânia é o rio Rovuma. A área é também considerada de risco pelo governo devido à fronteira aberta com a Tanzânia e ao medo de circulação de insurgentes.

Foram feitas observações e pedidos por vários altos funcionários dos serviços estatais provinciais e do governo, para que seja aumentado o número de distritos e de áreas apoiadas por MozNorte, de modo que as comunidades pudessem ser capacitadas e ter acesso aos benefícios do projecto. Estes incluíam Mavago, onde a mineração ilegal e uma mina legal com uma simples licença é uma preocupação das autoridades locais, na medida em que se entende que existem ligações com Cabo Delgado relativamente à passagem de deslocados e potenciais insurgentes; e Manda Wilderness um programa de conservação comunitária, no Distrito do Lago Norte quase idêntico ao do Chipanje Chetu, mas incluindo 16 CGRNs comunitários no âmbito de uma associação global UMOJI. A área tem estado sem um operador de safari desde o seu início.

4.3.1.1.6 Áreas de Conservação

Nota-se a influência do COVID-19 sobre o turismo e as exigências de um contrato de concessão como o LWI, que tem benefícios comunitários fixos a serem concedidos anualmente. A fraca comunicação, desconfiança e não entrega a tempo dos benefícios financeiros e salários, está a provocar antagonismo e potenciais riscos operacionais para a LWI (colaboração de pessoal e da comunidade, gestão de contratos, aumento da dependência da grandeza e menos conservação e desenvolvimento).

A capacidade dos Programas Comunitários de Conservação de Chipanje Chetu e UMOJI/Manda Wilderness, bem como a segurança da terra comunitária destas áreas, aumentam a sua visibilidade para a MozNorte e exigirá um desenvolvimento de capacidades à medida.

Os conflitos Homem – Fauna Bravia (CHFB) são uma importante fonte de tensão entre as comunidades locais e as áreas de conservação, os operadores e o governo. Os papéis e responsabilidades pela prevenção e resposta não são claros e a recente reestruturação do governo provincial, para criar a nova autoridade autónoma de qualidade ambiental AQUA resultou na perda de quase toda a capacidade de fiscais e de transporte, por parte dos serviços de conservação e fauna bravia e departamentos governamentais provinciais. Como resultado, esta nova dinâmica exige um exame minucioso e a atribuição de responsabilidades claras relacionadas com a capacidade de garantir a segurança das comunidades e dos seus membros e de reduzir os riscos de perda de propriedade.

A Reserva Especial de Niassa (REN) está actualmente a conceber uma abordagem quanto ao CHF B para trazer incentivos para conservação baseada no desempenho com maior eficácia na sua relação com as comunidades em risco. A LWI está interessada em seguir pistas bem-sucedidas, mas necessita de desenvolvimento de capacidades locais. Outros operadores adoptam abordagens de liderança ou menos protagonistas em relação a CHF B, mas poucos conseguiram envolver as comunidades na gestão de CHF B, na medida em que a procura da presença de fiscais é reduzida.

Ao rever as quotas de caça para 2021 com os serviços provinciais responsáveis por assegurar a sua execução, notou-se que a várias novas zonas de caça tinham sido atribuídas, sem que o nível provincial tivesse conhecimento da sua existência e sem ter visto de um plano de maneio. O planeamento e adjudicação de contratos, e os direitos aos investidores sem consulta a nível local é um dos elementos que causam stress local nas comunidades e no governo local. O primeiro não pode assegurar o respeito dos seus direitos ou benefícios acordados, e o segundo muitas vezes, especialmente agora, com recursos extremamente limitados, os serviços provinciais não podem apoiar processos de governação descentralizada aprovados por políticas.

A exploração mineira licenciada no distrito de Mavago, que é a maior na zona tampão da REN, é um exemplo de incumprimento da legislação que não está a ser acompanhada pelo sector ambiental, e não tem, até à data, quaisquer precedentes. Sendo este, o pagamento legalmente exigido de montantes muito substanciais em compensação por impactos não quantificáveis na biodiversidade causados pela exploração de recursos naturais incluindo extractiva, em áreas de conservação e zonas tampão (Art. 127 do Decreto de regulamentação da conservação nº 89/2017), a fim de garantir uma perda líquida zero de biodiversidade.

A consulta aos líderes tradicionais, autoridades locais e elites locais com exclusão das mulheres e jovens, bem como de outros grupos marginais, incluindo migrantes ou pessoas que se deslocam entre a área de conservação e a zona tampão, ou fora de uma zona de conservação, mas que residiam nela anteriormente, estava a ocorrer em várias áreas. Esta tendência por parte dos investidores que não têm competências ou mandato para se envolverem com as comunidades, excepto em relação à gestão da caça furtiva, é exacerbada pela tendência semelhante do governo local de trabalhar com líderes reconhecidos e influenciar os líderes apenas na tomada de decisões. Isto permite o crescimento de tensões e discordâncias no seio das comunidades e em relação ao governo e investidores cuja ausência não fornece informações alternativas às transmitidas pelos líderes. Isto criou experiências comunitárias de má utilização dos fundos comunitários pelas elites, decisões tomadas sobre benefícios e sua distribuição que não são partilhadas ou conhecidas pela comunidade em geral, ressentimento entre comunidades como percepções de perdas injustas sem compensação, tais como para CHF B afectam mais uns do que outros, mas os benefícios são iguais para todos.

4.3.1.1.7 Concepção e implementação do projecto

A definição de prioridades dos deslocados na concepção do projecto assume que estas são pessoas comuns. A maioria dos deslocados fugiu da violência real. Uma minoria que não testemunhou directamente a violência e fugiu de Mueda para Niassa, retornou a Mueda, assim que ficou claro que era seguro voltar.

No Niassa o maior número de deslocados está no Distrito de Lichinga (e município), onde existe o Centro de Acomodação de Malica que, está no processo de ser transformado num centro de reassentamento, com casas de tijolo a serem construídas, utilizando fundos fornecidos por uma ONG para 48 famílias. Outras 57 famílias deslocadas estão a viver em Lichinga, perfazendo um total de 105 famílias, mas não é um dos distritos visados pela MozNorte. Em vez disso, o Distrito de Chimbonila com 14 famílias de deslocados internos está incluído. Chimbonila foi um Posto Administrativo do Distrito de Lichinga até 2013.

A disponibilidade para participar no Projecto é condicionada pela falta de documentos de identificação que não está de todo a ser resolvida⁴², um ano depois de os deslocados internos terem estado em Lichinga, mais próximo dos serviços da capital provincial. Sem identificação, os deslocados não podem

⁴² O índice Findex, do Banco Mundial – que retrata o estado da inclusão financeira no mundo – estimou, em 2017, que 40% dos moçambicanos não tinham Bilhete de Identidade (BI), sendo que a percentagem das mulheres se mantém ainda mais abaixo disso.

participar em quaisquer processos públicos, incluindo a garantia da posse da terra, o acesso a oportunidades de emprego, mesmo a livre circulação dentro do distrito ou província. A área de terra atribuída para agricultura a uma família inteira em Lichinga é de 0,25 ha - não o suficiente para participar no Projecto.

Os deslocados internos estão dispersos em casas de acolhimento e alguns nas suas próprias casas. Se precisarem de cartões de identificação e de reintegração na sociedade, devem identificar o seu paradeiro fora dos centros, arriscando que o governo encorajá-los a deixar estas casas para viverem nos centros.

A qualidade de vida nos centros não é muito boa, o nível de stress e ansiedade é elevado devido ao desconhecimento da sua posição e ao facto de não terem um apoio fiável. Isto é amplamente conhecido, visto que as pessoas mantêm contacto telefónico umas com as outras, e as pessoas deixam os centros quando têm a opção de regressar a casa. Estas tensões são factores de instabilidade. A maioria dos deslocados nos centros, mesmo aqueles que lá vivem há um ano ou mais, não está em posição de estar pronta a participar no MozNorte.

As mulheres raramente são portadoras de DUAT, nenhuma das com que se falou no Niassa estava ciente da possibilidade de ter a propriedade conjunta do título, e nenhuma tinha um.

A abordagem do MozNorte será desafiada por:

- Falta de interesse na abordagem agrícola do Sustenta em algumas áreas do Niassa, onde a preferência da comunidade por dinheiro superou o interesse em produtos e serviços materiais,
- A relação de um requisito de posse segura da terra no momento do pedido de apoio ou, pelo menos, de uma posse temporária testemunhada. A questão centra-se na permanência dos deslocados: se não houver interesse na permanência, então o QPR do MozNorte e a abordagem a adoptar devem considerar a temporalidade dos investimentos na natureza do apoio (desenvolvimento de capacidades e geração de rendimentos). Se os deslocados desejarem permanecer, e a opção for aberta, tendo também em conta a falta de estratégia governamental relativamente às pessoas deslocadas pelo conflito, então a selecção distrital e comunitária do projecto, deve ter em conta que pode ser necessária a delimitação e a entrega de meios de assegurar a posse como parte do projecto.
- Os deslocados dispersos em casas de acolhimento e nas suas próprias casas talvez sejam os mais aptos a participar no projecto. Estará isto administrável pelo governo.
- A desconfiança dos agentes governamentais em conseguir prestar assistência contínua aos deslocados internos é evidenciada pela falta de entregas e pelos avisos do INGD, para estarem preparados para que a assistência seja interrompida,
- Desconfiança do governo e das ONGs na entrega dos benefícios esperados da gestão sustentável dos recursos naturais como a pesca no Lago Niassa e das taxas de concessão de caça (exacerbada pela falta de benefícios comunitários das taxas de troféus, e pela ausência de rendimentos para os operadores durante a COVID-19, resultando em dificuldade em manter o pagamento das taxas de concessão e o pagamento dos benefícios comunitários),
- Falta de fé no governo por parte das PDI,
- O sentimento de isolamento e privação de autonomia, autodefinição e liberdades nos centros,
- Restrições à realização de planos a longo prazo num contexto de incerteza; ou seja, envolvimento dos deslocados internos na materialização de visões de um a quatro anos à frente, particularmente em relação à segurança da posse da terra, investimentos em estruturas físicas e transacções financeiras que forneçam retornos que exijam o reembolso de empréstimos dentro de uma ou duas estações ou anos. São incertos da sua permanência e, o que é importante, o governo é incerto das suas políticas sobre permanência e níveis de apoio durante longos períodos de tempo, especialmente no contexto de uma crise que já afecta a província há quase dois anos. O modelo padrão de transição da assistência humanitária para a construção da resiliência não está a funcionar devido à natureza prolongada da catástrofe - um conflito com impactos contínuos a mais longo prazo.
- Elevados níveis de analfabetismo, reconhecidos pelo governo, havendo esforços para continuar a aprender, particularmente por parte das mulheres do Centro de Malica.

A incorporação dos deslocados internos como grupo-alvo principal para inclusão na MozNorte terá de ter em conta o seguinte no desenvolvimento da abordagem de implementação:

- A abordagem aos deslocados antes de serem suficientemente estáveis para a construção de resiliência, e mesmo durante este delicado período de reconstrução, baseia-se na igualdade de tratamento, oportunidade e assistência no acesso aos recursos para restaurar os meios de subsistência e a reintegração social. A construção da resiliência através da MozNorte exigirá uma abordagem às famílias nos Centros que possam apoiar uma ampla base de famílias praticamente sem capital.
- A construção de capital social nesta fase não deve incluir o aumento da competitividade e divisões socioeconómicas.
- A alegadamente elevada proporção de pessoas sem bilhetes de identificação é um constrangimento ao acesso a oportunidades de projectos que terá de ser abordada⁴³.
- O fluxo contínuo de deslocados, a desconfiança entre as partes, especialmente entre o governo e os deslocados, exigirá uma presença significativa de agências facilitadoras neutras e transparentes para garantir a entrega de informação, oportunidades e benefícios dos projectos. A gestão estruturada e criteriosa de informação encontra-se identificada, por várias fontes e de diferentes maneiras, como sendo a mais fraca neste momento ao mesmo tempo que é das mais cruciais. No meio disto tudo torna-se imperioso saber quem é quem, de onde vem e com que intenções e como pode ser enquadrado. Os órgãos do poder local (municipal, distrital e mais abaixo) não têm essa capacidade. O tipo de registos que fazem sobre PDI apresentam pouco valor do ponto de vista da gestão de informação.
- O desejo das pessoas de se afastarem o mais fisicamente possível, da fonte do conflito, que consideram ser Cabo Delgado, e de evitar repercussões potenciais de não terem bilhetes de identificação, ficando com as famílias e "fora de vista", está em choque com o desejo do governo de as manter visíveis e juntos nos Centros.
- A conversão dos Centros de Acomodação em Centros de Reassentamento não é um caminho fácil e o cumprimento dos requisitos de ordenamento do território, acomodação e agricultura para o desenvolvimento, mas não deve ser motivo de exclusão da MozNorte.

O resumo das questões suscitadas pelas PDI em Niassa apresenta-se apenas diferente das que ocorrem nas outras duas províncias do MozNorte em termos de escala, que é muito menor. Os restantes aspectos são no geral semelhantes e podem ser resumidos nos mesmos moldes que o apresentado na Tabelas 4-1, 4-2 e Caixa 4-1, acima.

5 Avaliação de Risco Social e de Conflito

As principais questões da avaliação definem-se em termos de determinar o ponto até o qual o MozNorte, com as suas três principais componentes⁴⁴, i.e. (i) Componente 1 – Melhorar os meios de subsistência nas comunidades-alvo; (ii) Componente 2 – Melhoria da governação e reforço institucional para uma gestão sustentável dos recursos naturais; Componente 3 - Coordenação, gestão e comunicação do projecto, poderiam traduzir-se em:

- (i) exacerbar as tensões e desigualdades existentes na sociedade (tanto dentro das comunidades afectadas pelo projecto como entre estas comunidades e outras);
- (ii) ter um efeito negativo na estabilidade e segurança humanas;
- (iii) ser negativamente afectado pelas tensões, conflitos e instabilidade existentes, particularmente em circunstâncias de guerra, insurreição e agitação civil⁴⁵.

Está também antecipado que a avaliação se concentra sobre o previsto no ponto (iii), acima, e em seguida explora como tais tensões podem ser exacerbadas pelas actividades do projecto, que é o que consta no ponto (i). E só em menor grau e porque o projecto visa fazer uma contribuição positiva para a subsistência das pessoas, espera-se que isso não tenha um impacto significativo na estabilidade e segurança dos beneficiários do projecto, o que é assunto do ponto (ii) mas a mesma deve considerar cenários em que a segurança da subsistência criada devido às actividades do projecto faça das comunidades um alvo para os insurgentes, e por isso também deve prestar atenção a isso.

⁴³ Embora em Moçambique a maior parte das pessoas não tenha bilhetes de identidade.

⁴⁴ Por razões óbvias isto exclui a quarta componente sobre Resposta a Emergências de Contingência (CERC).

⁴⁵ Página 23 do QAS do BM

Pela ordem das prioridades estabelecidas os subcapítulos que se seguem procuram contrastar as constatações feitas com os critérios de avaliação recomendados.

5.1 Como o Projecto Poderia Ser Negativamente Afectado pelas Tensões, Conflitos e Instabilidade Existentes

Em função das diferenças que se notam nos graus de relacionamentos entre as áreas pré-seleccionadas para receber o MozNorte e as várias facetas das tensões, conflitos e instabilidade resulta que este critério também se traduz em cenários diversificados, quer para as províncias quer para os distritos receptores. Sem entrar em detalhes numa base de caso a caso podem se estabelecer as principais categorias para facilitar a análise e avaliação.

As três províncias e distritos vivem as tensões, conflitos e instabilidade de diferentes maneiras e, de uma maneira geral, as descrições feitas acima permitem categorizá-los da seguinte maneira:

- Cabo Delgado é o epicentro de todo o conflito e suas ramificações. Não apenas tem mais do que 617,000 PDI, espalhados por todos os distritos (exceptuando (talvez) Mocímboa da Praia) e com PDI a crescer todos os dias, mas é também a fonte dos mesmos, apresenta problemas diferentes dos das outras duas províncias. Por sua vez os distritos do MozNorte em Cabo Delgado, que juntas acolhem 175.478 PDI podem caber em duas principais categorias em que a primeira encerra números elevados de PDI (Metuge e Montepuez) e a segunda (Mecufi e Namuno) encerra números mais diminutos.
- Com um total de 10.175 PDI, nos distritos do MozNorte, Nampula é a província vizinha de Cabo Delgado que por ser de mais fácil acesso e eventualmente ter mais ligações orgânicas com Cabo Delgado (por ex. étnicas, tribais, religiosas, infra-estruturais, etc.) está a receber o segundo número mais elevado de PDI e estas estão a concentrar-se em dois pontos em que nenhum deles faz parte do território actualmente delimitado para o MozNote. E tirando Memba e Eráti (que mesmo assim não acolhem PDI significativos) os números de PDI nesta província são limitados.
- A província do Niassa, apesar de também estar próxima de Cabo Delgado e ter parte das ligações orgânicas que Nampula tem com esta província não está (pelo menos até ao momento) a receber números significativos de PDI. E se as razões identificadas nesta avaliação para explicar as motivações para as escolhas das movimentações das PDI forem correctas a probabilidade de Niassa receber números elevados dessa categoria de pessoas deverá permanecer relativamente baixa.

Sem colocar de lado as ligações entre os distritos do MozNorte e a realidade circundante mais ampla e considerando quer os aspectos negativos quer os positivos a avaliação centra-se sobre aqueles distritos. Uma estruturação dos aspectos acima num quadro de avaliação e de possíveis medidas de gestão/optimização relativamente rápida e de fácil leitura apresenta o que se segue na Tabela 5-1.:

Tabela 5-1: Resumo de como o projecto poderia ser negativamente afectado pelas tensões, conflitos e instabilidade existentes e medidas de gestão

N.º	Factores	Receptores	Impactos	Possíveis medidas de gestão
1	Áreas em que o conflito está a ocorrer directamente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Província de Cabo Delgado (no seu todo) ▪ Nenhum dos distritos do MozNorte (pelo menos até ao momento) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instabilidade acentuada e permanente; ▪ (Quase) impossível inserir um projecto desenvolvimentista devido ao conflito cujas direcções/áreas geográficas podem estar em constante mudança e se desconhecem 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A selecção de distritos que presentemente não são alvo directo de acções de insurreição para fazer incidir o MozNorte parece acertada. Seria difícil planear desenvolvimentos previstos pelo MozNorte nos contextos de violência directa; ▪ Os distritos próximos de onde o conflito está a ocorrer directamente apresentam também grande risco. A qualquer momento podem ser objecto de tais acções (por ex. Montepuez⁴⁶). As acções de desenvolvimento nestes distritos devem ter em atenção a possibilidade de também serem alvo de ataques e divisar as medidas a tomar (por ex ter Planos B); ▪ O MozNorte precisa de monitorizar mais sistematicamente as direcções que o conflito toma e pode tomar e estruturar as suas intervenções em conformidade.
3	Distritos do MozNorte que recebem números elevados ⁴⁷ de PDI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Por ordem de significância e decrescente: Metuge, Montepuez, Momba, Mecufi, Eráti, Namuno e Mussoril (em Cabo Delgado e Nampula) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dependendo da distância em que estão em relação ao epicentro do conflito acções seleccionadas de desenvolvimento são viáveis nos distritos fora das áreas directas de conflito, mesmo contando com elevados números de PDI. ▪ Existe relativa estabilidade neles que permite significativa acção planificada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepuez é neste momento o distrito mais exposto e perto do epicentro do conflito. Intervenções neste distrito demandam maiores cautelas; ▪ Os outros distritos parecem suficientemente longe e podem acomodar e fazer uso de intervenções de desenvolvimento para cumprir os objectivos previstos e eventualmente ajudar no desanuviar paulatino das tensões existentes; ▪ Os distritos com números muito elevados de PDI (por ex. Metuge e Montepuez) e sob muita pressão precisam de apoio redobrado para harmonizar as suas funções normais de administração dos distritos com os de promoção dos objectivos do MozNorte. As fraquezas institucionais que os caracteriza significa que esses distritos vão precisar de reforço institucional redobrado para fazer essa conciliação; ▪ A sugestão/decisão governamental de deslocar recursos (humanos, materiais e financeiros) dos distritos paralisados para os que recebem PDI significativos parece ser de ser seguida e apoiada. O governo pode ter dificuldades de a pôr em prática, mas encerra potencial que o MozNorte deveria seguir; ▪ Onde isso for viável os distritos mais pressionados (Metuge e Montepuez) poderiam ser ajudados a deslocar parte das PDI para os distritos vizinhos do MozNorte ou fora dele e neles tentar restaurar os seus modos de vida. Isso é ainda mais significativo para Metuge que é definida por uma área territorial e de recursos diminutos e já sob forte pressão de números de pessoas; ▪ Para além do significativo reforço institucional que Metuge, mas também Montepuez, precisam de receber para conciliar interesses do desenvolvimento geral, MozNorte e conflito há que encontrar formas de equacionar os números extremamente elevados de PDI que comportam e encontrar soluções que podem passar por redistribuir tais PDI. Metuge em particular dá sinais de não poder

⁴⁶ Não está muito longe dos distritos sob ataque. Até que ocorreu em Março de 2021 muitos achavam improvável o ataque a Palma. Estava numa área que se considerava segura e suficientemente protegida.

⁴⁷ Neste caso considerou-se até acima de 1.000 PDI por distrito.

N.º	Factores	Receptores	Impactos	Possíveis medidas de gestão
				<p>aguentar com a pressão de mais de 100% do seu número de habitantes em território limitado e recursos naturais, humanos, materiais, financeiros e tecnológicos de que dispõe;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A planificação e implementação das acções do MozNorte deve incluir uma forte componente de interligação com outras iniciativas de desenvolvimento local e regional.
3	Distritos do MozNorte que recebem números significativamente baixos de PDI	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os outros distritos menos os apontados acima, i.e Lago, Sanga, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula, Mecuburi, Angoche, Ribaué, Moma, Larde (em Nampula e Niassa) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em posição favorável de acolher e implementar os objectivos do MozNorte 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentam o risco mais baixo de ser afectados pelo conflito e poderiam ser intensamente usados para fazer avançar as intenções do projecto e eventualmente servir de exemplo/demonstração de como a mudança se pode promover; ▪ Embora isso não possa ser visto de forma linear, sobretudo face ao facto do interesse que se nota de as PDI regressarem aos locais de origem assim que as condições o permitam, suportados por outras medidas estes distritos podem acolher parte das PDI que exercem excessiva pressão sobre os distritos do MozNorte ou outros distritos receptores de PDI em números excessivamente elevados, quer estas sejam do MozNorte quer não. ▪ Terão que incorporar criativamente as lições aprendidas de outros projectos similares e estabelecer sinergias com outros projectos (por ex. educação, energia, estradas, agricultura, florestas, etc.) que o Banco Mundial e outras agências desenvolvem nas mesmas áreas para acelerar (<i>quick-wins</i>) e aumentar eficiência das intervenções previstas (sustentabilidade e impacto).

O impacto mais visível e facilmente utilizável para fazer medições acerca da severidade do conflito é o das PDI e a Tabela 5-1, acima, é, em parte, expressão disso, mas o conflito provoca outros impactos que também devem merecer atenção no sentido de impedir que o conflito e/ou seus efeitos se reflectam negativamente sobre o MozNorte. A avaliação destaca os seguintes impactos que se apresentam quer como colaterais das PDI quer não:

Tabela 5-2: Outros potenciais efeitos das tensões, conflitos e instabilidade existentes e medidas de gestão impactos

N.º	Problema/Manifestação/Impacto	Possíveis medidas de gestão
1	Ansiedade e vontade de ver respostas e resultados rápidos perante a situação de pobreza, vulnerabilidade desordem e violência, principalmente em Cabo Delgado, sobretudo por parte das mulheres e dos jovens	O MozNorte vai precisar de adesão e apoio baseado em mobilização de qualidade. Ser consistente ao mesmo tempo que flexível na comunicação e mobilização dos beneficiários quanto à orientação do projecto e realista quanto ao que se pode fazer ao longo do tempo (curto, médio e longo prazos).
2	Aproveitamento do contexto geral de fragilidades humanas e institucionais e da vulnerabilidade das PDI e outros grupos (mulheres, raparigas e jovens em geral) para agravar tratamentos exploratórios/abusivos (por ex. extorsão, VBG, EAS, etc.)	Fazer uma avaliação circunstanciada das portas de entrada destas manifestações e potenciais impactos e delinear medidas de gestão adequadas e proporcionais aos problemas a ser enfrentados
3	Gestores de componentes do projecto aos vários níveis que podem servir-se da situação prevalecente (por ex. funcionamento não regular das instituições, pessoas sem documentos, etc.) para agravar práticas de exclusão e aproveitamento ilícito das oportunidades do projecto (por ex. favorecer familiar e amigos em detrimento dos beneficiários elegíveis)	Delinear medidas alternativas de funcionamento dos serviços públicos facilitadores da implementação do MozNorte incluindo alternativas para conferir documentação às pessoas onde isso for necessário e/ou tornar aceitáveis elementos substitutos (por ex. cartão de eleitor poder substituir bilhetes de identidade). Também se pode considerar trabalhar com entidades de direito para acelerar a emissão e disponibilidade dos documentos requeridos (certidões, cédulas e bilhetes de identidade para crianças e adultos), ou seja, ligar os interesses do projecto quanto a isso com esforços gerais sobre estes assuntos
4	Ausência de sistemas criteriosamente concebidos e postos em prática para lidar com as complexas questões suscitadas pelo conflito e até a crença de que em situação de conflito qualquer coisa serve (por ex. maus sistemas de recolha e sistematização de dados sobre PDI e outros, deficiente comunicação, atendimento para a educação, saúde, questões de equidade do género, incluindo VBG e AES, direitos das e cuidados com as crianças ⁴⁸ , decisões sobre recurso a centros de acomodação/reassentamento ou não, etc.)	Em vez de mais deficientes e precipitados os sistemas de gestão da crise requerem rigor e aprofundamento no tratamento de todos os tópicos para garantir a redução de traumas e outros factores que poderiam deteriorar ainda mais a situação e funcionar como bomba-relógio que mais tarde ou mais cedo irá explodir. Nas áreas em que o MozNorte tem intersecção com o conflito requerem-se sistemas, especialistas e outros recursos para lidar adequadamente com os vários assuntos que se colocam e informar as diferentes tomadas de decisão. O BM deve trabalhar com as agências especializadas (por ex. OMS, UNICEF, OIM, etc.) e com o GdM na garantia de que as melhores práticas são adoptadas na análise e encaminhamento das várias questões.

Mas não menos importante em relação às PDI, independentemente das magnitudes nos diferentes locais, será encontrar respostas consistentes (gerais e/ou específicas) sobre o posicionamento do projecto em si em relação a esta categoria de pessoas onde quer que elas se encontrem. Será necessário clarificar o grau até o qual o projecto tenciona apoiar no reassentamento definitivo das PDI nas suas áreas de actuação e/ou distanciar-se delas e concentrar-se sobre os habitantes habituais dos locais de incidência, assumindo que mais tarde ou mais cedo as PDI irão regressar aos seus locais de origem. É de prever que este assunto não se coloque da mesma maneira em todos os locais. Haverá

⁴⁸ Por ex. a UNICEF tem estado a insistir sobre o facto de os centros de acomodação e reassentamento serem inadequados para o enquadramento e desenvolvimento das crianças. Segundo esta organização, se não for para mais grupos, pelo menos para as crianças o acolhimento em famílias tende a ser muito melhor do que o dos centros.

os dois extremos e as nuances entre eles. Tudo indica que esta poderá não ser necessariamente uma questão a ser respondida pelo projecto em si. Tal parece caber às PDI elas mesmas nas suas relações com as autoridades locais (áreas anfitriãs e de origem), mas o projecto precisará de estar atento às dinâmicas da equação no seu todo e apoiar em um ou outro sentido, ou seja oferecer incentivos às PDI que queiram usar a oportunidade do projecto para começar de novo e intervir de alguma forma na facilitação do seu regresso às origens quando e se as condições forem favoráveis. A equação em si poderá suscitar complexidades de vária ordem ao projecto e a avaliação mostra que já está e vai continuar a estar presente.

5.2 Como o Projecto Poderia Exacerbar as Tensões e Desigualdades Existentes na Sociedade

À excepção do que se passa com Metuge e Montepuez, e em menor grau Memba, Mecufi, Eráti, Namuno e Mussoril (em Cabo Delgado e Nampula) as direcções tomadas pelas PDI na procura dos melhores locais de refúgio e eventualmente restauração dos meios de vida perdidos nos locais de origem tendem a não coincidir com as pegadas do MozNorte. No mínimo, essas movimentações, deixam de fora extensas zonas de Lago, Sanga, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula, Mecuburi, Angoche, Ribaué, Moma, Larde (principalmente em Nampula e Niassa). E ainda favorece áreas como Cidades de Pemba, Nampula e outros centros urbanos e infra-estruturados das três províncias, ainda que fora da área do projecto.

Naquilo que não é exclusivo de Moçambique, mas de extensas áreas do continente africano, nos anos mais recentes, o conflito está decididamente a fomentar um êxodo rural-urbano, de proporções que, no caso específico de Moçambique e em conexão com o que se passa em Cabo Delgado, ainda é cedo para avaliar de forma abrangente. Esse êxodo tem sido parte do panorama nacional há já muitas décadas e neste caso está a exacerbar-se.

Conforme discutido acerca dos pressupostos das preferências de deslocamento, há razões para acreditar que isso não é feito ao acaso.

Esta é sempre uma discussão difícil no que se relaciona ao desenvolvimento, mas existem dados suficientes para sustentar o facto de que, quando todos os restantes factores se encontram controlados, o crescimento populacional e as suas densidades são influenciados por um lado por processos reprodutivos, mas por outro são resultado das atracções sociais. As áreas mais atraentes e que devem justificar a sua preferência pelas PDI, mas também por outros que normalmente se engajam neste movimento rural-urbano permitem e caracterizam-se por:

- Serem mais seguras e permitir a formação de muralhas mais fortes contra eventuais incursões de agressores/insurgentes.
- Economias de escala em infraestrutura: por exemplo. uma maior densidade populacional ajudará a reduzir os custos médios de uma rede de transporte (estradas, ferrovias, etc.) e aumentar o acesso a outros bens e serviços (por exemplo, acesso a mercados, serviços (eletricidade, abastecimento de água, outras facilidades, etc.).
- As áreas urbanas/concentradas tendem a ser mais eficientes em termos de energia do que as áreas rurais, que têm uma composição energética per capita mais alta. Enquanto estiverem em áreas remotas, as pessoas terão que percorrer longas distâncias para chegar às lojas. Em áreas urbanas densamente povoadas, é provável que as lojas e instalações estejam a uma curta distância a pé.
- Maior capital intelectual: à medida que a população aumenta, maior é o espaço de uma sociedade para produzir empreendedores e inovadores, que apresentam tecnologia e negócios aprimorados que ajudam a melhorar os padrões de vida, pois as suas inovações se espalham rápida e facilmente em áreas de concentração de pessoas.

Sem deixar de ser verdade que isso não se constitui em fenómeno irreversível não é por acaso que o êxodo rural-urbano é, na maior parte dos casos, o movimento dominante e em Moçambique tem tido significativa expressão.

Feito de forma desorganizada, o que é típico nas situações de emergência como a que ocorre em Cabo Delgado, este êxodo tende a trazer mais problemas do que soluções. Os resumos das Tabelas 4-1, 4-2 e Caixa 4-1, deste texto, são mais do que elucidativos quanto a isso.

Verifica-se que neste momento, para além de se afastar das zonas sob acção directa dos conflitos o MozNorte tem peugadas em áreas maioritariamente de deficientes infra-estruturas, baixas densidades populacionais e que são predominantemente rurais.

Se e/ou quando materializado, o sucesso do MozNorte em reverter a atracção das zonas urbanas em detrimento das rurais, que neste caso está a ser considerado, tem potencial de se constituir num contrabalanço positivo e significativo.

Se a falta de condições infra-estruturais e de serviços que caracterizam essas áreas funciona como factor de afastamento, chegados a este ponto cabe dizer que a menos que opção de mesmo assim adoptar essas áreas seja acompanhada de acções concertadas e visíveis para, em espaços de tempo relativamente curtos, tornar as áreas seleccionadas mais atractivas (i.e. melhor infra-estruturadas e com serviços básicos, etc.), o mais provável de acontecer é que elas sejam vítimas da relativa negligência a que têm sido votadas e que não atraiam as pessoas que deveriam atrair e/ou pelo menos reter, o que inclui, entre outros jovens, mulheres e outros actores para promover o seu desenvolvimento.

Para não perpetuar as tendências que se têm verificado seria necessário fazer algo mais para que o MozNorte seja mais do que uma selecção de áreas pobres/pouco atractivas e transformá-las em áreas mais atraentes e o mais rapidamente possível. Investimentos em infra-estruturas, educação, saúde, produção, etc. podem paulatinamente reverter este cenário e transformar as áreas do MozNorte em importantes contribuintes para estancar e até mesmo reverter o êxodo rural-urbano.

A começar pelos volumes de recursos preliminarmente alocados e até prova em contrário a maior parte das pessoas entrevistadas nesta avaliação, no mínimo, duvida que este seja o caso e as várias componentes do projecto e o modo como devem ser geridas terá que dar prova de que isso pode ser diferente. Face a todos os elementos do contexto (maus exemplos do passado na promoção da zona norte e problemas acrescidos do conflito) o ponto de vista prevalecente é o de que o MozNorte tem o desafio de ser mais do que um “projecto” como muitos que têm sido concebidos e implementados.

O que se pode designar por gestão de projectos num enfoque de “*business as usual*” pode ser o maior risco do MozNorte e alguns traços desse enfoque incluem, mas não se limitam a:

- O planeamento centralizado e a tomada de decisões na concepção e implementação do projecto é susceptível de levar a desconfiar se houver atrasos ou mudanças sem consulta, e potencialmente desencadear descontentamento entre os grupos-alvo, o contrário do que se pretende com o projecto. Foi notado que alguns dos actores entendem ser um risco que, apesar de o projecto destacar que, em última análise, a forma como as acções de desenvolvimento do projecto se irão desenvolver, será informada pelas vozes dos beneficiários, até então a actual formulação das propostas de acção já é entendida como tendo forte enfoque “*top-down*” ou de que o essencial já está decidido de antemão, a qualquer nível alheio ao dos beneficiários. As esperadas consultas e auscultações são vistas como servindo apenas para a validação de pressupostos, que podem ser alheios aos meios de implementação. Será necessário agir de modo a dissipar estas percepções e reverter qualquer realidade que as informe. Há que encontrar formas de reverter estas percepções e se as mesmas têm substância de reverter o seu peso na concepção e implementação do projecto.
- A consulta aos líderes e líderes de opinião que influenciam a atribuição de benefícios, ou a percepção pelos excluídos, de que este é o caso, pode surgir devido à falta de um processo de consulta estruturado que assegure um amplo entendimento e acordo sobre as questões. A maioria das actividades levadas a cabo com deslocados internos, e com comunidades de pescadores e, em menor escala, os que vivem em áreas de conservação (AC), já está sujeita a fraca comunicação e partilha de informação, vertical e horizontalmente. A continuação destas formas de trabalho irá exacerbar as tensões já existentes com membros da comunidade que acreditam que as suas questões não são ouvidas. Nota-se que as autoridades locais não estão preparadas nem equipadas para se ocuparem cabalmente de todas as funções de comunicação e integração dos deslocados e que elas mesmas precisam de diversas formas de apoio.

- A negociação de liderança comunitária e a cedência de terras para acomodação/trânsito ou mais permanente e agricultura pelos deslocados internos sem um amplo acordo, incluindo todos os membros da comunidade, incluindo os que já utilizam os recursos naturais na zona alvo, já está a acontecer. A falta de inclusão e de negociações por etapas numa base necessária para o acesso à terra, num contexto de apenas lidar com líderes e altos representantes que podem não ser bons comunicadores para o seu povo, é propensa a potenciais conflitos.
- Nos casos em que se lida com PDI e como visto nos casos específicos de Corrane e Metuge, as tentativas de normalização dos modos de vida e assistência às PDI deve ser feita tendo em atenção a harmonização com os interesses e expectativas das populações hospedeiras e evitar desequilíbrios a favor de uns e/ou de outros.

Com base nos pontos de vista dos informantes do Governo, Sector Privado e as OSC directamente entrevistados durante a avaliação e nas três províncias, de uma maneira geral o MozNorte deveria integrar adequadamente os esforços que têm estado em curso para reverter inconsistências no desenvolvimento da produção agrária, florestal e pesqueira pelos produtores familiares, pequenos e médios e que inclui, mas não se limita a:

- a) Deficiente investigação aplicada e regionalizada para gerar informação e tecnologias apropriadas para os diferentes contextos agroecológicos a ser passadas aos produtores;
- b) Deficiente cobertura das redes de serviços de extensão⁴⁹ e fraqueza geral destes serviços⁵⁰ e dos seus recursos humanos⁵¹ para expor os produtores a inovações e promover a sua adesão e adopção;
- c) Projectos/programas de ciclos curtos (por ex. 3-5 anos), parciais (considerando apenas determinadas partes do processo (por ex. extensão desligada da investigação, ou produção desligada dos mercados, etc.) e subfinanciados para resolver problemas complexos e de longo prazo, que requerem maior integração e regionalização;
- d) Deficientes mercados de insumos e de oferta geral de insumos agrários com destaque para sementes de qualidade⁵². O mercado de sementes tem vindo a deteriorar-se nos últimos 20 anos;
- e) Deficientes mercados dos produtos agrários que promovam a procura regular destes produtos numa medida que fomente a oferta e logo a produção e produtividade associadas⁵³;
- f) Programas e projectos de promoção de desenvolvimento agrários concebidos e implementados sob uma forte abordagem “top down” e com muito fraco envolvimento dos beneficiários a todos os níveis, incluindo muita ênfase em acções específicas (por ex. volumes de gastos, compras de determinados equipamentos/meios (por ex. viaturas, tractores e outros equipamentos) sem consideração dos resultados finais e sustentabilidade das intervenções. Isso tem feito com que mal termina o apoio externo os programas/projectos descontinuem;
- g) Muitos projectos/programas de apoio externo também têm contribuído para a sangria de quadros do sector público por oferecerem condições de trabalho e remuneração mais atractivas. Por sua vez o sector público já com deficientes recursos humanos e outros meios enfrenta dificuldades de absorver/enquadrar o apoio externo.

⁴⁹ Em 2006, período em que houve uma avaliação do fenómeno, a rede de extensão era marcada pela baixa cobertura, com apenas 2 a 5% dos produtores a ter contacto directo ocasional com esses trabalhadores (Gemo, 2006). Os números têm estado a crescer nos anos mais recentes, sobretudo ao abrigo do Sustenta, mas mantêm-se ainda longe da cobertura ideal.

⁵⁰ Em parte, devido à deficiência dos serviços de investigação e das ligações entre estes e os serviços de extensão;

⁵¹ Em 2006, 48% dos extensionistas tinham concluído a formação profissional de nível médio (pré-universitário), 29% o ensino básico e 20% o ensino superior (Gemo, 2006).

⁵² O sector de semente em Moçambique é caracterizado por um sistema de semente guardado pelos camponeses que abrange mais de 70% e por trocas informais que cobrem mais de 20% do sector total de sementes. O sector formal é relativamente pequeno cobrindo não mais que 10% do sector de sementes através de entidades públicas e privadas (ISSD Africa, 2012).

⁵³ Nos anos mais recentes tem-se estado a empreender mais esforços para ligar a produção aos diversos centros de consumo (por ex. no âmbito do Sustenta). Apesar de alguns resultados encorajadores ainda se está longe estabelecer o equilíbrio necessário entre a oferta e a procura (Jornal Savana, 23 de Abril 2021 “Sustenta apoia processamento de milho – Dona Bella espanta fantasmas”).

Sendo que as mulheres constituem a força de trabalho principal na agricultura familiar, o que nas condições em que ocorre apresenta elementos perniciosos, a adesão dos jovens (e dos homens) para a prática da agricultura tem sido baixa.

Para além de se notarem poucos avanços da adopção de práticas mais avançadas e produtivas o modelo dominante tem sido precisamente o de relegar a prática da agricultura para as mulheres e idosos o que em parte pode explicar a sua estagnação. Detentores de níveis de educação geral e técnica baixos e com fraco apoio externo (serviços de extensão e outros de apoio à agricultura) estes actores têm contribuído para de facto tudo ficar na mesma.

Os jovens e quanto mais educados e formados tecnicamente, e também os homens, tendem a procurar emprego em outros sectores e quando enveredam pelo autoemprego, como tem sido o caso nas últimas décadas, eles tendem a orientar-se para outras actividades que não sejam a agricultura, florestas e pescas. Quando se envolvem nessas actividades, isso tende a ser visto como tendo um carácter transitório, i.e. até que outra ocupação fora das mesmas surja.

Os desfasamentos em relação às condições locais, tem resultado na não participação e, portanto, no não acesso aos benefícios do projecto em áreas onde existem todas as condições de prontidão para a participação. A inflexibilidade pode dissuadir o projecto de trabalhar em áreas onde a prontidão se baseia nos COGEP e CGRN que receberam dinheiro e o utilizaram para benefício da comunidade e receberam formação significativa antes da sua chegada. Aspectos adicionais com isto relacionados incluem:

- Dinheiro versus benefícios em espécie e experiência comunitária na gestão - se não for compreendido e respeitado pelo projecto - a "rejeição" resultante será injustificada e desnecessária e poderá enraizar percepções negativas por parte das comunidades.
- Os benefícios que não se estenderem às comunidades de acolhimento que cederam terras (e, de acordo com a lei, deveriam ter chegado a acordo com os negociadores governamentais, mas que aparentemente não o fizeram), causarão tensões entre os grupos de deslocados e as comunidades de acolhimento, à medida que o acesso aos recursos naturais para garantir a subsistência começa a ser disputado.
- A falta de uma estratégia governamental para os deslocados está a causar angústia e stress em todas as partes, com crescente ressentimento e desconfiança entre as partes à medida que o conflito continua e as soluções permanecem fora de alcance. Esta incerteza não está bem alinhada com a abordagem do projecto que pressupõe que as pessoas deslocadas sejam suficientemente estáveis para investir em abordagens de desenvolvimento com expectativa de resultados positivos. Os deslocados nos centros ainda não dependem dos recursos naturais - continuam a depender da assistência humanitária. Isto é angustiante para homens e mulheres, mas particularmente para mulheres que, como resultado, se sentem significativamente destituídas de poder na sua arena informal.
- A falta de dinheiro e de meios para o ganhar significa que os jovens e os homens e mulheres mais velhos estão frustrados e zangados por não terem bilhetes de identidade ou assistência - excepto a alfabetização de adultos, que é vista como muito positiva. Ainda que isso não seja dito de forma categórica nota-se que a manutenção prolongada desta situação acarreta o risco e envolvimento das mulheres, raparigas e jovens em comportamentos de risco para ter acesso ao dinheiro e com isso agravar a propagação de actividades ilegais e perigosas para a saúde e segurança gerais dos potenciais perpetradores e comunidades em geral.

Os projectos financiados pelo Banco Mundial não só na zona norte e em outras zonas deveriam gerar lições sobre as melhores formas de combinar "quick-wins" no contexto do MozNorte sem perder de vista os seus objectivos de longo prazo. O projecto vai precisar de ampla e bem estruturada campanha de marketing e de apostar no estabelecimento de sinergias com outras intervenções de desenvolvimento em termos de abordagens que funcionam e áreas de cobertura.

5.3 Como o Projecto Poderia Ter Efeito Negativo na Estabilidade e Segurança Humana

Tal como formulado até então, em termos gerais, o projecto não apresenta qualquer potencial intrínseco de causar falta de estabilidade na segurança das pessoas, a começar pelas suas peugadas do ponto do vista das áreas de incidência.

Sendo verdade que os locais de intervenção dos insurgentes podem mudar a qualquer momento e que isso deve ser objecto de monitoria sistemática permanente (ver Tabela 5-1) e que se trata eminentemente de informação de carácter militar e de segurança que se situa fora do âmbito do projecto em si e desta avaliação, não existem muitas indicações de que as acções de insurgência se estendam rapidamente para as províncias de Nampula e Niassa. Os distritos da zona sul de Cabo Delgado (i.e. Namuno, Metuge e Mecufi) também apresentam-se relativamente fora da alçada dos ataques directos. Talvez o mesmo não se possa dizer de Montepuez, mas mesmo isso iria precisar de uma avaliação dedicada.

Sobretudo nos distritos e locais em que a temática das PDI tem e vai ter pouco peso (ou seja, Lago, Sanga, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula, Mecuburi, Angoche, Ribaué, Moma, Larde (principalmente em Nampula e Niassa)), o potencial de o projecto ter efeitos negativos na estabilidade e segurança humanas é ainda mais reduzido, se não mesmo nulo. Trata-se de áreas que têm muita margem de manobra para agir como se o conflito não existisse e até de absorver/amortecer parte dos elementos do conflito, caso medidas adequadas possam ser adoptadas e postas em prática.

Porém, dentro de cada distrito e áreas específicas de accção do projecto se a abordagem não for suficientemente flexível para acomodar jovens e adultos deslocados (e incluir as pessoas e comunidades hospedeiras), isto pode resultar em angústia, desinteresse e reacção global receosa à exclusão - tudo isto baseado na percepção da falta de capacidade do governo para proteger, responder e agir no interesse dos pobres e das pessoas afectadas.

No caso específico da província do Niassa (mas também de Nampula e Cabo Delgado, onde existe pressão sobre os recursos nas zonas tampão e/ou mesmo de conservação) a não inclusão (por ex. em Niassa) do distrito de Mavago no MozNorte pode significar que os receios do governo da província sobre as actividades ilegais e violência associada podem se alastrar às populações locais ou resultar em actividades repressivas do governo nesta área, a fim de exercer controlo, em vez de proporcionar oportunidades económicas. Aspecto mais ou menos similar foi referido em relação à Reserva Florestal de Mecuburi, em Nampula, acerca do qual existe opinião firme sobre o facto de que o mesmo deveria ter o seu zoneamento reestruturado e actualizar o seu Plano de Maneio. O seu tamanho, poucos fiscais, e deficiente zoneamento aumentam a sua exposição e vulnerabilidade. O corte de madeira preciosa e semipreciosa (umbila, jambirre, pau-preto, estacas (para construção tradicional), etc.) já assume proporções alarmantes.

A falta de uma gestão consistente do CHFB em áreas longe do alcance pela REN e outras áreas de conservação, pode resultar em migrações temporárias de comunidades ou na sua procura de armas e protecção/aliança com os caçadores furtivos para resolver os seus problemas. Ambas estratégias estão documentadas na REN e nas suas redondezas e podem resultar em esforços para controlar as comunidades e não a fauna bravia. Esta abordagem raramente atenua os conflitos e pode aumentar os seus efeitos.

Dependendo da baixa capacidade da comunidade para negociar benefícios ou compensação justa durante a aquisição de terras, é provável que se crie instabilidade na comunidade anfitriã e potenciais conflitos futuros internamente e com a entrada de famílias deslocadas e/ou com outras actividades normais do projecto que possa interferir com as questões de terras. O QPR e o QP do projecto deve prestar atenção a este impacto potencial e delinear as medidas de gestão mais indicadas

A ausência de uma estrutura de coordenação adequada para se envolver e gerir a informação e decisões (os sistemas em uso são muito precários para a complexidade dos problemas que se colocam), com as comunidades de acolhimento e grupos de deslocados, contribui para a subsequente impotência dos deslocados e potencial perda dos seus direitos se não forem apoiados pelo governo, por exemplo, na realocação de áreas de terra alternativas quando utilizadores anteriores contestam o uso e expulsam o utilizador deslocado. Isso pode alargar o espaço de manobra das pessoas que

procuram tirar proveito pessoal desta situação para, por ex. efectuar extorsões e outras formas de abuso do poder.

A falta de acesso à informação sobre a posse da terra, acordos sobre condições de cedência, e a dependência da boa vontade das comunidades e famílias de acolhimento, neste último caso, demonstrou esgotar-se após um certo período em que os recursos já não são suficientes. É provável que o mesmo aconteça com as comunidades de acolhimento, a menos que se dê seguimento com compromissos de delimitação e acesso aos benefícios do projecto para os anfitriões e deslocados e que existam provas concretas da execução destes compromissos de forma atempada. Isso pode beneficiar de se criar incentivos para deslocar mais pessoas das zonas mais congestionadas nas três províncias para as menos congestionadas em que existem melhores condições para fazer planeamento de uso da terra e alocações de raiz.

6 Principais Recomendações

6.1 Componente 1 - Actividades: Melhoria dos meios de subsistência em comunidades-alvo

Dados os vários riscos, provavelmente a ênfase mais importante é assegurar que o projecto seja implementado com flexibilidade suficiente para reconhecer ou identificar situações no terreno, ter a capacidade de analisar e responder a elas. Há o risco de a abordagem participativa defendida pela política agrária ser implementada sem grande empenho e de uma forma "tick-box", especialmente se as pressões para implementar rapidamente e demonstrar resultados se tornarem as prioridades. Isto acontece frequentemente quando os atrasos têm condicionado a entrega e depois, com a libertação de fundos, o tempo para a implementação passa a ser significativamente mais reduzido. E como visto o MozNorte enfrenta o complexo desafio de apresentar resultados rápidos, mas sem perder de vista os objectivos de médio/longo prazo e sobretudo os de sustentabilidade e impacto.

Assim:

- Sempre que possível, as avaliações das comunidades devem ser feitas com uma compreensão detalhada de "onde estão". Não apenas numa base socioeconómica, mas numa identificação e análise detalhada das partes interessadas para cada comunidade visada, que identifique as partes interessadas internas e externas, os seus contributos e impactos sobre as comunidades ao longo do tempo, e os resultados em termos da situação actual. Conduzida adequadamente, uma análise obrigatória das partes interessadas deverá também ser capaz de analisar os grupos de interesse nas comunidades, a dinâmica da liderança, a posição das mulheres e dos jovens, e os interesses e experiências destes grupos ao longo do tempo, trazendo-os para a dinâmica em que se encontram no presente.
- Com uma análise completa das partes interessadas, deve também ser exigida uma estratégia de envolvimento para cada comunidade, que se baseie directamente nas conclusões da análise das partes interessadas e defina as abordagens e os participantes e registos das reuniões necessárias para a) divulgação de informação sobre o projecto, b) tomada de decisões relativamente aos benefícios do projecto, inclusão e limites dos benefícios, bem como relações com as comunidades vizinhas, e c) feedback e 'escuta' do pulso das comunidades - o nível de sensibilidade das mudanças sociais, e mudanças na segurança e estabilidade.
- A monitorização deve incluir indicadores baseados nas sondagens de "escuta" realizadas de forma participativa, pelas e com as próprias comunidades, para que o projecto seja capaz de compreender se quaisquer conflitos e tensões estão a mudar para pior e podem necessitar de medidas correctivas. Isto deve ser da responsabilidade dos responsáveis pela protecção social.

Além disso, questões específicas como a abordagem do projecto não ter em conta a posição dos deslocados internos, quer em Centros de Acomodação quer em Centros de Reassentamento, a dependência da assistência humanitária muito depois dos períodos de apoio do INGD de acordo com os seus protocolos de desastres naturais é uma preocupação para o MozNorte, o que pressupõe que os potenciais participantes estarão no bom caminho para a construção de resiliência um ano após a sua deslocação. Será necessária uma nova abordagem, na qual poderá ser necessário começar com uma mistura de assistência humanitária para todos os deslocados internos (aquisição de cartões de identificação, assistência alimentar, acomodação e condições sanitárias, etc.) num local específico,

juntamente com oportunidades específicas para aqueles que são mais rápidos a adaptar-se. A concepção deve promover a criação de ligações sociais e minimizar os riscos: redução da dependência do governo, apoio à geração de rendimentos e formação de associações, grupos de deslocados que se podem ajudar mutuamente, particularmente com fundos de arranque para pequenos projectos, grupos de poupança e crédito, e através da educação de adultos, as actividades do sistema de aprendizagem por acção de género (GALS) e grupos de interesse personalizados podem assegurar que as mulheres e os jovens possam ter oportunidades de se sentirem mais estáveis e seguros.

Recomenda-se que se adopte uma abordagem participativa adequada desde o início do programa, em vez de Maputo centralizar a tomada de decisões e a concepção, a fim de minimizar a abordagem de concepção e implementação que pode reforçar a rejeição do governo pelos seus fracassos.

A utilização de prestadores de serviços é uma ferramenta útil para distanciar os benefícios do projecto dos serviços governamentais, enquanto as sensibilidades são elevadas. Factores diversos têm contribuído para uma crescente aceitação da terciarização como modelo mais adequado de gerir aspectos específicos dos projectos (por ex. gestão de poupanças e crédito e outros), quer junto das entidades do governo quer dos beneficiários dos projectos. Os informantes-chave contactados ao longo desta avaliação confirmam a centralidade desta orientação em relação a todas as subcomponentes do projecto que podem/devem ser geridos dessa maneira.

Relacionado com todo o leque de aspectos citados acima situa-se a imperativa necessidade de ligar o MozNorte a outros projectos do BM e de outras entidades que lidam com tudo o que tem relações com o melhoramento dos modos de vida das pessoas e comunidades. Isso cobre intervenções sectoriais (agricultura, pescas, florestas, educação, saúde, energia, comunicações, protecção social) e aspectos transversais (fortalecimento institucional, transparência, equidade do género, vulnerabilidade, enquadramento dos jovens, ambiente de negócios, justiça social, combate à corrupção e moralização geral da sociedade, etc.) veiculadas pelas intervenções sectoriais em si e não só. De forma isolada o MozNorte não poderá gerar os resultados esperados e muito menos com a rapidez que a sua vertente “quick-wins” impõe.

As sondagens de sensibilidade recomendadas devem ter em conta as interfaces com as comunidades e as atitudes em torno destas, devem ser registadas, e a adaptação das abordagens pode ser necessária para manter a estabilidade e confiança locais. Para reforçar isto, é sempre importante recrutar pessoal local que fale as línguas locais não só das comunidades locais, mas também dos deslocados internos e que possuam competências e se possam formar em resolução de conflitos, uma abordagem totalmente participativa. Também os efeitos positivos do intercâmbio de experiências com visitas a outras partes do país para criar confiança entre os grupos participantes, como a CGRN e os grupos fomentados nos centros PDI, por exemplo, são uma lição positiva a seguir.

Começa-se onde a comunidade está: ou seja, onde as comunidades já têm 'Agendas Comunitárias' valida-se e utiliza-se como base para o desenvolvimento futuro da comunidade, especialmente em relação aos requisitos do Quadro de Processo e programação do Fundo Comunitário.

Os Comités de Coordenação em Centros de Acomodação e Reassentamento, tal como existem neste momento sentem-se relativamente sem poder. Pela via da comunicação e outras formas de negociação e acordos efectivos é necessário alterar as relações de poder entre as autoridades de acolhimento e os deslocados e seus representantes para se delinear respostas duradouras para os problemas de inserção e estabilização dos modos de vida nas áreas que acolhem deslocados.

6.2 Componente 2, Actividades: Área de Conservação e Maneio Florestal

As áreas de conservação e as actividades nelas previstas sob a supervisão da Administração das Áreas de Conservação (ANAC) no MozNorte não devem ser isoladas das actividades apoiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e actividades apoiadas pelo PROAZUL, ou pela Direcção Nacional de Florestas por exemplo. O papel-chave do Fundo Comunitário na promoção de pequenos projectos comunitários é um elemento-chave previsto no Quadro de Processo que precisa de ser estrutural e geograficamente incorporado em iniciativas locais onde o acesso e a utilização de recursos naturais sejam restringidos devido ao planeamento da gestão dos projectos apoiados. Isto significa concentrar-se nos corredores de vida selvagem nas áreas de conservação e reservas, por ex.

Reserva Especial do Niassa e seus arredores, e no Distrito de Sanga em Chipanje Chetu, e no Distrito do Lago em Manda Wilderness e nas áreas de gestão marinha, por exemplo.

Quando o projecto agrava o acesso aos recursos e perturba ainda mais as comunidades que já estão a perder o acesso ou a perder as suas culturas, por exemplo, devido à CHFB, é essencial que os acordos de conservação baseados no desempenho sejam estabelecidos e incluídos para estes poderem ser o acesso às actividades de promoção do desenvolvimento do MozNorte - que são sensíveis à conservação bem como que promovem a paz de espírito entre as comunidades.

Assim:

- Devem ser promovidas e mantidas reuniões de coordenação técnica para discutir questões-chave relacionadas com o funcionamento do MozNorte em áreas onde os planos de gestão estejam a restringir o acesso ou a utilização de recursos. Estas devem incluir não só as equipas de salvaguardas a todos os níveis, mas também os prestadores de serviços e os gestores e operadores relevantes nestas áreas.
- As reuniões que incluam as estruturas comunitárias que estão a ser desenvolvidas em cada área devem ser regulares e multi-stakeholder sempre que possível.
- A tomada de decisões de nível mais elevado (acima do nível comunitário) deve ser transparente e feita através destas plataformas multi-stakeholder para assegurar um amplo alcance e contributos de vários sectores.
- O esforço feito para realizar análises das partes interessadas e desenvolver planos de envolvimento das partes interessadas e da comunidade deve orientar a sensibilização para as oportunidades do projecto e a aprendizagem sobre os constrangimentos locais e deve estender-se a todas as ACs visadas pelo projecto, bem como a outras áreas-alvo do projecto. Esta é a responsabilidade dos prestadores de serviços que se ocupam pelas actividades de interface com a comunidade logo que estas estejam envolvidas e deve ser uma condição a ser desenvolvida nos seus primeiros três meses de implementação.

Recomenda-se a monitorização e avaliação externas, uma vez que é provável que todas as outras entidades sejam altamente absorvidas na implementação. Os implementadores externos são aconselhados a utilizar métodos participativos que deem às comunidades a confiança de que estão a aprender sobre as formas como o projecto espera alcançar os seus objectivos, e o seu papel neste contexto. O processo deve ser construtivo e ser um elemento-chave que alimente os processos de gestão adaptativa (ver o que se disse acima acerca da pesquisa-acção).

7 ESTRATEGIA DE MITIGAÇÃO DE RISCOS SOCIAIS

Com base nas conclusões e recomendações desta Avaliação Social e de Conflito se esta a desenvolver uma Estratégia de Mitigação de Riscos Sociais. As linhas gerais desta Estratégia se encontram no Anexo 2. A Estratégia de Mitigação de Riscos Sociais devera estar finalizada ate 31 de Dezembro de 2021.

Referências

- Banco Mundial (2020) “Economy Profile Mozambique. Doing Business 2020, Comparing Business Regulations in 190 economies”.
- Banco Mundial (2009) “Desenvolvimento Municipal em Moçambique: Lições da Primeira Década”.
- Brummett, R.E., Lazard, J. and Moehl, J., 2008. African aquaculture: Realizing the potential. *Food Policy* 33, 371–385.
- CHANNING, A. (2001). *Amphibians of Central and Southern Africa*. Cornell University Press. Ithaca, New York.
- ERM & IMPACTO (2014). LNG, Estudo do Impacto Ambiental: Situação de Referência Ambiental em Terra (Capítulo 8).
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2004. Aquaculture extension in sub-Saharan Africa. Fisheries Department, Inland Water Resources and Aquaculture Service, Rome.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2006a. State of world aquaculture 2006, Inland Water Resources and Aquaculture Service Fishery Resources Division FAO Fisheries Department, 128 p.
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2006d. National Aquaculture Sector Overview. Mozambique. National Aquaculture Sector Overview Fact Sheets. In: FAO Fisheries and Aquaculture Department. Rome. http://www.fao.org/fishery/countrysector/naso_mozambique/en (Retrieved 10 May 2010).
- Food and Agriculture Organization (FAO), 2009a. The world state of fisheries and aquaculture 2008. Fisheries and Aquaculture Department. Rome. 196 p.
- IESE, Setembro de 2012 “Moçambique: Descentralizar O Centralismo”, Maputo, Moçambique
- MA-Ministerio da Agricultura (2008). National Wildlife Census of Mozambique. Final Report. 126 pp.
- Marzoli A. 2007. Inventário florestal nacional. Relatório final. Direcção Nacional de Terras e Florestas. Ministério da Agricultura. Maputo, Mozambique. 74p.
- Machipane, M. (2010). A Comunidade Ictiológica do Lago Urema, sua Diversidade e Interações Tróficas. Tese de Licenciatura. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ministry of Fisheries, 2007. Estratégia para o Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique (2008 – 2017). Government of Mozambique.
- Moffitt, C.M., 2006. Environmental, economic and social aspects of animal protein production and the opportunities for aquaculture. *economic growth forum. Fisheries* 30 (9) 29-38.
- Mott Macdonald/PDNA (2014) “Draft Strategic Perspective on The Nacala Development Corridor”, Johannesburg, South Africa.
- Myers, N., Lovett, J.C. & Burgess, N.D. (1999). Eastern Arc Mountains and Coastal Forests. In: *Hotspots: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions*, pp. 205–217. Conservation International, Washington/Cemex, Mexico.
- Pedro, J. Gomes & Barbosa, L.A. Grandvaux (1955). A Vegetação. In: *Esboço da Vegetação Ecológico-Agrícola de Moçambique pela Junta de Exportação do Algodão em Moçambique*. CICA Memórias e Trabalhos 23. Lourenço Marques, Mozambique

Sitoe, A., V. Macandza, I. Remane, F. Mamugy (2015). Mapeamento de habitats de moçambique: Criando as bases para contrabalanços de biodiversidade em Moçambique. 60pp.

Timberlake, J. (1998). Wetlands of Zambezi Basin. Volume 2. 636 pp. Project "Know our Diversity for Better Manegment".

The 2013 Human Development Report – *"The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World"* . United Nations Development Programme, March 14, 2013.

Thurlow, J. (2008) *Agricultural Growth Options for Poverty Reduction in Mozambique: Preliminary Report Prepared for Mozambique's Ministry of the Agriculture and Strategic Analysis and Knowledge Support System (SAKSS)*. ReSAKSS Working Paper No. 20.

UN (United Nations 2015a): The Millennium Development Goals Report 2015. New York. [www.un.org/millenniumgoals/2015 MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%2015\). pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%2015).pdf). Acessado 21 Março 2017.

World Bank and Muzima J. D. (2008): Capítulo 1. Introdução à Urbanização e ao Desenvolvimento Municipal em Moçambique -Desenvolvimento Municipal em Moçambique: As Lições da Primeira Década. World Bank (Urban and Water Group. East and Southern Africa).

World Bank (2016): World Development Indicators 2016. World Bank Group. Acessado em 21 de Novembro 2016: <https://issuu.com/world.bank.publications/docs/9781464806834?e=0/35179276>

White, F. (1983). The vegetation of Africa: a descriptive memoir to accompany the Unesco/AETFAT/UNSO vegetation map of Africa. (Natural Resources Research: 20). Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 356p.

Anexos

Anexo 1: Pessoas e Grupos Entrevistados

A. Província de Nampula

Augusto Basílio – Director Executivo do Mecanismo para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável

Luisa Hoffman – Historiadora a fazer trabalho social

Vicente Paulo – Coordenador – Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado do Norte (UCODIN)

Discussão de Grupo

Melchior Focas – Administrador do Distrito de Meconta

Sonia de Araújo – Directora do SDAE

Eduardo Icome – Director do SDPI

Alberto Alexandre – Chefe do Posto Administrativo de Corrane

Henrique Massango – FNDS

Luis Sande – Director dos Serviços do Ambiente

João Mezicue – Director do SDAE, Mecuburi, em Mecuburi

Famílias

Família 1

Ordem	Nome	Relação
1	Mussa Viana Fernando	Chefe da Família
2	Geraldina Ernesto	Esposa
3	Ruquia Mussa Viana	Filha
4	Tucha Mussa Viana	Filha
5	Angelina Mussa Viana	Filha
6	Happy Mussa Viana	Filho
7	Nádia Mussa Viana	Filha
8	Alfane Mussa Viana	Filho

Família 2

Ordem	Nome	Relação	Comentário
1	Alberto Samuel Leonardo	Chefe da Família	Novo Marido
2	Agira Viana	Esposa	Refugiada
3	Micael Gabriel	Enteado	
4	Zinha Gabriel	Enteado	
5	Feliz Gabriel	Enteado	
6	Elias Issufo Ali	Enteado	

Família 3

Ordem	Nome	Relação
1	Ana Rachide Ussufo	Chefe de Família
2	Neuza Saide Sergio	Filha
3	Amina Saide Sergio	Filha
4	Dina Saide Sergio	Filha

Família 4

Ordem	Nome	Relação	Educação
1	Rosario Lourenco Maulana	Chefe	7 classe

2	Catarina Jose	Esposa	10 classe
3	Dario Rosario	Filho	1 classe
4	Calton Rosario	Filho	2 classe
5	Tamson Rosario	Filho	Nao tem idade
6	Honilio Lourenco	Irmao	A estudar 10 Classe
7	Hortencia Lourenco	Irma	A estudar 6 classe
8	Anita Jose	Cunhada	A estudar 5 classe

Família 5

Ordem	Nome	Idade	Relação
1	Agostinho Uabile		Chefe
2	Bernardo Agostinho	25 anos	Filho
3	Paulina Upa		Mae

Família 6

Ordem	Nome	Relação
1	Jacinta Nvita	Mãe
2	Benedita Uazir	Filha
3	Ncamo Uazir	Filha
4	Isa Abílio	Neta
5	Amina Abílio	Neta
6	Awatuha Raimundo	Neto
7	Hamado Moisés	Neto

Família 7

Ordem	Nomes	Relação
1	Lopes Ucha	Primo
2	Amade Casimiro	Irmão
3	Jonas Casimiro	Irmão
4	Vive sualehe	Amigo
5	Osvaldo Muani	Amigo
6	Orlando Rafique	Amigo

B. Província de Cabo Delgado**Entrevistas Gerais**

Item	Nome	Posição
01	Valige Tauabo	Governador de Gabo Delgado
02	Nice Leonor D. Correia	Diretora das Finanças
03	Nacif Francisco Magaia	Diretor Provincial Indústria e Comercio
04	Salo Nicodemo	Assessor Jurídico
05	Agá Mário	Diretor Serviços Províncias e Atividades Económicas
06	Luís Augusto	FRUTICAD
07	Reinaldo Germano	Secretaria do Ambiente
08	Arlindo Dgedge	Director Provincial Ambiente
09	Francisco João	Presidente da Plataforma
10	António Valério	Administrador de Metuge
11	Gina António	Secretaria Permanente Metuge
12	Manuel Germano	Diretor Serviços e Atividades Económicas
13	Cristina Januário	Técnica SDPI
14	Tecla Sispa Momba	Diretora do Gabinete Secretario do Estado
15	Benedito António	Gabinete Secretario do Estado

Item	Nome	Posição
16	Nita Jabô	Gabinete Secretario do Estado

Entrevistas a PDI

Nº	Nome Completo	Local da Entrevista	Nº	Nome Completo	Local da Entrevista
1	Custódio Bau	Centro Agrario	35	Adassia Saudita	Reassentamento Ngalane
2	Aníbal Ali	Centro Agrario	36	Sinane Bachir	Reassentamento Ngalane
3	Atija Dade	Centro Agrario	37	Laura Zeca	Reassentamento Ngalane
4	Sacuro Juma Abdala	Centro Agrario	38	Zura Faruk	Reassentamento Ngalane
5	Zainaba Nelito	Centro Agrario	39	Sofia Antumane	Reassentamento Ngalane
6	Abdul Carimo Abdul	Centro Agrario	40	Zakia Daniel Jack	Reassentamento Ngalane
7	Helena Amisse	Centro Agrario	41	Rabia Anli	Reassentamento Ngalane
8	Isabel Francisco	Centro Agrario	42	Alice Mauro	Reassentamento Ngalane
9	Abdul Saide	Centro Agrario	43	Simão João	Alojados com familiares
10	Almeida Mário	Centro Agrario	44	Quinho Charifo	Alojados com familiares
11	Ibraimo Amade	Centro Agrario	45	Sandra Ussene	Alojados com familiares
12	Alcinda António Vicana	Centro Agrario	46	Zaugia Abdulai	Alojados com familiares
13	Delfina Júnior	Centro Agrario	47	Januario Juma	Alojados com familiares
14	Junaída Armando	Centro Agrario	48	Maria Wacate	Alojados com familiares
15	Mena Atibo da Silva	Centro Agrario	49	Bruno Mário	Alojados com familiares
16	Cheia Selemane	Centro Agrario	50	Dade Saide	Alojados com familiares
17	Daniel Sebastião Nyusi	Reassentamento Ngalane	51	Zuleica Tame	Alojados com familiares
18	Mussa Fernando	Reassentamento Ngalane	52	Sadique Agostinho	Alojados com familiares
19	Fátima Paturo	Reassentamento Ngalane	53	Sofia Jose	Alojados com familiares
20	Mariamo João António	Reassentamento Ngalane	54	Regina Abdala	Alojados com familiares
21	Hesha Amisse	Reassentamento Ngalane	55	Muanassa Sufo	Alojados com familiares
22	Joaquim Alberto	Reassentamento Ngalane	56	Julia Kantumbyanga	Alojados com familiares
23	Ussene Alberto	Reassentamento Ngalane	57	Selina Bernardo	Alojados com familiares
24	Clark Issufo	Reassentamento Ngalane	58	Zaido Rachide	Alojados com familiares
25	Cátia Momade	Reassentamento Ngalane	59	Rajane Arabe	Alojados com familiares
26	Lúcia António	Reassentamento Ngalane	60	Issa Bacar	Alojados com familiares
27	Muanaiamo Combo	Reassentamento Ngalane	61	Mamune Ibraimo	Alojados com familiares
28	Mariamo Amisse	Reassentamento Ngalane	62	Sumaya Tuanque	Alojados com familiares

Nº	Nome Completo	Local da Entrevista	Nº	Nome Completo	Local da Entrevista
29	Catiza Wazir	Reassentamento Ngalane	63	Salimo Abdul	Alojados com familiares
30	Sifa Abdulrazak	Reassentamento Ngalane	64	Maiassa Kurapi	Alojados com familiares
31	Milza Ambasse	Reassentamento Ngalane	65	Mussa Bacar	Alojados com familiares
32	Genito George	Reassentamento Ngalane			
33	Mitilage Bai	Reassentamento Ngalane			
34	Fatinha Ameduna	Reassentamento Ngalane			

C. Província do Niassa

Nome da pessoa	Posição da pessoa	Local encontrado
Assane Achida	Administrador do Distrito	Distrito de Sanga
20 homens e oito mulheres de Nova Madeira Um líder e duas mulheres de Segundo Congresso 15 mulheres e 20 homens de Maumbica	Comunidades e Líderes Comunitários Régulo de Nova Madeira e adjunto	Comunidades de Maumbica, Nova Madeira e Segundo Congresso, Distrito de Sanga
20 membros e três presidentes	Membros dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN);	Comunidades de Maumbica, Nova Madeira e Segundo Congresso, Distrito de Sanga
Presidente Afonso Mbuana Mazongo, Secretário Saídi Ali e duas mulheres membros	Membros do Conselho de Gestão Comunitária (COGECO) do Programa Chipanje Chetu (PCC),	Comunidades de Nova Madeira e Segundo Congresso, Distrito de Sanga
Gary Tullis, Emily During, Oliveira Sussulu, João Renço, Saídi Zuber, Nico Aissa	Operador da Empresa de Safari, Lipilichi Wilderness Investments (LWI) e trabalhadores	Na área do PCC, Distrito de Sanga
Januário José Américo Rafael Elias	Secretário e vice e porta-voz dos deslocados no Centro de Malica ambos de Muidumbe	Comunidade Malica, no distrito de Lichinga
Cinco membros e Chefe Anastacio Bilal	Membros do Conselho do Centro de Acomodação de Malica	Comunidade Malica, no distrito de Lichinga
Sefu Maulidi Bakhari João Atanásio	Líder e adjunto do Centro de Acomodação de Malica de Muidumbe	Comunidade Malica, no distrito de Lichinga
Ernesto Ndakupoka	Deslocado de Macomia no Centro de Acomodação de Malica	Comunidade Malica, no distrito de Lichinga

Nome da pessoa	Posição da pessoa	Local encontrado
16 homens e 12 mulheres	Deslocados no Centro de Acomodação de Malica	Comunidade Malica, no distrito de Lichinga
33 homens e uma mulher	Pescadores simples, membros dos CCPs, empresário e comerciante	Metangula, Sede do Distrito do Lago
11 mulheres, 15 crianças e dois homens	Centro de Acomodação / Trânsito	Bairro de Sanjala no Município de Lichinga
Joanito Muanede	Director Provincial dos Serviços Provinciais do Ambiente do Niassa	Lichinga
Fernando Lembane	Chefe do Departamento de Fauna Bravia e Conservação	Lichinga
Rema Rafael Joana Moises	Técnicos, Departamento de Fauna Bravia e Conservação	Lichinga
Matias Feliz Chapungo	Director Provincial de Cultura e Turismo do Niassa (DPCT)	Lichinga
Domingos Bernardo	Chefe Departamento de Cultura, DPCT	Lichinga
Angelo Maine	Serviços Provinciais das Actividades Económicas, Serviços de Turismo	Lichinga
Faruk da Costa	Departamento de Ecoturismo, DPCT	Lichinga
Feliciano Zambeze	Director do Centro Histórico de Matchedje	Lichinga
Friday Taibo João	Representantes do Instituto Nacional de Gestão de Desastre - INGD	Lichinga
Abílio Tome	Director dos Serviços das Actividades Económicas	Metangula, Distrito de Lago
Mario António Mutapura Deográcio Namate	Representante do PROAZUL, e Técnico de Pescas da Serviços Provinciais do Estado de Ambiente	Metangula, Distrito de Lago
Feliciano dos Santos	Representante da ESTAMOS - Organização Não Governamental para o desenvolvimento local e advocacia	Lichinga
Raul Chambote	Representante do Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Maputo	Lichinga
Santos	Coordenador, Associação UMOJI	Lichinga

Anexo 2: Linhas gerais da Estratégia de Mitigação de Riscos Sociais

Selection of target areas

Selection of target areas may not currently optimize the project interventions in terms of target beneficiary needs (e.g., acute need for humanitarian aid and better planning in managing the flux of IDPs) or long term goals (development of agricultural, fishery and forest product value chains given infrastructure, technical, and institutional weaknesses and the lack of readiness on the part of IDPs)

Actions:

- During the technical mission, the team will reassess the selected districts from a vulnerability perspective taking into account data on communities and IDPs, their dynamics and the evolving situation. It should be clear that project beneficiaries are not only IDPs with humanitarian assistance needs but also highly vulnerable rural communities.
- Criteria for the selection of communities need to include social aspects in addition to some criteria used for the selection of districts (number of IDPs, poverty level, deforestation, agricultural potential...). These criteria will be set up during the technical mission.
- Selection of communities will be gradual, with a limited number of communities engaged in project activities during the first year, increasing the number in the following years up to 300 communities.

Stakeholder engagement

Consultations currently not effective in informing stakeholders and generating participatory planning and transparency sufficient to restore some faith in government and to convince stakeholders that the project is not just a top down business that does not contribute to generating commitment to the project

Actions:

- The first few months of project implementation, a social specialist will be hired to design community assessments that will be carried out regularly to identify internal and external stakeholders in each targeted community, their dynamics and contributions and impacts on communities over time, and outcomes in terms of the current situation. These assessments will not only focus on the current situation but will also analyse trends.
- Based on the findings of these initial analysis, an engagement strategy for each community will be prepared to define the approaches for dissemination of information about the project, decision making regarding project benefits and 'listening' to the pulse of communities (the level of sensitivity to social changes, and changes in security and stability).
- Stakeholder consultations will take place throughout the project cycle and will be well prepared in advance to ensure communities participation. Consultation will aim at assessing the level of stakeholder interest and support for the project and enabling stakeholders' views to be taken into account in project implementation. At least 3 consultations for each project component will be held, but additional ones will be conducted whenever necessary.

Coordination mechanism

Weak coordination mechanisms that would enable the convergence of the services needed to normalize the livelihoods of IDPs and host communities to produce the quick win scenarios the project seeks to achieve.

Actions

- The project will coordinate and establish synergies with other projects of the WB and other entities that deal with improving the way of life of people and communities. This covers sectoral interventions (agriculture, fisheries, forests, education, health ...) as well as cross-cutting aspects (institutional strengthening, transparency, gender equity, vulnerability, youth empowerment, business environment, social justice...).
- The project will participate in a steering committee (ADIN, UN agencies, NGOs...) established to coordinate their responses to the conflict situation which hampers people's ability to access livelihoods.

Risk of extortion, elite capture, GBV/SEA

Risks of extortion, GBV/SEA, elite capture and competition for existing and new resources among IDPs and hosts

Action

- The project will use Third Party Monitoring (TPM) to strengthen engagement and monitoring mechanisms on these social issues. The technical mission will decide the best approach in terms of frequency (quarterly, biannually..), implementing agencies (one firm/consortium of NGOs...), reporting and other arrangements.

Land issues

Reliable availability of sufficient land is an issue and host communities need clarity on nature and duration of land concessions for transit and resettlement centers and IDPs on reliable access to housing and land to plant. The perception is that land cession agreements are not being negotiated with the communities in general (just leaders) and conditions and compensation are not well defined and delivered. Most IDPs want DUATS so they can sell the land and return to their point of origin.

Actions

- Land conflicts will be resolved by Mozland/CERIP the first year of project implementation. The project will support the establishment of a mediation mechanism that can resolve land conflicts before they become complaints.

WB approach to social issues

A workshop between the four Northern Mozambique projects will be organized to discuss social issues such as security, land conflicts, GBV/SEA, conflict resolution among others including the definition of a common approach and the establishment of synergies among the four projects.